



**Universidade Estadual de Feira de Santana  
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial  
Mestrado Profissional – PLANTERR**

**LORENA NUNES AGUIAR**

**CONFLITOS FUNDIÁRIOS RURAIS NAS COMUNIDADES DE  
FECHO DE PASTO DE PORCOS, GUARÁ E  
POMBAS, EM CORRENTINA (BA): SUBSÍDIOS PARA GESTÃO  
TERRITORIAL PARTICIPATIVA NO OESTE BAIANO**

Feira de Santana  
2019

**LORENA NUNES AGUIAR**

**CONFLITOS FUNDIÁRIOS RURAIS NAS COMUNIDADES DE  
FECHO DE PASTO DE PORCOS, GUARÁ E  
POMBAS, EM CORRENTINA (BA): SUBSÍDIOS PARA GESTÃO  
TERRITORIAL PARTICIPATIVA NO OESTE BAIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR), em nível de Mestrado Profissional, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana.

Orientador: Prof. Dr. Janio L. de J. Santos

Feira de Santana  
2019

Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

Aguiar, Lorena Nunes

A23c Conflitos fundiários rurais nas comunidades de fecho de pasto de Porcos, Guará e Pombas, em Correntina (BA): subsídios para gestão territorial participativa no Oeste baiano / Lorena Nunes Aguiar - 2019.  
189f. : il.

Orientador: Janio Laurentino de Jesus Santos  
Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial - PLANTERR, 2019.

1. Conflitos agrários. 2. Diagnóstico Social Participativo. 3. Comunidades tradicionais. 4. Capital agroindustrial. 5. Oeste baiano. I. Santos, Janio Laurentino de Jesus, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial. III. Título.

CDU: 711(814.22)

Rejane Maria Rosa Ribeiro CRB-5/695

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL –  
PLANTERR - MESTRADO PROFISSIONAL

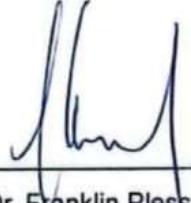
LORENA NUNES AGUIAR

CONFLITOS FUNDIÁRIOS RURAIS NAS COMUNIDADES DE FECHO DE  
PASTO DE PORCOS, GUARÁ E POMBAS, EM CORRENTINA (BA): SUBSÍDIOS  
PARA GESTÃO TERRITORIAL PARTICIPATIVA NO OESTE BAIANO



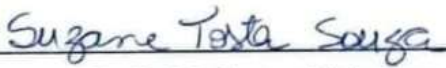
---

Prof. Dr. Janio Laurentino de Jesus Santos  
UEFS



---

Prof. Dr. Franklin Plessmann de Carvalho  
UFRB



---

Prof. Dr. Suzane Tosta Souza  
UESB

Aprovado em 10 de maio de 2019

Feira de Santana/BA  
2019

*Dedico este trabalho aos camponeses/as e ribeirinhos/as das comunidades tradicionais de fundos e fechos de pasto do Oeste da Bahia, mestres na resistência, união e solidariedade, que crescem na luta coletiva em defesa das águas, dos gerais, e do seu modo de vida no território tradicional*

*As tradições futuras –*  
*Existe um único lugar onde o ontem e o hoje se encontram e se reconhecem e se abraçam, e este lugar é o amanhã. Soam como futuras certas vozes do passado americano muito antigo. As antigas vozes, digamos, que ainda nos dizem que somos filhos da terra, e que mãe a gente não vende nem aluga. Enquanto chovem pássaros mortos sobre a Cidade do México e os rios se transformam em cloacas, os mares em depósitos de lixo e as selvas em deserto, essas vozes teimosamente vivas nos anunciam outro mundo que não seja este, envenenador da água, do solo, do ar e da alma. Também nos anunciam outro mundo possível as vozes antigas que nos falam de comunidade. A comunidade, o modo comunitário de produção e de vida, é a mais remota tradição das Américas, a mais americana de todas: pertence aos primeiros tempos e às primeiras pessoas, mas pertence também aos tempos que vêm e pressentem um novo Mundo Novo. Porque nada existe menos estrangeiro que o socialismo nestas terras nossas. Estrangeiro é, na verdade, o capitalismo: como a varíola, como a gripe, veio de longe.*

Eduardo Galeano, *O livro dos abraços*.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao divino Universo que me habita e que habita todas as coisas, pela força, amor, encontros e aprendizados nesta jornada. À minha ancestralidade, que em sua força, de alguma forma misteriosa, influenciou as minhas escolhas e meus passos. Há dois meses de concluir este trabalho, soube pelo tio mais velho da minha família materna que meu bisavô foi geraizeiro e costumava sair de Pindaí para pastorear o gado em Licínio de Almeida, ambos municípios baianos que fazem fronteira com o norte do estado de Minas. Já o meu avô foi tropeiro em Pindaí e costumava trazer o gado para ser comercializado na feira que deu origem à cidade de Feira de Santana. Viveram por lá, mais de 600Km de distância, até que minha mãe viesse para Feira de Santana e trouxesse o restante da família. A família do meu pai passou também por uma história parecida, de migração e busca por oportunidades e melhores condições de vida em Santana da Feira. Reverencio a minha ancestralidade, que não conheci, mas que a cada dia reconheço em mim como legado e referência no trabalho dedicado às lutas sociais, pela emancipação humana contra as diferentes formas de opressão.

A meus pais, Eponina e Arquimimo, todo meu amor e respeito, por me trazerem para este mundo e me darem tudo que podiam me oferecer, com simplicidade e honestidade, pra que eu buscasse realizar meus sonhos e seguisse o caminho de “amar e mudar as coisas”. À minha irmã Aline, por me dar a mão nos momentos em que achei que não dava conta e desacreditava de mim, fazendo-me lembrar no meu próprio amor e da minha capacidade. A Rafa, meu sobrinho e afilhado, que na sua inocência de 4 anos compreendeu minhas ausências nos dois anos do mestrado, entre viagens de campo, recolhimento, estudo e escrita, buscando meu abraço sempre que podíamos e me alimentando de carinho e motivação. A todos da minha família, que compreenderam e acolheram a minha necessidade de me ausentar por conta da pesquisa.

À amiga Paloma, companheira de mestrado e de jornada pela irmandade do entendimento afetuosos, por compartilhar afeto, referências e ensinamentos de amor, humanidade, persistência, determinação, luta e liberdade. A Tamar, Hipátia e Wallace, por serem, literalmente, casa para mim, também nos momentos de realização deste trabalho. Ao amigo Eduardo (Biro) e demais colegas de mestrado

pelos aprendizados, dentro e fora da sala de aula.

A Iremar, Elizete, Marcos, Cecília, Aliene, Jurandir, Onofre, Edileuza, Anailma, Paulinha e Carreirinha e seus respectivos familiares, à equipe da CPT, Julita, Albetânia, Samuel e Iara, amigos e amigas, companheiros de luta que fiz entre Correntina e Santa Maria da Vitória, não só pelos ensinamentos e informações valiosas, pela indicação de interlocutores das entrevistas e trabalhos de campo, como por todo abrigo, amizade, confiança, solidariedade, que fortaleceram o chamado para a luta coletiva de seu povo.

À Associação de Advogados e Advogadas dos Trabalhadores Rurais (AATR/BA), por ser o lugar de nascedouro desta pesquisa, espaço de experiência, aprendizados e referência da atuação na advocacia popular comprometida com os trabalhadores/as rurais e comunidades tradicionais, especialmente os fundos e fechos de pasto da Bahia.

A Dora Peruna e ao grupo Lótus, pela egrégora de amor e força que formamos, por todas as trocas positivas necessárias para o autoconhecimento, autossustentação e afirmação do meu propósito, tendo o mestrado como etapa fundamental dessa caminhada.

Agradeço a Manuela Muniz, Igor Gomes, Mirna Oliveira, Leandro Caetano, Tatiana Emília, Hudson Santos, Maria José, Jhonatas Monteiro, Caetano José e Jamile Amaral, pela amizade, afeto, solidariedade e compromisso com a produção do conhecimento enquanto prática contra-hegemônica, expressos no empréstimo de livros, na abertura para o diálogo sobre o desenvolvimento deste trabalho, desde o encorajamento durante a elaboração do projeto, do apoio pra que eu retomasse o espaço acadêmico e me aprofundasse no estudo sobre as comunidades camponesas e tradicionais no Oeste da Bahia.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo financiamento da minha bolsa de estudos, indispensável para que pudesse me dedicar exclusivamente a esta pesquisa.

Agradeço à Universidade Estadual de Feira de Santana e ao Programa de Pós Graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR) por todo significado que trouxe para a minha formação, espelhada e construída a partir da luta em defesa de um ensino público, com gestão democrática e qualidade socialmente referenciada, no interior da Bahia.

Aos professores do PLANTERR, especialmente Acácia Dias, Janio Santos, Nacelice Freitas, Rossine Cruz, Jocimara Lobão e Fábio Bandeira, pela colaboração no amadurecimento teórico nas disciplinas cursadas no mestrado, pelas indicações de leitura, acessibilidade, solidariedade e compromisso com o pensamento crítico e com a educação para a uma prática transformadora da sociedade.

Agradeço especialmente ao professor Janio Santos, meu orientador, exemplo de educador, sensível, acessível, comprometido e interessado com a temática da questão agrária e territorial das comunidades tradicionais do Oeste da Bahia. Janio acompanhou todo o processo de construção deste trabalho, com críticas, sugestões, indicações de leitura e orientação para que eu mantivesse disciplina e atenção ao tempo da pesquisa, sem a qual não imagino como conseguiria realizar a pesquisa e finalizar a elaboração do texto da dissertação.

Agradeço em especial aos moradores e moradoras de Brejo dos Aflitos, Garrotes, Matão e Jacaré, que me receberam em suas casas, viabilizaram o meu deslocamento para realização das entrevistas. Agradeço pelo acolhimento, solidariedade, confiança e disposição em participar deste trabalho.

## RESUMO

Este trabalho analisa o contexto das comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto de Correntina, município do Oeste do estado e do território de identidade da Bacia do Corrente, que reivindicam a regularização de seus territórios em terras tradicionalmente ocupadas e de uso comum por muitas gerações, mas que vêm sendo expropriadas pelas elites agrárias e agroindustriais na perspectiva de avançar o modelo de produção latifundiário, monocultor e exportador. Nesse sentido, a pesquisa propõe dar continuidade à tarefa de articulação de instrumentos da metodologia participativa aos saberes locais na elaboração conjunta de um trabalho que possa se configurar como instrumento útil ao avanço da autogestão, da autodemarcação e da regularização de territórios tradicionais. O objetivo da dissertação é caracterizar os conflitos sociais e fundiários rurais através do Diagnóstico Social Participativo, etapa inicial e fundamental na perspectiva de autogestão do território pelas comunidades e demais ações em prol da autodemarcação do território. Tem-se como recorte a análise das comunidades tradicionais dos fechos de pasto de Porcos, Guará e Pombas, em Correntina. O procedimento metodológico propõe o desenvolvimento de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, de caráter exploratório e participativo, com base nos conceitos de Estado, poder, hegemonia, questão agrária, modernização no campo e Diagnóstico Social Participativo. Para tanto, foram coletadas informações empíricas, por meio de visitas técnicas ao campo, entrevistas e reuniões com as comunidades, seguidas de oficinas com pessoas das comunidades. O Diagnóstico avaliou que o modelo hegemônico de produção do campo em Correntina se reproduz através da produção da pobreza e da exploração dos bens da natureza e da população, do agravamento dos conflitos fundiários e socioambientais, com crescimento da violência no campo, através da manutenção da concentração fundiária e da não identificação, demarcação e regularização das terras públicas e dos territórios tradicionais, com apoio do Estado e em prol da expansão do agronegócio. Em contraponto, as comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto se mobilizaram em muitas frentes e revelaram: o acesso à água e à terra são fundamentais para a manutenção do modo de vida comunitário; e lutam para que o Estado avance nas ações de discriminação das terras públicas e regularização das áreas de uso coletivo.

**Palavras-chave:** Conflitos Agrários; Diagnóstico Social Participativo; Comunidades Tradicionais; Capital Agroindustrial; Oeste baiano.

## ABSTRACT

This study analyzes the context of the traditional fundo e fecho de pasto communities of Correntina, the western municipality of the state and the identity territory of the Current Basin, which demand the regularization of their territories in lands traditionally occupied and common use for many generations, but which have been expropriated by agrarian and agroindustrial elites with a view to advancing the model of production landowner, monoculture and exporter. In this sense, it was proposed to continue the work of articulating instruments of participatory methodology to the local knowledge in the joint elaboration of a work that can be configured as a useful tool to advance self-management, self-demarcation and regularization of traditional territories. The purpose of the dissertation is to characterize rural social and land conflicts through Participative Social Diagnosis, an initial and fundamental step, in the perspective of self-management of the territory by the communities and other actions in favor of territorial self-demarcation. We have as a cut the analysis of the traditional communities of Porcos, Guar and Pombas fecho de pasto in Correntina. The methodological procedure proposes to articulate the bibliographical, documentary and field research, of an exploratory and participatory nature, based on the concepts of State, power, hegemony; agrarian question, modernization in the field and Participative Social Diagnosis. For that, empirical information was collected, through technical visits to the field, interviews and meetings with the communities, followed by workshops, with people from the communities. The assessment found that the hegemonic model of rural production in Correntina is sustained through the production of poverty and the exploitation of natural resources and the population, the worsening of land and socio-environmental conflicts, and the rise of rural violence. This is driven by the continued concentration of land ownership and the lack of self-identification, demarcation, and regularization of public lands and traditional territories, all with the support of the State and in favor of agribusiness expansion. In contrast, traditional fundo and fecho de pasto communities have mobilized on many fronts and have shown that access to water and land is fundamental to preserving their communal way of life; and fight for the State to move forward with the identification of public lands and the regularization of collectively used areas.

**Keywords:** Agrarian Conflicts; Participative Social Diagnosis; Traditional Communities; Agroindustrial Capital; West Bahia.

## LISTA DE FOTOS

|                                                                                                   |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Foto 1 - Capela do Senhor dos Aflitos em Brejo dos Aflitos. Correntina, 2018                      | 118 |
| Foto 2. Festa de Celebração do Senhor dos Aflitos. Brejo dos Aflitos, Correntina, 2019.           | 119 |
| Foto 3 – Horta de quinta lem Brejo dos Aflitos, Correntina, 2018.                                 | 120 |
| Fonte 4 – Vista da feira livre, Correntina, 2019.                                                 | 121 |
| Foto 5 – Cisterna. Comunidade Brejo dos Aflitos, Correntina (2018).                               | 122 |
| Foto 6 – Vereda do Rio Santo Antônio, Correntina, 2018                                            | 124 |
| Foto 7 – Morador de Brejo dos Aflitos no pastoreio do gado. Correntina, 2018                      | 125 |
| Foto 8 – Registro das referências culturais das comunidades de Garrotes e Matão, Correntina, 2019 | 130 |
| Foto 9 – Oficina participativa nas comunidades de Garrotes e Matão, Correntina, 2019.             | 130 |
| Foto 10 – Oficina participativa nas comunidades de Garrotes e Matão, Correntina, 2019.            | 131 |
| Foto 11 – Oficina participativa nas comunidades de Garrotes e Matão, Correntina, 2019.            | 132 |
| Foto 12 – Oficina participativa nas comunidades de Garrotes e Matão, Correntina, 2019             | 133 |
| Foto 13 – Oficina participativa nas comunidades de Garrotes e Matão, Correntina, 2019.            | 135 |
| Foto 14 – Exibição de documentário nas comunidades de Garrotes e Matão, Correntina, 2019.         | 135 |

## LISTAS DE QUADROS E TABELAS

### Lista de Quadros

|                                                             |     |
|-------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 – Inventário geral das oficinas, Correntina, 2019. | 128 |
|-------------------------------------------------------------|-----|

### Lista de Tabelas

|                                                                                                                                                                                                                                    |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 – População rural por municípios – Microrregiões de Barreiras e Santa Maria da Vitória (BA) – 1940-2010                                                                                                                   | 64 |
| Tabela 2 – População urbana por municípios – Microrregiões de Barreiras e Santa Maria da Vitória (BA) – 1940-2010                                                                                                                  | 65 |
| Tabela 3 – População Total, Urbana, Rural, da Cidade e Taxa de Urbanização por municípios – Microrregiões de Barreiras e Santa Maria da Vitória (BA) – 2010                                                                        | 66 |
| Tabela 4 – Produção de Soja (em grão) por município – Microrregiões de Barreiras e Santa Maria da Vitória (BA) – 2015                                                                                                              | 68 |
| Tabela 5 – Produção de Milho (em grão) por município – Microrregiões de Barreiras e Santa Maria da Vitória (BA) – 2015                                                                                                             | 69 |
| Tabela 6 – Produção de Algodão herbáceo (em caroço) por município – Microrregiões de Barreiras e Santa Maria da Vitória (BA) – 2015                                                                                                | 69 |
| Tabela 7 – Dados percentuais da população ocupada, com 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal do trabalho principal, sexo e seção de atividade do trabalho principal                                   | 70 |
| Tabela 8 – Estrutura fundiária do Extremo Oeste Baiano – 2006                                                                                                                                                                      | 77 |
| Tabela 9 – Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31/12 – Extremo Oeste da Bahia – 2006                                                                                                                              | 79 |
| Tabela 10 – Evolução Histórica do Índice de Gini – Bahia e Municípios do Oeste baiano – 1920-2006                                                                                                                                  | 80 |
| Tabela 11 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Percentual da População Vulnerável à Pobreza por municípios – Microrregiões de Barreiras e Santa Maria da Vitória (BA) – 1991-2010                                  | 83 |
| Tabela 12 – Produto Interno Bruto Total (PIB), Percentual sobre o total do estado e da região e crescimento em relação ao estado e à região, por municípios – Microrregiões de Barreiras e Santa Maria da Vitória (BA) – 2002-2014 | 84 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AATR – Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais  
ACEFARCA – Associação Comunitária da Escola Família Agrícola Rural de Correntina e Arredores  
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
AIBA – Associação dos Agricultores e Irrigantes do Oeste da Bahia  
CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário  
CIBRAZEM – Companhia Brasileira de Armazenamento  
CNJ – Conselho Nacional de Justiça  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPCT – Coordenação de Políticas para as Comunidades Tradicionais  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural  
FUNDAÇÃO OBA – Fundação de Apoio a Pesquisa e Desenvolvimento do Oeste  
GEOGRAFAR – Geografia dos Assentamentos na Área Rural  
GPS – Global Positioning Systems  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INEMA – Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada  
JICA – Japan International Cooperation Agency  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária  
SEAGRI – Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura  
SEI – Superintendência de Estudos Sociais  
SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia  
SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial  
SIG – Sistema de Informação Geográfica  
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia  
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
UDR – União Democrática Ruralista  
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                        |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                              | <b>14</b>  |
| <b>2. ESTADO, CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO NO OESTE BAIANO .....</b>                                           | <b>29</b>  |
| 2.1 ESTADO E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO NA PERSPECTIVA GRAMSCIANA.....                                                                  | 29         |
| 2.2 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA EM SUA DIMENSÃO TERRITORIAL .....                                                                     | 35         |
| <b>3. PAPEL DO PATRONATO RURAL NA CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO NA REGIÃO OESTE: ADENTRANDO NAS ÁGUAS DE CORRENTINA .....</b> | <b>59</b>  |
| 3.1 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO OESTE DA BAHIA E DE CORRENTINA .....                                                                   | 60         |
| 3.2 QUEM SÃO E COMO SE ORGANIZAM OS REPRESENTANTES DO PATRONATO RURAL E DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL NO OESTE DA BAHIA? .....             | 82         |
| <b>4. NO CAMINHO DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA HAVIA CORRENTINA: A ÁREA EM DISPUTA.....</b>                                        | <b>103</b> |
| 4.1 A LUTA PELA TERRA DOS FUNDOS E FECHOS DE PASTO <i>VERSUS</i> O PROJETO DE “MODERNIZAÇÃO DO CAMPO” .....                            | 103        |
| 4.2 CONSTRUÇÃO DE UM MODO DE VIDA COMUNITÁRIO EM UM ESPAÇO EM DISPUTA PELA TERRA NAS COMUNIDADES DE PORCOS, GUARÁ E POMBAS .....       | 117        |
| <b>5. METODOLOGIA PARTICIPATIVA E INTERLOCUÇÃO COM AS COMUNIDADES .....</b>                                                            | <b>127</b> |
| 5.1 OFICINAS PARTICIPATIVAS.....                                                                                                       | 127        |
| <b>6 DIAGNÓSTICO SOCIAL PARTICIPATIVO: EM BUSCA DA AFIRMAÇÃO DE UMA TERRITORIALIDADE CONTRA HEGEMÔNICA .....</b>                       | <b>141</b> |
| 6.1 DAS LUTAS E CONFLITOS FUNDIÁRIOS .....                                                                                             | 142        |
| 6.2 IDENTIDADE COLETIVA: DIFERENTES PERSPECTIVAS .....                                                                                 | 157        |
| <b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                                   | <b>162</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                               | <b>169</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>                                                                                                                    | <b>183</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Diversas organizações da sociedade civil brasileira – ambientalistas e de defesa do direito de trabalhadores rurais e populações tradicionais – têm produzido, nos últimos anos, argumentos políticos, científicos e jurídicos sobre as políticas de reforma agrária, regularização e defesa de territórios tradicionais, do meio ambiente, combate à violência no campo, gestão territorial e ambiental, em defesa do campesinato brasileiro, em especial as populações tradicionais – de fundos e fechos de pasto, faxinais, quebradeiras de coco babaçu, pesqueiras, ribeirinhas, além das comunidades remanescentes de quilombos e povos indígenas.

Na Bahia, especificamente na região Oeste, a realidade de violência no campo tem sido denunciada por entidades de assessoria desde a década de 1970.<sup>1</sup> Atualmente, essas entidades de assessoria técnica e jurídica, especialmente nos municípios localizados no território de identidade da Bacia do Rio Corrente, têm se articulado com os povos do campo nos processos de luta, com vistas à efetivação das políticas de reforma agrária, regularização de territórios tradicionais e seus modos de vida, também face à identificação de representantes do capital agroindustrial na região,<sup>2</sup> que historicamente incidiu sobre o Estado na perspectiva de exercer o controle sobre essas áreas em disputa e viabilizar projetos de grande impacto socioambiental na região.

A região Oeste é destacada por sua história de ocupação estar relacionada a dois aspectos físico-geográficos importantes, quais sejam: a presença marcante dos biomas Caatinga e Cerrado e a presença da bacia hidrográfica do rio São Francisco, com seus afluentes e subafluentes. Essa bacia garante a sobrevivência física e cultural de trabalhadoras/es rurais e populações tradicionais que desenvolveram um modo de vida baseado no pastoreio e no uso comum de terras – em sua maioria, devolutas – e recursos naturais de forma sustentável para a pesca e extrativismo, para a criação de animais soltos e desenvolvimento da agricultura camponesa e tradicional. Logo, esses aspectos contribuíram para a

---

<sup>1</sup> Dados sobre a violência no campo na região Oeste são divulgados há trinta anos no Caderno de Conflitos no Campo da Comissão Pastoral da Terra (CPT). De acordo com a CPT, em 2015, o estado da Bahia foi palco de 128 conflitos no campo, envolvendo 77.770 pessoas e 10,6% do total de famílias apresentado nacionalmente (CANUTO *et al.*, 2015).

<sup>2</sup> Termo utilizado por Mendonça (2008) e Delgado (1985) para descrever o processo de modernização conservadora e desenvolvimento do capitalismo no campo no Brasil.

configuração da organização social, política e econômica da região Oeste.

No entanto, em oposição às populações que primeiro se estabeleceram nessa área, está a expansão do modelo de produção caracterizado pelo predomínio do latifúndio, monocultor e fundamentado no padrão empresarial para exportação, que teve como elemento central a concentração fundiária, sob controle de elites agrárias e agroindustriais. Esse acontecimento trouxe como consequência a intensificação de conflitos, em especial os ligados à expropriação de territórios tradicionais (MIRANDA, 2000), uso indevido dos recursos hídricos (principalmente na concessão de outorgas de água para irrigação) e implantação de obras de infraestrutura, desmatamento, assoreamento e poluição da água e dos solos (GASPAR, 2006).

Durante a década de 1970, o governo, sob o Regime Militar, e a incidência das elites agrárias definiram a prioridade de investimento nessa expansão e estimulou a fixação, na região Oeste, de produtores agrícolas do sul do país e estrangeiros (SANTOS, 2007). Tais investimentos trouxeram impactos negativos tanto para as populações rurais tradicionais do Oeste, espoliadas de suas terras, como também para o cerrado, onde elas se localizam (OLIVEIRA, 2014).

A esse respeito, Santos (2007) assinala ainda que, desse período até o começo da década de 2000, múltiplas ações no campo institucional ocorreram na supracitada região com o intuito de promover a integração da agricultura à dinâmica industrial de produção e da constituição dos complexos agroindustriais, o que se deu com a ingerência das elites econômicas, das oligarquias rurais, das entidades patronais rurais do Oeste da Bahia e das lideranças políticas que os representavam.

Consequentemente, nesse período, também se intensificaram o cerceamento e a ameaça de trabalhadores e comunidades tradicionais rurais por fazendeiros e empresas estrangeiras. Sobretudo no Oeste baiano, o Estado também tem contribuído para a recorrência de episódios de expropriação dos territórios, conflitos fundiários e violências contra as comunidades tradicionais, na medida em que, além de financiar e viabilizar a instalação dessas empresas por meio da implantação de obras de infraestrutura, tem majorado os impactos negativos causados por tais instalações com morosidade no processo de regularização fundiária de terras públicas, rurais e devolutas (MIRANDA, 2000).

Hoje, a região Oeste segue sendo a zona prioritária de expansão da fronteira agrícola no Brasil, e os últimos governos, em âmbito federal e estadual, continuaram priorizando esse modelo de desenvolvimento econômico ao investir na execução de projetos e obras de infraestrutura para expandir o agronegócio e consolidar o país no cenário do capitalismo internacional.

Em 2015, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento definiu um plano de expansão da fronteira agrícola na região, que é formada pela junção das divisas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (MATOPIBA), com aproximadamente 414 quilômetros de superfície e 6,5 milhões de hectares de área plantada, onde se encontram os maiores aquíferos<sup>3</sup> e reservas de cerrado ainda não devastado (GASPAR, 2006). O Estado concentrou também no cerrado baiano investimentos em infraestrutura, energia, tecnologia e exploração de recursos hídricos, que representaram certa reestruturação do agronegócio na região e o aumento significativo dos conflitos por terra, água e bens naturais. No território da Bahia, os municípios considerados prioritários nesse plano são: Santa Maria da Vitória, Correntina, Jaborandi, Coribe, Cocos e Carinhanha, que, segundo dados do Ministério de Meio Ambiente, constam entre os primeiros na lista de devastação do bioma Cerrado (BRASIL, 2015).

Em 2007, o governo do estado da Bahia estabeleceu a divisão regional dos municípios baianos em territórios de identidade, teoricamente, como projeto político de fomento ao desenvolvimento regional e combate à desigualdade social. Nessa divisão, é que Correntina<sup>4-5</sup>, o município estudado, passou a ser identificado como pertencente ao território de identidade da Bacia do Rio Corrente.

Com vistas a combater esse modelo de produção do campo e as desigualdades sociais, nesse contexto de disputas de classes, cresceu o número

---

<sup>3</sup> Na região Oeste do estado da Bahia, a água subterrânea tem sido progressivamente procurada como fonte de abastecimento, haja vista a baixa densidade de drenagem da região e a crescente demanda de água para o suprimento das sedes de fazendas, vilarejos e projetos de irrigação (SANTOS, 2007, p. 216).

<sup>4</sup> De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e segundo o Sistema de Informações Municipais da Superintendência de Estudos Sociais (SEI) e a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), Correntina é um município distante 914 quilômetros da capital baiana, com extensão territorial de 11.921,676 quilômetros quadrados.

<sup>5</sup> Até 2016, sua população era estimada em 31.249 pessoas residentes no município (IBGE, 2016). Em 2013, o município apresentou um PIB de R\$ 1.093.296,472 e uma renda per capita de R\$ 33.150,29 (IBGE, 2010). A sua sede está localizada a 500 quilômetros de Brasília, entre as coordenadas de 12°59'24" e 13°58'44" de Latitude Sul e 44°19'39" e 46°16'54" de Longitude Oeste.

de grupos mobilizados na luta no sentido de preservar o seu modo de vida, e reivindicar mais investimento em políticas para a redução dessas desigualdades e apoio direto para a agricultura camponesa e comunidades tradicionais, ao passo que denunciam a recorrência de episódios de expropriação dos territórios, conflitos fundiários e socioambientais e violências contra os povos do campo.

É desse lado da disputa que se encontram as comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto de Correntina, que hoje estão definidas na Lei estadual n. 12.910/2013 como aquelas que fazem uso comunitário de áreas de terra localizadas nos biomas de caatinga e cerrado, ou nas regiões de transição desses dois biomas, para a criação de gado, prática do extrativismo de baixo impacto, articulada com o aproveitamento das áreas de terra individuais para a produção agrícola de base familiar, policultura de subsistência, para consumo ou comercialização (BAHIA, 2013). São conceituadas ainda como comunidades que possuem, intrínseca à sua constituição, cultura própria, relações de parentesco, compadrio ou solidariedade comunitária associada às tradições e práticas sociais, fazendo uso adequado dos recursos naturais disponíveis e preservando o meio ambiente, segundo práticas tradicionais.

Nesse contexto de ocupação territorial entre a população correntinense estudada, a pesquisa se dedicou a conhecer algumas famílias das comunidades de Matão, Garrotes, Brejo dos Aflitos e Cabeceira Grande, que fazem uso comum dos fechos de pasto de Porcos, Guará e Pombas e estão localizadas na zona rural do município de Correntina<sup>6</sup>, na margem direita do Rio Santo Antônio. Essas comunidades vivenciam há mais de três décadas conflitos fundiários que envolvem, do lado oposto, empresas como a Prestadora de Serviços Ltda. (Prestec), que foram cadastradas no Programa Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) e no Projeto de Reflorestamento do Oeste da Bahia, incentivado pelo Governo Federal na década de 1970, com a proposta inicial de adquirir terras para a plantação de pinho e eucalipto para a extração de óleos vegetais e fabricação de combustíveis, extração de celulose e fabricação de papel (MIRANDA, 2000). Além do fato de muitos desses investimentos não prosperarem

---

<sup>6</sup> O município está completamente inserido na Bacia do Rio Corrente e é cortado pelos rios Correntina, Arrojado, Santo Antônio, Guará e Rio do Meio. A Bacia do Rio Corrente situa-se no Médio São Francisco e é considerada uma das mais importantes da região Oeste da Bahia (PANQUESTOR *et al.*, 2002 *apud* LIMA, 2016).

e de as empresas não exercerem a posse efetiva das terras naquele período, essas terras apresentam fortes indícios de devolutividade, bem como continuaram sendo ocupadas pelas comunidades tradicionais mencionadas, razão pela qual necessitam da propositura de Ação Discriminatória Administrativa Rural pelo Estado da Bahia (AATR; CPT, 2018).

No entanto, o processo de auto-organização e de luta dessas comunidades, que desde o período referido se dá comumente pelo enfrentamento direto à ação de ocupação dos grileiros de terras e pistoleiros, mais recentemente tem se ampliado na perspectiva de avançar na participação em reuniões com entidades de assessoria e apoio jurídico, no fortalecimento da compreensão coletiva dos direitos socioterritoriais e garantias jurídicas correspondentes, bem como em torno da formulação de estratégias de articulação e construção de espaços de relações e reivindicações junto ao Estado.

Diante desse contexto, o recorte deste trabalho é a análise dos conflitos vivenciados por essas comunidades e compreender seu modo de vida e organização social e política, no sentido de identificar quais as possibilidades de articulação de instrumentos da metodologia participativa, como o Diagnóstico Social Participativo, aos saberes locais no apoio ao reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas, em conjunto com representantes das comunidades, na perspectiva de que os auxilie na autogestão de seus territórios, e também para que possa se configurar como instrumento útil ao avanço da autodemarcação, da defesa da posse e da regularização do território tradicional referido.

Assim, partiu-se da hipótese de que a articulação de saberes tradicionais e científicos, mediante a promoção de espaços de interação entre os membros das comunidades, trocas de saberes e compreensão das relações socioterritoriais estabelecidas naquela localidade, era favorável ao fortalecimento político e ao desenvolvimento de um modo de vida mais autônomo.

As pesquisas de Souza Sobrinho (2012) e Oliveira (2014) descrevem a organização de populações tradicionais na região Oeste do estado da Bahia em prol da luta por reconhecimento de direitos, e o fazem inclusive mencionando empresas agroindustriais e proprietários latifundiários que, desde a década de 1970, travam disputas com trabalhadores rurais e comunidades tradicionais, que pertencem às classes sociais antagônicas, pela posse e propriedade da terra e pelo

controle do uso dos bens naturais na região.

Outras pesquisas no campo da Geografia, da Sociologia e do Direito abriram espaço para a análise de fatores desse contexto na correlação de forças de sujeitos históricos antagônicos, a exemplo do estudo desenvolvido por Sevá (2008) sobre como o patronato rural lida e enfrenta as disputas políticas ambientais que fazem frente à expansão do agronegócio, notadamente na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal.

Vê-se, portanto, que as pesquisas desenvolvidas até então têm se dedicado a analisar as transformações decorrentes da ampliação dos interesses do capital no campo, nos últimos 30 anos, o que inclui o Oeste baiano, e também no que tange, sobretudo, às modificações na vida e nos territórios das comunidades tradicionais da região, que servem para ampliar o entendimento sobre o modo como tais comunidades produzem o campo e como se relacionam com ele, além de caracterizar os conflitos sociais e fundiários rurais que emergem dessas diferentes territorialidades.

Nesse sentido, é pertinente destacar a tese desenvolvida por Santos (2007), que compreende, a partir de levantamento histórico e análise conjuntural, a nova configuração econômica e social engendrada nos municípios do Oeste da Bahia e suas repercussões em parte dos espaços territoriais, incluindo Correntina.

Antes disso, Miranda (2000) havia desenvolvido um estudo de cunho histórico, cultural e socioeconômico sobre a dinâmica de ocupação do Oeste Baiano, para então poder representar a dicotomia presente nas relações entre as populações que tradicionalmente ocupam a região, sobretudo o campesinato, e os representantes do capital, tanto nacional como estrangeiro, reprodutores do modelo econômico agroexportador.

Na sequência, a pesquisa de Souza Sobrinho (2012) se propôs a compreender os processos sociais concernentes à privatização capitalista da terra no Oeste baiano, especialmente a expropriação de terras tradicionalmente ocupadas e as estratégias de reterritorialização das comunidades geraizeiras, também no município de Correntina.

Carvalho (2008), por sua vez, foi o primeiro pesquisador que se propôs a descrever e analisar os modos de vida das comunidades de fundo de pasto do Oeste da Bahia, ao utilizar como instrumento o estudo etnográfico no município de

Oliveira dos Brejinhos, tendo colaborado para que essas comunidades buscassem sua autoidentificação e certificação enquanto Fundo de Pasto.

Em seguida, Oliveira (2014) analisou a emergência e o processo de organização política das comunidades de Fecho e Fundo de Pasto de Jacurutu e Salobro, no município de Santa Maria da Vitória<sup>7</sup>, frente à grilagem de terras devolutas no oeste da Bahia. Para desenvolver a pesquisa, a autora utilizou a metodologia de trabalho participativo para elaborar mapas mentais junto com representantes daquelas comunidades, com o objetivo de apontar a configuração atual dos territórios tradicionalmente ocupados pelas comunidades objeto de estudo e, especificamente através dos mapas mentais, ilustrar aspectos fundamentais para entender a territorialidade dos grupos, inclusive as bases de reprodução material e sociocultural. Esse exercício também permitiu o resgate do passado pelos grupos, assim como fomentou expectativas de futuro em torno da sua luta pela defesa do território tradicional.

Por último, ainda em 2015, foi criado o projeto de extensão “Monitoramento de Territórios e Cartografias Sociais”, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), sob a coordenação de Franklin Carvalho, com a proposta de apoiar o reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas através da capacitação dos agentes sociais na utilização de diferentes instrumentos e estratégias de autogestão de seus territórios, tendo inclusive iniciado um trabalho de identificação dos limites territoriais das comunidades do fecho de pasto de Brejo Verde, em Correntina.

Com base nessas pesquisas e tomando como referência principalmente os instrumentos da pesquisa de campo e da metodologia participativa, a presente dissertação buscou dar continuidade ao estudo etnográfico, através da realização de um Diagnóstico Social Participativo, no sentido de fortalecer as experiências autônomas das comunidades, bem como qualificar os processos de luta da sociedade civil engajada na afirmação e na preservação da cultura, dos saberes tradicionais e da memória coletiva dessas populações tradicionais, que hoje veem seus direitos identitários, sociais e territoriais ameaçados pelo avanço do projeto desenvolvimentista hegemônico.

---

<sup>7</sup> Município da região Oeste do estado da Bahia, distante 55 quilômetros de Correntina.

De outra parte, o ato de agregar os saberes tradicionais ao conhecimento científico visa garantir o fortalecimento da organização política das comunidades tradicionais de Correntina e de municípios vizinhos dessa região, as quais, ao contrário das lutas sociais registradas no norte da Bahia (ALCANTARA; GERMANI, 2009), possuem experiências mais recentes de organização em torno da demanda por representação de seus interesses perante o Estado. Um fator que acelerou essa demanda das comunidades de fecho de pasto do município de Correntina foi o fato de o estado da Bahia, ao aprovar a Lei 12.910/2013, haver estabelecido prazo até dezembro de 2018 para “regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades Remanescentes de Quilombos e por Fundos de Pastos ou Fechos de Pasto” (BAHIA, 2013).

Com o prazo, a Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto, em conjunto com as comunidades e entidades de apoio, passaram, desde 2015, a intensificar a busca ativa para incentivar as comunidades tradicionais a se autorreconhecerem e se autodeclararem junto à Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI), com o propósito de incidir efetivamente na garantia do acesso à terra e aos territórios tradicionais dessas comunidades (COMUNICAÇÃO IRPAA, 2015).

Um exemplo dessa realidade é vislumbrado com a experiência de organização das populações tradicionais das comunidades dos fechos de pasto de Porcos, Guará e Pombas, que têm construído ações de luta em defesa do seu modo de viver e da perspectiva de manutenção do seu território tradicional, em Correntina. Com esse propósito, é pertinente que a pesquisa seja referenciada nessas comunidades.

Na atual conjuntura, tem havido o adensamento das lutas sociais no campo por terra e território (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2017), ao passo que também se percebe o crescimento da formulação de políticas de ordenamento territorial, regularização fundiária e acesso à terra e uso de bens naturais, com base no uso de tecnologias sofisticadas e levantamento de informações geográficas. Isso traz a necessidade de, não só caracterizar os conflitos fundiários rurais, como também subsidiar o trabalho de organização das comunidades tradicionais para a autogestão dos seus territórios e valorizar as relações mais horizontais entre os

sujeitos e saberes envolvidos, bem como fomentar ações que possibilitem a regularização de tais territórios tradicionais.

O objetivo geral do trabalho é caracterizar os conflitos sociais e fundiários rurais através do Diagnóstico Social Participativo, com vistas a subsidiar o trabalho de organizações de trabalhadores rurais e comunidades camponesas na regularização e na autogestão dos seus territórios tradicionais, tendo como recorte de análise as comunidades tradicionais do fecho de pasto de Porcos, Guará e Pombas, no município de Correntina. Já os objetivos específicos consistem em: caracterizar os conflitos sociais e fundiários por meio da identificação dos sujeitos envolvidos, seus antagonismos presentes nos discursos, ações e respectivas propostas de apropriação das terras e acesso aos recursos naturais, além da extensão e do tipo de destinação da área ocupada, incluindo informações sobre aspectos históricos culturais e sociais; compreender os modos de organização e como os sujeitos incidem pela representação de seus interesses na sociedade política; apontar procedimentos de metodologias participativas que permitam fortalecer a regularização e autogestão territorial pelos moradores das comunidades tradicionais em estudo.

A presente dissertação surgiu como possibilidade de dar continuidade ao trabalho de apoio às comunidades de fechos de pasto do Oeste da Bahia, a partir do trabalho de advocacia e assessoria jurídica popular na equipe da Associação de Advogados de Trabalhadores/as Rurais (AATR). Entre 2013 e 2016, foi possível participar das discussões sobre reforma agrária e regularização e defesa de territórios tradicionais, preservação dos recursos naturais e valores culturais para a manutenção dos modos de vida dos povos do campo e colaborar com o trabalho de assessoria jurídica de organizações de luta pela terra no Oeste do estado, especialmente nos municípios que ficam localizados no território de identidade da Bacia do Rio Corrente. Em colaboração com o coletivo de assessoria jurídica do Oeste,<sup>8</sup> foi possível também acompanhar uma das atividades do projeto de extensão “Monitoramento de Territórios e Cartografias Sociais”, que partiu da proposta de mapeamento territorial das comunidades de Brejo Verde, a fim de

---

<sup>8</sup> Formado por trabalhadores rurais, populações tradicionais e organizações de assessoria, o Coletivo de Assessoria Jurídica existe desde 2008 para acompanhar os conflitos socioambientais na região Oeste da Bahia (nos territórios de identidade da Bacia do Rio Corrente e Velho Chico) e os processos (administrativos e judiciais) de regularização fundiária dos territórios tradicionais.

favorecer os processos de reivindicação dos direitos territoriais daquelas famílias camponesas.

Com a colaboração do coletivo de assessoria jurídica do Oeste nessa época, foi possível identificar um quadro representativo do capital agroindustrial no Oeste da Bahia que historicamente incidiu sobre o Estado, fosse através de seus representantes na sociedade política para garantir a inserção de suas demandas específicas nas pautas da gestão de políticas públicas, fosse ao propor ações no âmbito do Judiciário ou da Administração Pública para avançar nas disputas pela posse de terra e pela viabilização de projetos de grande impacto socioambiental na região. Em contraponto, é premente a demanda das comunidades tradicionais brasileiras – e, dentre elas, as comunidades tradicionais de fundos e fechos de pasto da Bahia – por maior expressão, visibilidade e garantia dos seus direitos territoriais, seu patrimônio histórico cultural e demais condições necessárias à sua reprodução. Assim, a partir desse lugar de observação e atuação, buscou-se, através da pesquisa, construir junto com as comunidades dos fechos de pasto de Porcos, Guará e Pombas um instrumento útil ao avanço de sua luta pela demarcação e regularização do seu território tradicional, através da afirmação dos seus processos de territorialização, direitos territoriais e identitários, assim como a afirmação da autonomia na gestão territorial e na proposição de demandas pela garantia do seu bem viver.

O fundamento do método centra-se no materialismo histórico dialético enquanto possibilidade de interpretação da realidade, apresentado por Karl Marx e Friedrich Engels (1997), tendo em vista os aspectos contraditórios tanto da dinâmica social das comunidades tradicionais de fechos de pasto envolvidas na pesquisa, quanto dos interesses imbricados na disputa pela posse da área objeto de estudo.

Com a coerência do método teórico supracitado, o caráter da pesquisa é identificado como pesquisa participativa. Segundo a definição de Demo (1995), o propósito político da ação social é direcionado para a prática e a transformação da realidade pelos sujeitos envolvidos com o trabalho de Diagnóstico Social Participativo, que alia saber popular e conhecimento científico em três momentos: 1) autodiagnóstico participativo das condições objetivas e subjetivas que envolvem o conflito fundiário vivenciado pelas comunidades tradicionais dos fechos de pasto

de Porcos, Guará e Pombas; 2) estratégia de enfrentamento prático aos problemas identificados através do autodiagnóstico, dado seu objetivo de subsidiar o reconhecimento dos participantes enquanto sujeitos históricos, que compreendem o contexto em que se inserem e também projetam seus interesses e tomam decisões sobre as condições de reprodução no espaço onde incidem; 3) proposição da elaboração de mapas mentais pelos moradores das comunidades envolvidas, como estratégia de autoidentificação e autodemarcação do território tradicional.

Ademais, propôs-se a utilização de procedimentos metodológicos com base em pesquisa bibliográfica de estudos desenvolvidos, inclusive sobre a região investigada. Buscou-se, por um lado, identificar aspectos histórico-culturais, sociais e ambientais da região, além de se informar sobre os sujeitos e os interesses em disputa no conflito fundiário estudado, para então caracterizar as relações de poder e hegemonia de elementos culturais e simbólicos nele estabelecidas. Por outro lado, buscou-se refletir sobre os temas e autores que estruturam o referencial teórico.

Na sequência, dados qualitativos foram considerados, tendo em vista o caráter dinâmico da interpretação da realidade, por intermédio da identificação e da incorporação das opiniões e proposições dos sujeitos envolvidos com o trabalho de autodiagnóstico, tendo como base as suas “leituras de mundo”, isto é, suas condições materiais, referências políticas, econômicas, culturais e as formas de produção que constituem as comunidades tradicionais de fecho de pasto de Porcos, Guará e Pombas.

Em seguida, realizou-se a coleta de dados secundários, ou seja, informações empíricas em campo, dados documentais, tais como registros de notícias e publicações de debates – em sítios eletrônicos e sedes das entidades patronais já constituídas no Oeste, a exemplo da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), que há muito publica opiniões em periódicos e jornais de grande imprensa, assim como organizações civis de assessoria técnica e jurídica de camponeses(as): Comissão Pastoral da Terra (CPT), Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia (AATR) e Sindicato de Trabalhadores Rurais de Correntina.

Para caracterizar a Região Oeste, foram coletados dados primários do grupo de pesquisa Urbanização e Produção de Cidades na Bahia, que integra o Núcleo

de Pesquisas e Análises sobre o Território (NUPAT), do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DCHF) da UEFS. Foram coletados dados sobre a estrutura fundiária, a produção agrícola e sobre o Produto Interno Bruto (PIB) agrícola, tanto do total do estado da Bahia como o da região. Também foram coletados dados sociais, econômicos, demográficos, bem como acerca da população economicamente ativa e setores de atividades econômicas do Oeste da Bahia, os quais geraram tabelas.

Com o mesmo propósito, a pesquisa buscou alcançar também notícias veiculadas na imprensa, mídias sociais e periódicos sobre incidência política e outras estratégias de ação, tantos das representações do capital agroindustrial quanto de organizações que representam ou assessoram trabalhadores/as rurais e comunidades tradicionais no Oeste da Bahia, município de Correntina, pois a “opinião pública como hegemonia política é o ponto de contato entre a sociedade civil e a sociedade política, entre o consenso e a força” (GRAMSCI, 2007, p. 265). Assim, foram levantados dados com base em notícias em sítios eletrônicos e sedes das entidades patronais já constituídas na região.

Com o amparo das ferramentas citadas acima, foram realizadas visitas técnicas ao campo de estudo e reuniões para esclarecimentos sobre o projeto nas comunidades de Matão, Garrotes e Brejo dos Aflitos, que fazem uso comum dos fechos de pasto de Porcos, Guará e Pombas.

No contato com moradores e representantes das comunidades, a inserção em campo se deu através dos assessores/as da CPT, que em geral apresentam os/as técnicos/as e assessores/as populares das organizações civis e dos órgãos públicos às comunidades. Essa mediação permitiu o estabelecimento de relações de confiança com os grupos, assim como possibilitou o seu envolvimento na coleta de dados e no mapeamento. Uma das metas iniciais foi coletar dados acerca das características da população e dos elementos próprios de sua produção social, tais como economia, presença de escolas agrícolas na comunidade etc.

Em seguida, como segunda etapa do trabalho referido, foram realizadas doze entrevistas semiestruturadas (CRUZ NETO, 2002) com homens e mulheres, com prioridade para as pessoas mais velhas da comunidade, considerando os diferentes aspectos da vida social, papéis desempenhados na comunidade, a trajetória de seu engajamento e organização política e demais ações de

territorialização. Com o mesmo intuito, foram identificadas as pessoas mais implicadas nos conflitos apresentados, com perguntas previamente formuladas, articuladas com abordagem livre, para que pudesse ser explorada a liberdade da lógica argumentativa dos entrevistados sobre questões diversas, tais como idade, escolaridade, memória individual e coletiva, concepções do conflito vivenciadas pelos participantes, formas de organização sociopolítica e econômica, além de identidade coletiva afirmada e perspectivas de garantia dos direitos territoriais de suas comunidades.

Na sequência, foram realizadas duas reuniões com os entrevistados e com os parceiros locais e institucionais das comunidades dos fechos de pasto de Porcos, Guará e Pombas, a fim de identificar as pessoas interessadas em participar das atividades de elaboração do Diagnóstico Social Participativo.

A etapa seguinte consistiu na realização de duas oficinas para construção do diagnóstico dos territórios das comunidades tradicionais envolvidas, discussão sobre os conflitos fundiários e as disputas territoriais, incluindo lutas pelo uso da água na região Oeste, principalmente no município de Correntina e nas terras tradicionalmente ocupadas por essas comunidades. Tais oficinas serão mais bem detalhadas no Capítulo 5.

Para isso, recorreu-se à metodologia participativa, com base no trabalho desenvolvido por Oliveira (2014) com as comunidades de fechos de pasto de Salobro e Jacurutu no município de Santa Maria da Vitória, também no Oeste da Bahia. Parte desse trabalho foi tomada como referência, tendo em vista que a pesquisadora também é advogada e assessora jurídica popular associada da AATR, fez parte do grupo de pesquisa e extensão GeografAR e, atualmente, permanece no trabalho de Cartografia Social no projeto de extensão “Monitoramento de Territórios e Cartografias Sociais” da UFRB. Ademais, os resultados foram avaliados positivamente pelas próprias comunidades e pelo Coletivo de Comunidades de Fundos e Fechos de Pasto do Oeste, tendo a pesquisadora utilizado mapas mentais para ilustrar aspectos necessários ao entendimento da territorialidade dos grupos sociais envolvidos e dos elementos que compõem a sua base de reprodução material e sociocultural, quais sejam: eixo do conflito; marcos físicos (estradas, localização das comunidades, fontes de água); a área de uso comum e as comunidades que dela fazem uso; formas de uso

representadas por símbolos; tipos de serviços públicos disponíveis em cada comunidade, roteiro dos eventos e festas tradicionais; e como se deu a dinâmica de expropriação das comunidades das respectivas terras pelos antagonistas, também representados no mapeamento citado.

Por último, foi necessária a realização de mais um encontro para validação do material produzido pelas comunidades, através da discussão e sugestões para adequação das informações representadas e projeção de propostas para autodemarcação do território, fortalecimento da gestão territorial autônoma pelas comunidades participantes e articulação de demais ações em prol da regularização dos seus territórios.

Os dados coletados em campo através das entrevistas e reuniões, os mapas e as fotos produzidas junto com os representantes das comunidades, bem como os temas debatidos nas oficinas participativas, foram sistematizados e convertidos em elementos para subsidiar a construção do Diagnóstico Social Participativo das comunidades do fecho de pasto de Porcos, Guará e Pombas, o qual está descrito no quinto capítulo e é apresentado nos apêndices desta dissertação.

Muito embora o protagonismo da população das comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto de Correntina na defesa de seu território e manutenção dos modos de vida tradicionais seja enfatizado na elaboração do Diagnóstico participativo, optou-se por manter o procedimento ético de não revelar a identidade dos sujeitos entrevistados, a fim de manter a segurança dos mesmos, tendo em vista o momento de acirramento dos conflitos fundiários e socioambientais no município de Correntina, em que muitos representantes das comunidades estão sofrendo perseguição por agentes do Estado e representantes do agronegócio.

A dissertação está dividida em cinco seções, sendo que a primeira diz respeito à Introdução, com informações dos objetivos, metodologia e justificativa, enquanto as demais discorrem sobre os conteúdos que ajudaram a desenvolver o tema estudado e subsidiaram o trabalho de Diagnóstico Social Participativo, sobretudo aqueles produzidos por meio de pesquisa teórica, documental e empírica.

O Capítulo 2 aborda o referencial teórico acerca do Estado capitalista contemporâneo e hegemônico, sob a perspectiva de Antônio Gramsci, no sentido de apresentar a questão agrária brasileira enquanto espaço de disputas, inclusive

na dimensão territorial, para destacar o debate sobre o papel do patronato rural na construção da hegemonia do agronegócio no Oeste da Bahia e compreender os fatores do atual contexto de expansão da fronteira agrícola na região.

No terceiro capítulo, faz-se a caracterização da região Oeste, dispondo sobre aspectos socioeconômicos e demográficos, bem como outros dados sociais e da estrutura fundiária de toda a região. Em seguida, no mesmo capítulo, procedeu-se à apresentação dos principais grupos que representam o agronegócio da região Oeste, o papel deles no avanço do agronegócio na região, além da descrição de suas principais ações de territorialização do capital no campo, em especial no município de Correntina, a partir da década de 1980 até chegar aos dias atuais.

O Capítulo 4 apresenta elementos teóricos para compreender as comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto da Bahia, seu histórico de organização política e modos de vida, bem como o contexto dos conflitos fundiários agrários em Correntina, com destaque para os que envolvem as comunidades do fecho de pasto de Porcos, Guará e Pombas.

O Capítulo 5 apresenta a metodologia, com a sistematização das entrevistas, oficinas participativas, as caminhadas guiadas e os procedimentos que resultaram no Diagnóstico Participativo, para que o leitor compreenda os caminhos percorridos para a sua construção junto com as comunidades.

No último capítulo, são apresentados os resultados do Diagnóstico, em especial os aspectos que dizem respeito às diferentes perspectivas de identidade coletiva, à sociabilidade das comunidades, ao modo como seus integrantes percebem os conflitos fundiários, entre outros elementos descritos e incorporados aos materiais produzidos nas oficinas participativas.

## 2. ESTADO, CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO NO OESTE BAIANO

Para o desenvolvimento do presente trabalho, torna-se conveniente recorrer a uma breve reflexão de perspectiva histórica e sociológica acerca da construção social do Estado, em particular, as diferentes concepções que surgiram a partir do século XVIII, no período moderno, por serem hegemônicas desde então e terem, por esse motivo, influenciado a formação social atual, com suas práticas dominantes de relações de poder, e por permitirem, dessa maneira, a compreensão da relação entre Estado e sociedades de classes no Brasil.

Logo, será frequente ao longo deste estudo a apresentação de informações oriundas da revisão de literatura, mormente com base na abordagem de pesquisadores sobre a questão agrária (MARTINS, 1993, 1999, 2010; MENDONÇA, 2008, 2010, 2014) e a Geografia Agrária (OLIVEIRA, 2007, 2016; SOUZA SOBRINHO, 2012). Assim, espera-se que tais considerações sirvam como bases teóricas para ampliação de produção de pesquisas críticas e transformação social sobre a região Oeste da Bahia, que enfrenta a monopolização do território pelo capital agrário há mais de quatro décadas, sendo marcada por conflitos decorrentes da ocupação econômica violenta e emblemática na história de formação territorial do país, e que ainda assim segue sendo a última fronteira agrícola desse estado.

### 2.1 ESTADO E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO NA PERSPECTIVA GRAMSCIANA

Algumas considerações sobre as diferentes concepções do Estado moderno são necessárias, assim como a apresentação da distinção entre a teoria liberal e a sua crítica marxista, com ênfase nas contribuições teóricas de Gramsci, tendo em vista que a sua teoria ampliada de Estado agrega também a relação com a sociedade civil, mais adequada à realidade que se pretende analisar.

Por conseguinte, é necessário distinguir, de um lado, uma concepção naturalizada e a-histórica de Estado, originada no século XVIII – com base na matriz de pensamento *jusnaturalista* ou *contratualista* –, cujo argumento principal justifica a existência dessa instituição a partir de um pacto ou contrato social aprimorado

pelo estudo e estabelecimento de regras formais de Direito, confundido com Moral e Ética (MENDONÇA, 1998, 2014) e, portanto, capaz de pôr fim ao estado de natureza, identificado como contexto de conflito de todos contra todos, de ausência de ética e de moral, de insegurança jurídica e anomia. Com base, sobretudo, nas contribuições de Hobbes, Locke, Rousseau e Montesquieu, constitui-se essa acepção de Estado liberal, que até hoje fundamenta a configuração do Estado capitalista contemporâneo, pautado principalmente pela defesa de “direitos individuais” “naturais” dos homens, o que inclui a apropriação do valor do trabalho e a propriedade privada, e estruturado segundo requisitos formais de organização dos poderes – valores liberais.

Contrário à visão liberal, Engels (1984) optou por descrever determinadas condições sociais do processo histórico que levaram à formação da família e da divisão sexual do trabalho e, posteriormente, à sua divisão social, incorreu no surgimento da propriedade privada e, conseqüentemente, à divisão da sociedade em classes até a consolidação do Estado. Para Engels, o Estado é uma construção social, ou seja,

[...] é antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; e é a confissão de que esta sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes, não se devorem e não consumam numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamando a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto por cima dela, se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 1984, p. 191).

Marx, no desenvolvimento industrial do século XIX, concebe o Estado enquanto aparelho de dominação de classe, que rompe com a ideia de naturalização da sua constituição como “pacto” ou “contrato social”. O Estado passa então a ser concebido em uma perspectiva histórica, erigida a partir dos diferentes processos de produção e de trabalho dos homens, em que esses se encontram em lugares distintos de disputa, a depender de quem detém os meios de produção (MENDONÇA, 1998, 2014).

Percebem-se, desse modo, as relações de poder entre classes, em que uma

classe ou fração dessa classe se apropria dos meios de produção e garante as condições de exploração da força de trabalho dos demais sujeitos de uma classe, assumindo também a direção do Estado e conseguindo, então, generalizar ou “universalizar” seus interesses, transformando-os no “bem comum”.

É assim que, de acordo com essa perspectiva, no Estado capitalista, o capital assume o comando da reprodução da vida social e o controle sobre o processo do trabalho – forma como o homem transforma a natureza e baseia as suas relações – e o próprio funcionamento do Estado. Marx define então o Estado burguês como aparelho de reprodução do interesse da classe dominante, pautado na manutenção da propriedade privada, na exploração do trabalho, nos interesses de mercado e da concorrência, fundamentais para a reprodução do sistema capitalista (MENDONÇA, 1998, 2014).

Entretanto, as transformações do capitalismo ocidental no século XX fizeram com que se tornassem complexas as formas de dominação de classe e com que surgissem, dentro do marxismo, análises mais específicas sobre Estado, a exemplo da abordagem de Gramsci (MENDONÇA, 1998, 2014). Como Marx, ele também destaca o caráter universalista do Estado, na perspectiva histórica, como aparelho de dominação de classe. No entanto, ao reformular o conceito de sociedade civil para evidenciar o papel dos aparelhos privados na articulação de diferentes modalidades de dominação, não somente no aspecto econômico, mas também tratadas como questão política, social e ideológica, Gramsci defende que o Estado deveria ser observado de forma ampliada. Assim, a articulação da força coercitiva do Estado, aliada à capacidade de convencimento e construção de consenso através dos aparelhos privados à disposição de uma classe dominante ou sua fração, são o que o marxista sardo denominou de *hegemonia*.

Cabe de pronto apresentar o conceito de Estado ampliado como o resultado das relações de forças em disputa na sociedade civil e das relações dessa com a sociedade política. Enquanto a sociedade política é o “aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção” (GRAMSCI, 2006, p. 21), sociedade civil, por sua vez, é o conjunto de organismos (sistema de ensino, religião, partidos políticos, organizações profissionais, sindicatos, associações, meios de

comunicação) com a função de hegemonia, ou seja, responsáveis pela direção político-ideológica de grupos subalternos.

Com base nesse pensamento, a concepção gramsciana formulada é de que

[...] o Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dominante e dirigente; portanto abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura. As ditaduras contemporâneas abolem legalmente até mesmo estas novas formas de autonomia e se esforçam por incorporá-las à atividade estatal: a centralização legal de toda a vida nacional nas mãos do grupo dominante se torna “totalitária” (GRAMSCI, 2012, p. 139).

Feita essa apresentação, conforme já explicitado, o presente trabalho se distancia da concepção liberal de Estado, ao tomar por base os conceitos de Estado capitalista na perspectiva marxista, especialmente em Gramsci, tendo em vista a possibilidade de compreensão da reprodução histórica das relações de interesses antagônicos nas lutas de classes que configuram o Estado contemporâneo. Que continua burguês, uma vez que reafirma o interesse da classe dominante de manter como base a apropriação privada dos meios de produção e as variadas formas de exploração da força de trabalho no estágio atual do desenvolvimento do capitalismo.

O marxista sardo recuperou os conceitos de sociedade civil e sociedade política para readequá-los ao contexto histórico italiano de seu tempo, que testemunhava a ascensão do fascismo nos anos de 1920, e pensar as peculiaridades do Estado capitalista daquele período, integrado a partir não só da coerção, mas também da cultura.

A contribuição de Gramsci ao elaborar o conceito de Estado ampliado foi de demonstrar a correlação existente entre as instituições específicas do Estado em sua acepção restrita (sociedade política) e as formas de organização das vontades e da ação coletiva e a própria consciência (sociedade civil), pautadas por interesses socioeconômicos.

Nessa perspectiva, apreende-se o conceito de Estado ampliado em Gramsci como ferramenta teórico-metodológica, seguindo o viés elaborado por Mendonça (2010; 2014), para, em contato com o contexto do conflito fundiário nas comunidades rurais de Correntina, no Oeste da Bahia, verificar como se dá a

construção da hegemonia do agronegócio, as modalidades de dominação das entidades representativas do capital agroindustrial territorializadas na região, antagônicas aos interesses dos fechos de pasto de Porcos, Guará e Pombas – seja essa dominação conferida pela mobilização das forças coercitivas do Estado restrito ou pela construção do consenso mediante representação sociopolítico-cultural-ideológica.

Isso sem perder de vista a leitura das contradições, centradas nas experiências concretas de permanência e de resistência a esse modelo de produção no campo, pois as disputas de hegemonia não se realizam de forma homogênea, sendo dinâmicas e contraditórias, e não ocorrem exclusivamente nos espaços institucionais, como se observa em alguns aspectos das relações de diferentes sujeitos, que atendem aos interesses de classes, apontados por Bruno (2008, p. 277):

Ou seja, a despeito da existência de inúmeros canais institucionais de interlocução, existem, lado a lado à representação formal e nos espaços onde essas organizações operam, determinados mecanismos que funcionam paralelamente e que se inter cruzam, como, por exemplo, o acesso direto ao executivo e aos ministros de Estado. É o conhecido “sabe com quem está falando”, analisado por Roberto da Matta. Entretanto, apesar da proximidade com o poder público, há uma seletividade, mesmo entre os empresários agroindustriais. [...] Como diria Leonilde Medeiros comentando sobre o assunto, são práticas que passam por uma hierarquia que não é dada exclusiva nem diretamente pela riqueza. Elas dependem da conjuntura, dos laços de amizade e de parentesco existentes etc.

Em outro aspecto, a dinâmica presente nas bases coercitivas que integram o Estado deve ser observada – fenômeno assimilado na concepção de Thompson (1997) sobre classes, leis e direito –, na medida em que a legislação é um instrumento na permanente disputa de classes, apropriada para atender a interesses de sujeitos diversos:

Assim, a lei (concordamos) pode ser vista instrumentalmente como mediação e reforço das relações de classe existentes e, ideologicamente, como sua legitimadora. Mas devemos avançar um pouco mais em nossas definições. Pois se dizemos que as relações de classe existentes eram mediadas pela lei, não é o mesmo que dizer que a lei não passava de tradução dessas mesmas relações, em termos que mascaravam ou mistificavam a realidade.

Muitíssimas vezes isso pode ser verdade, mas não é toda a verdade. Pois as relações de classe eram expressas, não de qualquer maneira que se quisesse, mas através das formas da lei: e a lei, como outras instituições, que de tempos em tempos podem ser vistas como mediação (e mascaramento) das relações de classe existentes (como a Igreja ou os meios de comunicação), tem suas características próprias, sua própria história e lógica de desenvolvimento independentes (THOMPSON, 1997, p. 353).

Para analisar de que forma esse modelo de desenvolvimento capitalista se expandiu no Brasil, especialmente na região objeto deste estudo, especificamente nas áreas do cerrado não desmatado, como as localizadas em Correntina, convém observar e fazer algumas analogias com trabalhos realizados, como o desenvolvido por Natividade (2013), que investigou as discussões na Câmara dos Deputados entre os anos de 1961 a 1964 acerca da questão agrária brasileira.

Para constatar as relações entre sociedade civil e sociedade política nos termos gramscianos, a citada autora fez um levantamento da biografia histórico-político-social dos membros responsáveis pela elaboração dos projetos de reforma agrária, tendo sido exitosa em demonstrar as relações com aparelhos privados de hegemonia, quando não levantou a condição de classe de alguns desses membros. Por último, no mesmo trabalho, Natividade fez a análise das posições das entidades de classe dominante frente às possíveis mudanças na estrutura agrária brasileira na década de 1970, o que lhe permitiu constatar como os embates em torno da questão agrária refletiam uma conjuntura político-ideológica dominante de luta contra o comunismo, sem olvidar que, muito embora a reforma agrária, tão fundamental para os que lutam pela terra, atinja os interesses das classes proprietárias de terras no campo, também é um instrumento que atende ao interesse próprio de desenvolvimento do capital.

Portanto, as mesmas bases teóricas são articuladas agora para analisar o Estado brasileiro contemporâneo como cenário da expansão do agronegócio no campo, ao ter como agentes desse fenômeno representantes do capital industrial e financeiro internacional, os quais, por sua vez, lançam mão do mesmo método arcaico de acumulação às custas de expropriação de territórios tradicionais, empobrecimento de sua população, dependência econômica, esgotamento dos recursos hídricos, desmatamento e conversão dos bens de natureza em mercadoria.

É pertinente a articulação desse debate à explicação de Mészáros (1989) sobre como, em uma relação dialética, o capitalismo desenvolve um meio de se reestruturar frente às contradições que ensejariam o seu próprio fim. Nesse processo que o autor chama de autorreprodução, o Estado, em meio ao esgotamento das forças e meios de produção capitalistas, assume o papel de administrador da crise, ora na condição de consumidor, ora na de produtor, e dissocia a relação dos meios de produção como necessidades humanas, que passam agora a representar um objeto para a reconstituição estrutural do capital.

Devemos ter em mente que a alienação dos meios de produção do produtor é, simultaneamente, também a perversa metamorfose de tais meios de produção em capital. Consequentemente, a lógica pela qual, de agora em diante, eles têm de se conformar não é outra senão o próprio capital, necessariamente auto-expansivo (ou então decadente) (MÉSZÁROS, 1989, p. 29).

A compreensão dos elementos desse estágio do capitalismo, analisado por Mészáros, permite identificar qual o papel do Estado no contexto do avanço da fronteira do agronegócio no oeste da Bahia e no consumo destrutivo de recursos materiais e humanos nesse processo.

## 2.2A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA EM SUA DIMENSÃO TERRITORIAL

O processo de industrialização e expansão das relações capitalistas de produção no campo brasileiro, ascendente durante a década de 1960, culminou com a expulsão de milhares de camponeses do campo e o agravamento de problemas socioeconômicos decorrentes da migração campo-cidade, fenômeno que se tornou, como será mostrado mais adiante, objeto também de análise da questão agrária:

[...] a expansão da grande empresa capitalista na agropecuária brasileira nas décadas de sessenta e setenta foi ainda muito mais acelerada do que em períodos anteriores. E essa expansão destruiu outras milhares de pequenas unidades de produção, onde o trabalhador rural obtinha não apenas parte da sua própria alimentação como também alguns produtos que vendia nas cidades. Foi essa mesma expansão que transformou o colono em boia-fria, que agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios, e que concentrou ainda mais a propriedade da terra (SILVA,

1993, p. 12).

O economista Ignácio Rangel<sup>9</sup> alinhava-se à corrente de pensamento que defende que o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro se dá, efetivamente, pela conversão da renda da terra em capital, tendo também como fator dominante a destituição completa do campesinato dos meios de produção, o que faria com que sua mão de obra se tornasse assalariada (mesmo que temporariamente) e passasse a ser, na condição de trabalhador livre, consumidora. Contudo, essa corrente de pensamento não reconhece as contradições da formação social do país que persistiram, junto com as práticas capitalistas, na produção do campo brasileiro, práticas não-capitalistas e pré-capitalistas. Em relação a essas últimas, destacam-se a manutenção de latifúndios improdutivos, a presença de trabalhadores rurais espoliados – por vezes, com uso de violência, além daqueles mantidos em regime análogo ao escravo – e a produção agropecuária desprovida de tecnologia e insuficiente para corresponder às demandas de mercado (OLIVEIRA, 2007).

Na década de 1960, Rangel formulou o conceito de *dualidade básica* da economia brasileira e, por conseguinte, do desenvolvimento da agricultura, que descreve o desenvolvimento das relações de produção capitalista no campo a partir da industrialização da agricultura, com adoção de tecnologia apropriada, que passou a “adequar” a própria natureza à produção do lucro e aos interesses dos grandes capitais – com aumento da produtividade e redução do custo da força de trabalho e de produção – em detrimento dos pequenos produtores e trabalhadores e às custas de sua alienação (SILVA, 1993).

No sentido de destacar o papel do regime colonial na acumulação primitiva

---

<sup>9</sup> A tese da dualidade da economia brasileira não é nova. Ela estava em consonância com as teses sobre a economia latino-americana difundida na década de 1960 e estava presente também na teoria economicista que fundamentou o programa político do Partido Comunista Brasileiro. Os comunistas da época defendiam a construção de uma aliança com a burguesia nacional como saída necessária para reverter as mazelas provocadas pelo colonialismo brasileiro. Assim, seria preservado o capital privado de fábricas e empresas nacionais, desde que fosse eliminado o latifúndio semifeudal, suplantado definitivamente o legado do sistema escravista – que persistia ao manter subjugadas as forças de produção – e combatido o avanço do imperialismo estadunidense no Brasil, uma vez que todos esses fatores representavam o atraso da economia do país. Também com base nesses fatores, predominou por muito tempo o pensamento de que os desníveis de desenvolvimento de diferentes regiões do país, a condição de centro e periferia em todas as escalas, o caráter da agricultura, do campo e do modo de vida do campesinato brasileiro, especialmente no sertão, na região Nordeste, eram reflexo desse atraso (OLIVEIRA, 2007).

de capital na Europa e a análise das contradições desse processo para melhor compreender a sua repercussão na contemporaneidade da questão agrária brasileira, serão descritos a seguir, em discordância com os autores há pouco citados, elementos que justificam o alinhamento da presente pesquisa aos autores críticos da razão dualista e que a confrontaram com a tese integracionista do desenvolvimento do capitalismo no campo. *A priori*, pode-se adiantar que Martins (2010, p. 26), ao perceber os equívocos de polarizações que classificavam as relações no campo como feudais ou capitalistas, explicou que elas tinham “muito pouco a ver com reconstrução histórica da realidade e muito mais com os dilemas e impasses políticos do momento, da atualidade dos autores”, dizendo ainda:

[...] à medida que os próprios pesquisadores descrevem as relações de trabalho que predominaram na substituição do escravo pelo trabalhador livre, baseadas na produção direta dos meios de vida necessários à reprodução da força de trabalho, já se constata que tais relações não podem ser definidas como capitalistas (nem o trabalho como assalariado) senão através de muitos e questionáveis artifícios. Essa é, na verdade, uma questão de método. O procedimento classificatório descarta a reconstituição das relações, tensões e determinações que se expressam nas formas assumidas pelo trabalho (MARTINS, 2010, p. 26).

Endossando essa perspectiva, convém destacar pesquisas que confirmam que, malgrado o avanço do capitalismo no campo brasileiro, cresce o contingente camponês na agricultura, enquanto classe social, em decorrência da contradição intrínseca ao desenvolvimento desse modo de produção; portanto, pode-se concluir que o próprio capital cria e recria relações capitalistas e não-capitalistas, as quais podem ser combinadas ou não, enquanto reprodução ampliada. O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social engendrada na expansão capitalista (tanto quanto o latifúndio), a qual, mesmo expulsa da terra, “com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar” (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

Assim, não há uma sujeição formal do trabalho ao capital, pois a situação da agricultura não tem o mesmo conjunto de atributos e especificidades com que se marcou a indústria, em função da qual esse conceito foi formulado.

Agora, se está diante de um processo distinto na agricultura: o processo de sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo. Esse processo se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela

subordinação da produção camponesa (OLIVEIRA, 2007, p. 12).

Com efeito, tais autores<sup>10</sup>, mencionados anteriormente, remontam à ocupação do território brasileiro para explicar a desigualdade no campo, tendo como elemento fundamental a restrição do acesso à propriedade fundiária. Todos eles abordaram a colonização do território brasileiro, dada inicialmente pela doação de grandes extensões de terra particulares – sesmarias – para a exportação de cana de açúcar e algodão, criação e comércio de gado, mineração, no primeiro momento, e para a produção de café, alguns séculos mais tarde. Para trabalhar nesses latifúndios, foi mobilizado o mercado de tráfico de africanos escravizados, para garantir “a exploração compulsória da força de trabalho” (MARTINS, 2010, p. 130), fato que representou naquele período o estabelecimento do antagonismo entre duas classes sociais básicas: senhores e escravos.

Todavia, entre esses polos, a pequena produção de outros gêneros alimentícios no Brasil foi desenvolvida também e principalmente pelos “posseiros” – “agregados” ou “apadrinhados” desses senhores –, provenientes da população branca não proprietária, população negra liberta, indígenas e mestiços, os quais ocupavam e usufruíam de pequenos pedaços de terra para produzir sua subsistência e vender parte do que era produzido nas feiras das cidades. Em troca, prestavam serviços ou favores aos seus “padrinhos”, quando não podiam arcar com o pagamento do que lhes era cobrado pela terra. Desse modo, pequenas porções de terra foram arrendadas pelos senhores por longos períodos, desde a derrocada do sistema de sesmarias em 1822 (MARTINS, 2010, p.131) até a prescrição da Lei n. 601 de 1850, a Lei de Terras.

Essa lei consolidava a conversão da terra em mercadoria e oficializava um novo e rentável mercado para as classes abastadas do Brasil, uma vez que, por meio desse instrumento, as terras devolutas<sup>11</sup> só poderiam ser apropriadas mediante compra e venda. Uma justificativa dada então pelo governo era a de que os rendimentos obtidos com essa transação seriam destinados a financiar a vinda de colonos da Europa.

---

<sup>10</sup> Delgado (2001); Martins (2010); Mendonça (2008; 2010; 2014); Oliveira (2007; 2016); Santos (2007); Souza Sobrinho (2012), entre outros.

<sup>11</sup> As terras devolutas eram assim chamadas porque, uma vez que não fossem apropriadas por meio de compra e não fossem produtivas, deveriam voltar a integrar o patrimônio do Estado. Eram, portanto, terras públicas.

Santana Filho escreve sobre o combate à invisibilização de estudos acerca da organização e das formas de resistência à política econômica e social no território nacional, através das várias insurgências e revoltas protagonizadas por sujeitos “contrários à estrutura constituída pela economia colonial” e “à função estabelecida aos trabalhadores explorados e privados [em dado momento da história] de sua liberdade”, conformando a expressão mais radical da resistência diante da escravidão no Brasil (MOURA, 2004 *apud* SANTANA FILHO, 2018, p. 90).

[...] apresentaram à organização política, social e econômica, outra forma de ordenamento territorial baseada na liberdade e no acesso e direito à terra para todos os que habitam o Estado, por meio do quilombo, como identidade étnica e política.

O território Quilombola de Palmares será, para a história informal e formal do Brasil, uma das maiores organizações políticas na luta pela emancipação da população negra em território nacional.

Esse território segue princípios de organização e o direito pleno do ser livre para todos os seres humanos que se libertaram do sistema escravista, sendo que a forma e estrutura fizeram com que cerca de 30 mil pessoas vivessem no mesmo espaço livre e com direito à terra. O Quilombo de Palmares tornou-se, na contemporaneidade, símbolo da luta dos movimentos negros no campo e cidade pela conquista do direito a terra pela população negra quilombola (SANTANA FILHO, 2018, p. 91-93).

Não se pode jamais apagar da história do país, sob pena de se perpetuarem mais injustiças, que a população negra sempre foi vista como ameaça ao poder das classes agrárias dominantes, o que significaria o fim da economia colonial, sempre voltada para o horizonte europeu. Tendo em vista que mais de uma centena de quilombos foi identificada pelos registros oficiais do século XIX, pode-se considerar que a Lei de Terras foi um instrumento a serviço da legalização do latifúndio no Brasil e da manutenção da desigualdade racial (SANTANA FILHO, 2018).

Observa-se que essa restrição jurídica do acesso às terras pela população livre e pobre – sobretudo a população negra, liberta em 1888, e os imigrantes – reforçou a concentração fundiária e aprofundou as más condições de vida da população remanescente dessa estrutura agrária, na medida em que também implantou o mercado de trabalho livre em substituição ao sistema escravista (SILVA, 1996 *apud* SAMPAIO, 1996; SILVA, 1993).

As forças das classes dominantes durante o Brasil Império, com a expressão de suas práticas coloniais, ofereceram as condições necessárias para a expansão

do modelo de produção capitalista no mundo, tratando a propriedade da terra como mercadoria, reserva de valor. Da Silva (2015) reforça este ponto quando explica que “a lei não pegou”, principalmente, porque foi elaborada e executada por um grupos que estavam diretamente vinculados ao problema da terra e sua ocupação (fazendeiros, sesmeiros e grandes posseiros), tradicionalmente identificados como senhores e possuidores de extensas áreas e que, portanto, dominavam o cenário político e econômico do Brasil imperial.

[...] discutia-se que a discriminação entre os domínios públicos e particulares da terra iria garantir a tranquilidade necessária para atração e estabelecimento dos imigrantes europeus que substituiriam os trabalhadores escravizados. Processo que José de Souza Martins denominou de “o cativo da terra” (DA SILVA, 2015, p. 89-90).

Por conta da restrição ao usufruto da terra, à população livre e impedida de prover sua subsistência e seu desenvolvimento econômico autônomo caberia a alternativa imediata de vender sua força de trabalho a menor custo, o que confirma mais uma vez o ciclo vicioso de direito e “trabalho”, desde tempos imemoriais, como sendo os únicos meios de enriquecimento (MARX, 2017).

A esse respeito, Martins (1999) descreve ainda um artifício presente na Lei de Terras, elaborada, essencialmente, por senhores de terras e escravos, no século XIX, o que garantiu a atuação do Estado imperial a serviço da classe dominante senhorial e manteve suas prerrogativas:

Por essa Lei, dois distintos institutos foram unificados num só: o domínio, que pertencia ao Estado, e a posse útil, que era do particular. Por ter o domínio da terra, o senhorio, o Estado preservava o direito de arrecadar as terras às quais o particular não desse utilidade, não tornasse produtivas. Até o século XVIII, a Coroa com frequência recorreu a essa prerrogativa para redistribuir terras que não fossem devidamente utilizadas. A Lei de Terras, porém, transferiu ao particular domínio e posse, criando uma espécie de direito absoluto que é a principal causa do latifundismo brasileiro e das dificuldades para dar à terra, plenamente, uma função social (MARTINS, 1999, p. 122).

Da Silva (2015) destaca, também, outros aspectos contraditórios do processo de implementação da Lei de Terras, na tentativa de justificar por que, até o final do Império, essa legislação, que tinha formato proposto pelas classes

dominantes, não havia sido respeitada em seus quesitos. Entre eles, o fato de que outras elites provinciais, desvinculadas da produção do café no período, não se viram contempladas pela legislação. Por outro lado, a Inspetoria Geral de Terras Públicas (IGTP) e demais agências estatais da época não tinham condições de dar conta das legitimações e revalidações de posses e da venda das terras devolutas, o que contribuiu para que seu procedimento nem sempre garantisse a veracidade das provas necessárias para justificar a circunstância de ocupação da terra anterior ao regulamento de 1854.

No limiar da década de 1960, se fortalece a modernização da agricultura brasileira, através da instalação de fábricas de máquinas e insumos agrícolas. Mais uma vez, a intervenção do Estado se deu mediante a implantação de políticas agrícolas de incentivo à aquisição de produtos industrializados e incorporação de tecnologias modernas na produção rural (MARTINS, 1999).

Foi também nesse período que a questão agrária assumiu o centro do debate sobre a economia no país, quando diagnósticos diversos – dentre eles o desenvolvido por Inácio Rangel e demais teóricos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) – apontaram que a concentração da estrutura agrária representava um obstáculo à industrialização. A industrialização, por sua vez, passou a ser vislumbrada como o caminho para o desenvolvimento econômico, com a substituição das importações e a preservação da economia brasileira da intervenção estrangeira (FERNANDES, 2013; NATIVIDADE, 2013).

Não obstante, percebia-se naquele período que a agricultura não dava conta de absorver os produtos do mercado do setor industrial recém estabelecido. Debitava-se essa adversidade ao fato de que a estrutura agrária se mantinha em ritmo crescente de concentração, sendo necessário reverter esse quadro desfavorável, o que terminou por aliar esse movimento às transformações nas relações de produção, de modo a permitir que a agricultura respondesse às necessidades da industrialização (SILVA, 1993).

Como observado, muitos teóricos do período – dos mais conservadores aos mais progressistas – trataram de apresentar propostas de solução para a questão agrária. Os mais progressistas propuseram mudanças na estrutura fundiária, extremamente concentrada, fortalecimento da elevação dos padrões de vida da população rural, passando por mudanças nas relações de trabalho no campo. Tais

propostas se justificavam, em primeiro lugar, porque o crescimento da produção de alimentos poderia, enfim, atender à demanda urbana, que se tornou crescente; em segundo lugar, porque o crescimento urbano era também condição para a expansão da indústria nacional e, concomitantemente, para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.<sup>12-13</sup>

A Igreja Católica também exerceu – e até hoje exerce – papel fundamental na construção do debate e na proposição de ações acerca da questão agrária, ao sustentar a proposta de redistribuição fundiária e uso da terra, orientada segundo questões ético-sociais, legitimando o princípio da “função social” contida em sua Doutrina Social,<sup>14</sup> que se levantava contra a injustiça e a exclusão social. Ao partir dessa compreensão, uma parte da Igreja apoiou a luta política de organização sindical no Brasil e também interviu na conceituação do princípio da função social da propriedade, inscrita no Estatuto da Terra, de 1964, e, mais tarde, na Constituição Federal de 1988 (DELGADO, 2001, p. 160).

Sobre esse ponto, Martins (1993) traz uma definição dos limites da proposta de reforma agrária que orientava as ações da Igreja na década de 1960, ao registrar que a instituição católica estava preocupada com a questão social do campo, mais do que com a questão agrária, em oposição ao Partido Comunista Brasileiro, por reconhecer o risco político das migrações, do êxodo rural e do desenraizamento do campesinato, que supostamente ficaria à mercê dos ideais comunistas no meio urbano, principalmente no eixo Rio-São Paulo. Nesse sentido, a Igreja propôs alternativas centradas na preservação da instituição familiar, isto é, na preservação da unidade de produção e trabalho familiar, ainda que esse não se desse em

---

<sup>12</sup> Para Delgado (2001), esse modelo de desenvolvimento é corolário das teses econômicas da CEPAL, reverberadas principalmente por Rangel (1961), Caio Prado Jr. (1960; 1962) e Celso Furtado (1962).

<sup>13</sup> Nesse período, Celso Furtado, Ministro Extraordinário do Planejamento do governo de João Goulart, apresentou essa tese no Plano Trienal (1963-1965) e afirmou que a estrutura agrária constituía obstáculo para o desenvolvimento econômico (DELGADO, 2001; NATIVIDADE, 2013).

<sup>14</sup> Conjunto dos ensinamentos dos papas, fundado na dignidade e nos direitos da pessoa, na liberdade religiosa, na família e na vida em sociedade, na promoção do bem comum, na preservação e universalização dos bens da natureza, no desenvolvimento integral da pessoa e dos povos, na justiça e na caridade. Repercutiu mundialmente a partir do século XIX ao se posicionar incisivamente sobre os efeitos socioeconômicos da Primeira Revolução Industrial, do liberalismo, do capitalismo, do socialismo e do comunismo. A miséria do proletariado industrial, as guerras civis, as duas grandes guerras mundiais, os regimes políticos totalitários e a situação de ex-colônias suscitaram os principais posicionamentos papais. Para a Igreja, a propriedade privada só pode ser adquirida como fruto do trabalho e deve servir a ele. Logo, essa “função social” da propriedade fazia a Igreja condenar o latifúndio e defender a reforma agrária (ENCICLOPÉDIA CATÓLICA POPULAR, 2004).

condições autônomas (MARTINS, 1993), o que fortalecia ainda mais a acumulação do capital.

Em meio aos posicionamentos diversos acerca da questão agrária brasileira daquele período, crescia e se fortalecia a organização do campesinato brasileiro, cuja luta social desempenhou importante papel na organização e emancipação da sociedade brasileira, tanto por denunciar a situação de miséria da população rural do país quanto por formar politicamente a classe trabalhadora, a partir da pauta de direitos e políticas sociais, transformação social e superação do capitalismo. Muitos conflitos fundiários já haviam sido registrados antes desse período, principalmente os que deram origem ao cangaço na década de 1930. Mas foi nos anos de 1950 que camponeses – entre posseiros, pequenos proprietários e arrendatários de terra – passaram a se organizar com mais força, ligados pelas irmandades formadas com apoio do baixo clero da Igreja Católica.

Os primeiros movimentos sociais organizados de luta pela terra e reforma agrária no Brasil ganharam dimensão nacional com as Ligas Camponesas, entre as décadas de 1940 e 1960, principalmente no Nordeste brasileiro, após o fim do governo do presidente Getúlio Vargas, por meio da formação de associações sociais civis – seguindo o formato proposto pela Igreja Católica, inicialmente com o propósito de desenvolver um trabalho beneficente e de auxílio mútuo. Porém, com o tempo, os trabalhadores passaram a protestar contra o aumento do preço do arrendamento das terras e a direção dessas organizações foi sendo cada vez mais assumida por membros do Partido Comunista do Brasil (PCB), o qual, por seu turno, tinha como propósito a aliança operário-camponesa para garantir a tomada do poder e o avanço do socialismo no país (OLIVEIRA, 2007, p. 105).

Essas associações foram sendo transformadas em sindicatos rurais, federações e ligas e cresceram em quantidade, como também passaram a articular greves e pautar uma política de desenvolvimento econômico que passasse pela garantia da posse da terra e da reforma agrária em prol dos camponeses. Como reação ao movimento das Ligas Camponesas, a ditadura civil-militar instaurada em 1964 passou a promover todo tipo de violência contra as lideranças do campo (que eram perseguidas, presas, torturadas, assassinadas e ocultadas), até a sua quase

completa desarticulação<sup>15</sup>.

Foi a partir de meados da década de 1960, em posição antagônica – ao predominar sobre todos esses argumentos e ao mesmo tempo lastrear a política econômica e o modelo de desenvolvimento posto em ação pelo governo militar que duraria mais de duas décadas –, que ganhou força o “pensamento conservador” de expoentes como Delfim Netto (1963) e outros “economistas da USP”, como os denomina Delgado (2001, p. 161). Esses teóricos apresentavam uma tese que negava a existência de uma “questão agrária”, desconsiderava as relações de trabalho predominantes no meio rural, a estrutura fundiária daquele contexto e, ainda, as questões ético-sociais defendidas pela Igreja Católica (DELGADO, 2001). Calcada na negação da questão, a tese apresentava uma proposta de reforma agrária que consistia em verdadeira propaganda de modernização agrícola, afirmando que a agricultura brasileira desempenhava as seguintes funções para o desenvolvimento econômico: liberação da mão-de-obra para o setor industrial, crescimento da oferta de alimentos, criação de mercados para os produtos da indústria, expansão das exportações, financiamento de parte da capitalização da economia; de modo que, de acordo com o modelo conservador, a agricultura brasileira era observada, estudada e aprimorada sob a perspectiva de sua “funcionalidade” para o modelo hegemônico de desenvolvimento econômico do país (DELGADO, 2001).

Ao sintetizar o pensamento de Guimarães (1979), Graziano da Silva (1982), Muller (1989) e Kageyama (1990) a respeito das diferentes fases da modernização da agricultura brasileira, Santos (2007) observou que esse processo se concretizou mediante o fortalecimento da agroindústria e da incorporação de terras em função da abertura de novas “fronteiras agrícolas”,<sup>16</sup> com intervenção do Estado. Esse, por sua vez, “viabilizou uma série de instrumentos que iam desde o crédito rural,

---

<sup>15</sup> Registros de assassinatos no campo brasileiro constam nos seguintes dossiês: “Assassinatos no campo: crime e impunidade – 1964/1986”, levantado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; “Conflitos de Terra – 1986”, realizado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD); e cadernos anuais “Conflitos no Campo Brasil”, da Comissão Pastoral da Terra (OLIVEIRA, 2007, p. 110).

<sup>16</sup> Essa expressão é utilizada para indicar o movimento de incorporação de novas áreas para a produção agropecuária nos moldes do capitalismo. Justamente para os limites dessas áreas eram deslocados os pequenos proprietários e posseiros, pequenos produtores em geral, expropriados das áreas antes destinadas ao uso comunal e à pequena produção de gêneros alimentícios básicos para consumo interno no país (SILVA, 1993, p. 45-46).

altamente subsidiado e abundante, até programas de pesquisa agrônômica e extensão rural” (p. 71), com o objetivo de desenvolver a indústria de máquinas e insumos agropecuários, bem como a indústria processadora, reduzindo com isso o fluxo de importação de produtos desses gêneros.

Ao revelar mais um elemento correlacionado à ampliação da intervenção do Estado e dos aspectos conservadores do processo de modernização da atividade agropecuária no país, Oliveira (2007, p. 130) assinala que a “modernização da agricultura não atuou no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos” em proprietários de terras, tendo sido essa a estratégia de aliança política adotada pelo Governo Militar após o Golpe de 1964, quando se utilizou fortemente a política econômica de incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência Desenvolvimento Amazônia (SUDAM)<sup>17</sup> em favor dos donos do capital.

[...] os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil. Possuem áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade. O exemplo mais clássico é o famoso Projeto Jari. Implantado pelo multimilionário Daniel K. Ludwig, foi “nacionalizado” no final do governo do Gal. Figueiredo, quando passou para um grupo de cerca de vinte e cinco empresas lideradas pelo grupo Azevedo Antunes. A área ocupada, depois da atuação do GEBAM – Grupo Executivo do Baixo Amazonas, aliás, órgão ligado diretamente ao Conselho de Segurança Nacional, tinha uma superfície superior a 4 milhões de hectares (OLIVEIRA, 2007, p. 130-131).

De fato, essa intervenção assegurada pelo golpe e pela subsequente ordem instituída mediante repressão militar revela como, no Brasil, o desenvolvimento do capitalismo foi empreendido com base na aliança entre terra e capital, contrariamente ao modelo dominante nos países hegemônicos, posto que trazia como fundamento a acumulação da renda fundiária (MARTINS, 1999, p. 105).

Desde então, um processo contínuo e violento de expropriação de terras passou a ser maciçamente empreendido no país como meio para o estabelecimento do modo de produção capitalista. Tal qual a repetição de um modelo “bem-sucedido” nos países pioneiros do capitalismo, essa prática atroz

---

<sup>17</sup> Auge do planejamento regional do Brasil visando aos estados antes vistos como atrasados.

guarda muitas semelhanças com o que foi vivenciado pela população rural da Inglaterra do final do século XV até o final do XVIII,<sup>18</sup> inclusive porque a colonização do Brasil também serviu ao desenvolvimento do capitalismo europeu, conforme informa a análise feita por Martins (2010, p. 33) a esse respeito:

Minha hipótese é a de que o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução. Marx já havia demonstrado que o capital preserva, redefinindo e subordinando, relações pré-capitalistas. Provavelmente, o caso mais significativo é o da renda capitalista da terra, como já mencionei. Sendo a terra um fator natural, sem valor porque não é o resultado do trabalho humano, teoricamente não deveria ter preço.

Na Inglaterra, a terra convertida em mercadoria de alto valor, ou em “produto excedente”, passou a ser especulada e comercializada para a grande exploração agrícola em um processo que também contribuiu para o aumento da oferta do proletariado<sup>19</sup> para a atividade industrial.

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram tantos outros métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre (MARX, 2017, p. 804).

Já no século XX, a herança colonial escravista e a corrida para lançar o país no caminho da “modernidade” e do “desenvolvimento”, por meio da consolidação da industrialização da agricultura, fizeram com que, no Brasil, sob governos militares, oligarquias rurais se aliassem a capitalistas urbanos e incidissem sobre o

---

<sup>18</sup> Como descrito por Marx (2017), naquele contexto, com o fim do feudalismo, camponeses livres, arrendatários e assalariados agrícolas usufruíam de terras comunais para o cultivo da lavoura, até que a nobreza feudal as usurpasse e as convertesse em pastagens de ovelhas para o desenvolvimento da manufatura de lã. Já no século XVI, com a Reforma Protestante, massas populares novamente foram expulsas das terras arrendadas pela Igreja Católica. Esse movimento continuaria nos dois séculos seguintes, por meio da prática de meios fraudulentos utilizados por grandes proprietários fundiários da oligarquia inglesa, capitalistas burgueses e, até mesmo, grandes arrendatários, os quais anexaram domínios estatais a domínios privados.

<sup>19</sup> Massa de ex-trabalhadores agrícolas pauperizados que, do final do século XVIII em diante, passaram a receber salários cada vez mais abaixo do mínimo (MARX, 2017, p. 799).

Estado de modo a garantir a aquisição de terras públicas devolutas sem que sua titularidade fosse questionada pelos poderes públicos.

Como observado anteriormente, essa conivência do Estado com os interesses das elites, somada à prática violenta e fraudulenta de pilhagem das terras que serviram para a reprodução do campesinato brasileiro, garantiu que esses grupos aliados anexassem ao domínio privado áreas convertidas em mercadoria no rentável mercado de terras e, desse modo, assegurassem renda e a subsequente reprodução do capital sob seu controle:

[...] a composição orgânica diferencial do capital entre agricultura e indústria, entre o setor atrasado e o setor moderno, entre o que se baseia em maior proporção de salário em relação ao capital do que de capital em relação a salário, encarrega-se de fazer aparecer nas mãos do proprietário a renda absoluta que aparentemente não é extraída de ninguém. O lucro médio encarrega-se de equalizar o valor criado em setores da economia que produzem desiguais quantidades de valor, viabilizando a conversão de parte dessa transferência em renda territorial (MARTINS, 2010, p. 33).

A aliança política formada para a reprodução do capital abriu espaço para a hegemonia do setor industrial sobre o agrícola, resultando no aprofundamento da divisão do trabalho nesse último setor e na formação de um complexo agroindustrial cuja capitalização se deu através da articulação de frações de classes que disputaram a influência sobre o aparelho de Estado pela garantia de políticas econômicas específicas para o setor (SANTOS, 2007).

Sobre essa articulação, Natividade (2013) identifica os interesses de classe contidos nos diversos projetos de reforma agrária do período acima destacado e confirma a percepção de Mendonça (2008, p. 104) sobre essas propostas de reforma agrária como fruto da correlação de forças políticas inseridas no Estado, o que não pode ser confundido com a questão agrária em si e tampouco representa meios de superação ou mesmo entrave para o capitalismo; ao contrário, muitas delas são instrumentos para o seu desenvolvimento.

A burguesia agrária, através de suas entidades nacionais de classe, sobretudo a fluminense Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e a paulista Sociedade Rural Brasileira (SRB), representa “as frações da classe dominante mais envolvidas com a urdidura do golpe [de 1964]” (MENDONÇA, 2010, p. 38), as quais provocaram o recrudescimento do movimento social rural organizado e

inviabilizaram o projeto de reforma agrária e as demais propostas de reformas de base pautadas durante o governo de João Goulart,<sup>20</sup> ao mesmo tempo que perseguiram, criminalizaram e reprimiram violentamente as lideranças sindicais que militavam nas Ligas Camponesas. Em seguida, para atender ao *lobby* da burguesia nacional e do capital estrangeiro e neutralizar as pressões sociais da época, as quais se propunham a realizar uma reforma agrária “na marra” – tamanha era a força da organização popular no país inteiro –, foi aprovado o Estatuto da Terra (Lei n. 4.504), durante o primeiro governo militar, pelo Marechal Castelo Branco, ainda em 1964. No entanto, essa aprovação representou uma farsa, e a política de reforma agrária não saiu do papel durante os 20 anos de ditadura,<sup>21</sup> tendo sido “o próprio Ministro do Planejamento do então governo militar, Roberto Campos, quem garantiria aos congressistas latifundiários que a lei era para ser aprovada, mas não para ser colocada em prática” (OLIVEIRA, 2016, p. 77).

Com efeito, o Estatuto da Terra foi regulamentado com inúmeras alterações e com um conteúdo contraditório, pois discorria sobre a democratização da propriedade da terra – tendência “distributivista” – mas, ao mesmo tempo, mantinha o caráter “produtivista” e concentrador, uma vez que ratificava a lógica de “modernização” da agricultura, ao atrelar a desapropriação ou não dos latifúndios à avaliação obscura dos níveis de produtividade. Além disso, a legislação incluía em seu bojo um capítulo exclusivo para tratar da política agrícola (MENDONÇA, 2010).

Em consequência, não só eclodiram mais conflitos sociais envolvendo movimentos de trabalhadores do campo, como também outros, no bojo da própria classe dominante agroindustrial. A Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) entravam em consenso na defesa do direito de propriedade e da estrutura fundiária vigente e pelo “combate ao comunismo”, mas divergiam e disputavam a “condição de porta-vozes autorizados e legítimos das frações agrárias da classe dominante brasileira, condição fundamentada pelo

---

<sup>20</sup> Ele era membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que se fortaleceu durante o contexto de crise econômico-social pré-golpe de 1964, contando ainda com a aliança do Partido Social Democrata (PSD). Com a vitória de Goulart em 1963, com a ameaça de crescimento do governo populista e o avanço da mobilização popular e sindical, a conservadora União Democrática Nacional (UDN) passou a se articular com militares e demandar “intervenções militares”, tal como, há muito, vinha fazendo o empresariado, ao arquitetar uma ação golpista (MENDONÇA, 2010, p. 36-37).

<sup>21</sup> Somente na década de 1980 o governo federal elaborou o 1º Plano Nacional da Reforma Agrária, que definiu a política de implementação da reforma agrária (OLIVEIRA, 2016, p. 77).

critério da maior ou menor imbricação de seus dirigentes à sociedade política” (MENDONÇA, 2010, p. 32). Com isso, tais entidades do patronato passaram a disputar, naquele contexto, os termos das diferentes propostas de reforma agrária, sendo que a SRB, totalmente refratária a qualquer proposta de reforma agrária, inviabilizou o texto original do Estatuto da Terra.

Tais acontecimentos abriram caminho para que o Estado avançasse com o projeto desenvolvimentista, ao conferir créditos e subsídios seletivamente direcionados para a agricultura patronal, no sentido de assegurar a modernização tecnológica dos latifúndios,<sup>22</sup> que privilegiava a produção destinada à exportação ou vinculada a programas energéticos, como o Programa Nacional do Alcool (Proálcool), por exemplo (MENDONÇA, 2010). Outra estratégia utilizada em nome da modernização da agricultura foi a de evitar, o máximo possível, a crítica à estrutura fundiária concentrada e as desapropriações, promovendo, em seu lugar, a ocupação de terras públicas em regiões de fronteiras, viabilizada por meio da criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1970, que deu mais ênfase aos projetos de colonização do que à reforma agrária propriamente dita.

Nas décadas seguintes, entre os anos 1970 e 1980, com a difusão crescente da modernização, não tardaram os impactos negativos de toda ordem, como descreve Balsan (2006), por exemplo, a partir da especialização da produção agrícola em escala nacional, que dotou de caráter comercial a produção de cultivos antes presentes em economias familiares. Assim, as monoculturas de cana-de-açúcar, algodão, fumo e cacau, no Nordeste; a fruticultura nos vales irrigados desta região; o café, o algodão e também a cana-de-açúcar no Sudeste; assim como o arroz, o trigo, a soja e a uva no Sul; ocasionaram fragilidade, tanto ambiental quanto econômica e social no Brasil.

No aspecto ambiental, viu-se o comprometimento da biodiversidade, devido à extensa mecanização, à manipulação genética de sementes e à contaminação por agroquímicos. Houve também fragilidade econômica, dada a progressiva dependência de mercados globalizados, e fragilidade social, pois a estrutura

---

<sup>22</sup> O projeto desenvolvimentista também se incumbiu de investir sobremaneira no capital privado para a construção de obras de infraestrutura estratégicas que se colocassem a serviço desse modelo hegemônico de integração entre agricultura, indústria e comércio.

fundiária concentradora e excludente, assim como o modelo agrícola de grande desempenho e produtividade massivamente subsidiado pelo Estado, praticamente inviabilizava o desenvolvimento do modelo de produção familiar (BALSAN, 2006).

Não bastasse a gravidade de tais aspectos, intensificou-se a sazonalidade do emprego agrícola, o êxodo rural e a miserabilidade urbana, tendo-se registrado ainda a expansão e a colonização das fronteiras agrícolas do país em favor do grande capital, nacional e estrangeiro. Essa ocupação se deu primeiramente na região amazônica e no centro-sul do país, sobretudo nas áreas de cerrado, visadas para produção de grãos e criação de animais, cada vez mais dependentes do mercado externo (BALSAN, 2006).

Sobre a expansão das fronteiras, Oliveira (2016) historiciza o fato mais emblemático da sanha expansionista no país, correspondente à ocupação da fronteira amazônica e mato-grossense no século XX, marcada por ações de grilagem, corrupção e violência – sobretudo a institucionalizada –, como também por resistências, conflitos e lutas. Ele descreve como, durante o pós Segunda Guerra e a culminância da Guerra Fria, o militarismo nacional estendeu para o país a leitura geopolítica estadunidense e a Doutrina da Segurança Nacional para proteção das fronteiras e exploração dos recursos naturais, com o apoio de países aliados e de grupos alinhados a tais interesses<sup>23</sup> (OLIVEIRA, 2016, p.64), diante da necessidade de proteger o país do avanço das lutas comunistas e anti-imperialistas que se expandiam rapidamente pela América Latina e que poderiam comprometer o desenvolvimento da economia capitalista no Brasil. Essa foi a justificativa oficial para que tais recursos fossem entregues aos grupos econômicos nacionais e internacionais.

Naquele momento, a aliança entre burguesia nacional, governos militares e capital estrangeiro, principalmente o estadunidense, fez com que o Estado brasileiro estimulasse atividades de pesquisa e colocasse em prática planos de integração e desenvolvimento de diferentes regiões nacionais que direcionaram as políticas territoriais. Com esses alicerces, o Governo Federal,<sup>24</sup> através de

---

<sup>23</sup> Doutrina inserida no texto das constituições federais desde então, gestada na Escola Superior de Guerra por militares estadunidenses, por força de acordos militares entre EUA e Brasil (OLIVEIRA, 2016).

<sup>24</sup> Principalmente em 1966, durante o governo militar do presidente Marechal Castelo Branco, com a colaboração do Ministro do Planejamento Roberto Campos.

incentivos fiscais e creditícios no âmbito da SUDAM e da SUDENE, garantiu a inserção do país no capitalismo internacional às custas da exploração e da exportação de riquezas naturais, assim como o desenvolvimento de todo um complexo de atividades industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços.

Em seguida, a ocupação do norte do Mato Grosso representou, na realidade, um processo de destruição de territórios indígenas imemorais, tendo sido dizimadas diversas etnias (quando não foram submetidas ao confinamento em parques e reservas) para a construção do território capitalista, por meio de ações de abertura de projetos agropecuários e de colonização, privados e oficiais. Para tanto, terras eram griladas e tomadas à força por grupos econômicos e especuladores que lançavam mão de documentos falsos, tais como certidões ou declarações que atestavam a não existência de índios ou de posseiros, para obter títulos de terras dos governos estaduais.

Infelizmente, a violência no campo, a expropriação de terras camponesas, indígenas e de populações tradicionais, a sua venda para investidores estrangeiros, assim como os danos ambientais ocasionados pela exploração desenfreada dos recursos naturais persistem no contexto agrário brasileiro em números bastante dramáticos. Todavia, também se mantém atual a bandeira da reforma agrária.

Inexorável para a sua existência, mesmo diante do cenário de conflitos por terra, repressão e violação de direitos humanos durante o Regime Militar, os trabalhadores organizados continuaram a resistir e a levantar a bandeira da reforma agrária com apoio da Igreja e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Na busca de neutralizar a tensão dos conflitos sociais rurais, o governo do General Médici instituiu, ao longo da década de 1970, o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste brasileiro (PROTERRA), somente em áreas tidas pelo Estado como prioritárias para a reforma agrária e também com alto índice de conflitos por terra (OLIVEIRA, 2007; MENDONÇA, 2010).

Na década seguinte, haja vista o avanço das manifestações populares pelo fim da ditadura militar e a conquista do direito de eleger o presidente da República,<sup>25</sup> alianças entre civis e militares foram realizadas no país para garantir a “transição

---

<sup>25</sup> Campanha que ficou conhecida como “Diretas Já”.

democrática” da ditadura.

Nesse passo, em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves, que até então era governador de Minas Gerais, foi eleito presidente, com apoio de coligação de partidos de oposição reunidos na Aliança Democrática. Conquanto, indiretamente, a Aliança prometia, todavia, que aquela seria a última eleição indireta no país. Antes da sua morte inusitada, ocorrida poucos meses depois, o governante se comprometeu a dar prioridade ao projeto de reforma agrária. Após a sua morte, em outubro daquele mesmo ano, o seu vice, que assumiu a presidência, José Sarney, aprovou o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, com a promessa de que assentaria 1,4 milhão de famílias em uma área de 43.090.000 hectares ao longo de quatro anos de governo (OLIVEIRA, 2007).

Todavia, esse plano apresentava mais retrocessos do que o próprio Estatuto da Terra, uma vez que seu conteúdo, antes construído em consenso com setores populares como a Igreja e a CONTAG, terminou sendo alterado e esvaziado de sua proposta reformista original, decorrente de articulações diversas entre entidades patronais que disputavam hegemonia política e buscavam, de todas as formas, inviabilizar a sua execução.<sup>26</sup> As tensões no seio da burguesia agrária reacenderam, e as entidades patronais, ávidas por assumirem maior representação política, dividiram-se entre as totalmente contrárias a qualquer avanço na pauta da reforma agrária e aquelas que faziam oposição específica ao PNRA, por vislumbrarem como estratégia política a construção de um consenso por meio da apresentação de um projeto mais favorável aos seus interesses de classe, tal como a SNA, por exemplo. A União Democrática Ruralista (UDR)<sup>27</sup> foi uma entidade patronal que emergiu no contexto de forte oposição ao governo Sarney e aos camponeses sem terra e posseiros, entre outros, com o objetivo de inviabilizar – tendo obtido êxito – a implantação do I PNRA (OLIVEIRA, 2007; MENDONÇA,

---

<sup>26</sup> É necessário ressaltar que esse momento foi marcado por muitos conflitos, pois, apesar de toda articulação e luta protagonizada pelos movimentos sociais, o PNRA foi elaborado, mas não implementado, devido à força de dissuasão dos grandes proprietários de terras, que contavam inclusive com Sarney, um grande latifundiário, na condição de representante dos interesses dessa classe.

<sup>27</sup> Naquela época, entidades ligadas à luta por reforma agrária denunciaram o envolvimento da UDR na compra de armas e formação de milícias para enfrentar violentamente ocupações de terras. Era considerada de “extrema direita” e composta principalmente por proprietários de terras, arrendatários e usufrutuários desapropriados, não integrados ao setor moderno da agroindústria brasileira, provenientes do eixo Goiás/São Paulo/Minas Gerais (MENDONÇA, 2010).

2010).

Como assinalado anteriormente, as considerações sobreditas a respeito da questão agrária brasileira e da modernização do campo entre os anos 1960 e 1980 permitem analisá-las sob o prisma do materialismo histórico dialético e perceber, nesse contexto, a permanência do processo de acumulação primitiva descrito por Marx (2017) no primeiro volume de *O Capital*.

A consideração da concretude e da integralidade dos fatos, bem como do seu desenvolvimento contínuo, espiralado, que assimila suas contraposições, é também premissa da análise de Luxemburgo (1984), que conclui, com base em Marx, que o capitalismo é uma contradição histórica viva; uma forma econômica peculiar na capacidade de se universalizar e se consolidar, tanto pela eliminação das demais formas econômicas, como, na via contrária, pela coexistência com tais formas, a fim de se alimentar e se expandir. Para a filósofa e economista marxista, a resolução dessa contradição dar-se-á somente pela aplicação dos princípios do socialismo que garantem a não-acumulação, a satisfação das necessidades vitais da humanidade pelo trabalho e o desenvolvimento de todas as forças produtivas do planeta.

Ora, se a inserção do modo de produção capitalista na Europa durante três séculos contou com o legado de práticas não capitalistas para garantir sua expansão, o entendimento da questão agrária brasileira, para Martins (2010), pressupõe a indicação de como o desenvolvimento do modo capitalista de produção incorpora, engendra e reproduz relações de produção não capitalistas, tais como a capitalização da renda da terra, conforme apontou Marx em relação ao modelo europeu. Também são combinadas, no processo de acumulação e reprodução ampliada do capital, outras relações não capitalistas, como as que se valem de práticas violentas de expropriação e grilagem de terras tradicionalmente ocupadas e de terras públicas devolutas – antigas posses de populações tradicionais que vão sendo privatizadas para o capital – bem como a superexploração da força de trabalho, desmatamentos, uso desordenado de agrotóxicos, exploração indiscriminada das riquezas hídricas etc.

Esse fenômeno é uma estratégia de territorialização do modo capitalista de produção, como lembra Souza Sobrinho (2012). O autor explica, inclusive, como, associado a esse fenômeno, o campesinato no Brasil não desapareceu, uma vez

que a privatização das terras de trabalho costumeiramente utilizadas pelos camponeses – ao se referir especialmente aos geraizeiros, do Oeste da Bahia, as atividades de pecuária, extrativismo e agricultura ribeirinha – os levou a migrar para outros estados ou a se assalariar nos empreendimentos agrícolas vizinhos, submetendo-se a relações de trabalho precárias.

Souza Sobrinho ressalta, ainda, que a ocorrência desse modelo de modernização do campo é favorável ao capital, devido ao acesso que o trabalhador continua tendo às pequenas áreas de terra para a pequena produção, a qual garante o seu sustento e o de sua família quando o processo produtivo do agronegócio dispensa a sua força de trabalho. Em períodos de alta de produção do agronegócio, por sua vez, “contraditoriamente, os ganhos do trabalho acessório, realizado nos empreendimentos capitalistas, complementam o sustento da família” (SOUZA SOBRINHO, 2012, p. 42).

A observação de Souza Sobrinho (*Ibdem*) sobre as condições de permanência dessas comunidades tradicionais no campo remete ao pensamento de Luxemburgo (1984, p. 32-33) acerca do movimento de expansão do capitalismo por meio da coexistência de modos de produção capitalistas e não capitalistas nos países colonizados, mantendo o método da “destruição e da aniquilação sistemáticas e planejadas dessas organizações sociais não capitalistas”, apropriando-se das bases materiais de sua subsistência, pela desapropriação violenta de seus meios de produção e pelo roubo de sua força de trabalho, como estabelecendo relação de convívio e dependência com “as relações econômico-sociais dos nativos” (*Ibdem*), para assegurar a sua reprodução.

Por consequência, da década de 1960 até o momento atual, esse processo violento de expropriação de terras e força de trabalho e sua conversão em mercadoria à disposição do mercado mundial alastrou conflitos sociais em todo território nacional, constituídos por apuradas estratégias de mobilização e organização popular em torno da resistência e da luta pela permanência no campo e pela defesa de um projeto popular não capitalista de produção social.

Quanto mais o capital, por meio do militarismo, liquida com a existência de camadas não capitalistas e reduz as condições de vida das classes trabalhadoras, mais a história cotidiana da acumulação de capital no cenário mundial transforma-se em uma série de catástrofes e convulsões políticas e sociais que, em combinação com

as catástrofes econômicas periódicas (em forma de crises), inviabilizam a acumulação ao mesmo tempo que tornam imprescindível a rebelião da classe operária internacional contra a dominação do capital, antes mesmo que essa dominação tropece economicamente nas barreiras naturais que ela mesma criou (LUXEMBURGO, 1984, p. 97).

Pode-se afirmar que a propriedade da terra no Brasil e seu contexto maior – a questão agrária – conforma a história de múltiplas territorialidades, em que os conflitos são vislumbrados, fundamentalmente, entre relações capitalistas e não capitalistas de produção do campo. A partir da década de 1960, tornou-se predominante a monopolização do território pelo capital no campo como “modo de acelerar a entrada do país no mundo moderno, o recurso compensatório da pilhagem colonial que nos condenara ao atraso, o modo de acumular mais depressa para mais depressa se modernizar” (MARTINS, 2010, p. 8).

A compreensão desse contexto maior – a questão agrária – em que se insere a luta das populações camponesas expropriadas, em face da reprodução ampliada do capital agrário no campo, via modernização, convoca também a compreensão da questão agrária em sua dimensão territorial, no dizer de Alcântara e Germani (2010), uma vez que a luta pela permanência nas terras, principalmente nas áreas de terras tradicionalmente ocupadas e/ou públicas devolutas de uso comum, é também a defesa de um meio de produção que é, ao mesmo tempo, base da manutenção de um modo de vida.

Nesse sentido, Fernandes (2013) considera que é preciso conceber a questão agrária como um problema territorial, uma vez que, no desenvolvimento da geopolítica mundial – ao atentar-se para o contexto brasileiro ora apresentado –, é possível observar as múltiplas territorialidades da disputa travada entre agronegócio e agricultura camponesa, que se dão pela imposição dos modelos de desenvolvimento “territorial” rural e que se expressam desde os conflitos de terras e esforços pela aprovação de políticas públicas. Esses esforços, por sua vez, passam pela regularização fundiária, pelo acesso a investimentos em pesquisas e pelo uso de altas tecnologias na cadeia produtiva e no escoamento de seus produtos no mercado, chegando até o acesso e controle de recursos minerais e outros bens da natureza, notadamente os recursos hídricos.

Martins (1999), nesse sentido, já sinalizava que a questão agrária, imbricada

como está na questão do território, também compõe as relações de poder do Estado nacional, uma vez que a soberania também é afetada pelo processo de reprodução ampliada do capital, independentemente de esse seguir sua própria racionalidade e condições diversas para a sua expansão.

Como mencionei antes, o Ministério de Política Fundiária promoveu, nas últimas semanas de 1999, a anulação dos títulos de 3.065 propriedades, correspondentes a 93.620.587 hectares de terra, conforme o Livro Branco da Grilagem de Terras, duas vezes a área da França. Serão revertidos ao domínio da União, para integrar o fundo de reforma agrária ou para projetos ambientais.

É necessário ter isso em conta quando se fala em reforma agrária no Brasil. Sobretudo porque, por esse meio, a reforma se torna parte de uma ação do Estado que reconhece a precedência das funções e dos interesses sociais e do Estado em relação ao direito de propriedade. Por meio da União, o Estado retira direitos territoriais do particular e os entrega à sociedade. São bens a cujo uso e gestão se sobrepõem os direitos atuais e futuros da sociedade. Trata-se do estabelecimento de progressivas, ainda que lentas, limitações ao exercício do direito de propriedade em nome não só de sua função social, mas também de sua função política na soberania do Estado (MARTINS, 1999, p. 122-123).

Desse modo, o autor também reconhece o papel histórico dos sujeitos que chamou de “pobres e desvalidos [...] agentes sempre indiretos das ações demarcatórias da História” (MARTINS, 1999, p. 122-123), os quais passaram a disputar os rumos dessa política, abraçando-a como seu projeto social.

É importante observar, diante dos fatos circunstanciados até agora, que a partir da década de 1980, após o fim dos governos militares, a promulgação da Constituição Federal e a aprovação do primeiro Programa de Reforma Agrária, assistiu-se ao aprofundamento da integração entre capital financeiro e industrial na constituição dos complexos agroindustriais no campo, à modernização tecnológica, à adoção da agenda neoliberal pelo Estado, bem como à queda de investimentos na pequena produção de base familiar e à massiva substituição do trabalhador assalariado rural temporário pela mecanização do campo (MARTINS, 1999).

Com esse avanço do modelo de desenvolvimento capitalista, viu-se também no plano dos discursos no âmbito intelectual e político, estratégica e concomitantemente, a naturalização da redução do debate sobre a questão agrária à disputa pela afirmação de projetos de reforma agrária (MENDONÇA, 2008). Entre os projetos concebidos até então, o que há em comum é que todos foram

gradativamente alinhados aos interesses do capital e conduzidos por uma correlação de forças que hegemoniza a atuação do Estado no sentido de tirar tais questões da agenda política dos governos ou de realizar a reforma enquanto política social compensatória após muita pressão social, porém de maneira deslocada em relação à reflexão sobre as alternativas de reorganização produtiva concebidas pela própria organização popular (MENDONÇA, 2008).

A esse respeito, é oportuno frisar que Bruno (1991) havia tratado do recurso à dominação política e ideológica a partir do discurso como nova forma de territorialização e de hegemonização burguesa. Por conseguinte, seu estudo e outros que o seguiram evidenciaram que, além do controle político e ideológico dos trabalhadores rurais, sindicatos e associações, e afora as práticas clientelistas e de cooptação de lideranças políticas – inclusive as de cargos eletivos –, o empresariado e o patronato rural brasileiro atuaram em defesa da ideologia do “moderno” e da construção do consenso na tentativa de confundir os trabalhadores rurais e seus canais de representação política, mostrando-se como um bloco homogêneo, unido pela força e pelos interesses comuns do agro e que, portanto, terminaria predominando sobre a “frágil” e “indesejável” diversidade social da classe trabalhadora, não alinhada com o “futuro da agricultura” do país (BERRIEL; BARCELOS; PIMENTEL, 2009).

Não obstante, do outro lado dessa mesma moeda, persistem as articulações das resistências populares e lutas sociais com suas diversas bandeiras pelo limite da propriedade da terra e combate aos grandes latifúndios, a regularização fundiária de territórios tradicionais e o fortalecimento da pequena produção agropecuária, historicamente demarcadas pelo campesinato, formado pelos movimentos sociais de trabalhadores rurais organizados, comunidades tradicionais, populações quilombolas e indígenas do país. Contudo, para o seu avanço,

[...] somente do ponto de vista do trabalho político elas podem adquirir sustentação, sentido e a credibilidade que seus oponentes se negam a emprestar-lhes. A rigor, o que se encontra hoje em jogo, também no campo, não é apenas a sobrevivência da pequena produção ou da produção familiar, mas sim a preservação de um projeto democrático para o país. E democracia, queiram ou não os liberais de plantão, não possui outro eixo possível de enquadre que não o da igualdade – ao menos, menor desigualdade – de condições e

oportunidades a toda uma massa de atores enquanto única possibilidade de efetivar-se uma real redistribuição da renda/riqueza e poder no campo (MENDONÇA, 2008, p. 107).

Como forma de melhor esboçar esses múltiplos conflitos na produção do campo brasileiro e adentrar no recorte da dissertação, convém fazer, no próximo capítulo, algumas considerações sobre o papel das agremiações patronais para o avanço do agronegócio na Região Oeste da Bahia, em especial, no município de Correntina, de forma a expor, por exemplo, como, a partir da década de 1980, ganhou amplitude a diferenciação de interesses e disputas no seio da classe dominante agrária. Inclusive, novas entidades representativas do capital agroindustrial surgiram nesse contexto; associações por ramos produtivos e cooperativas passaram a disputar a representação dos segmentos modernizados, ainda que, como aponta Mendonça (2010), o alcance político delas fosse mais limitado do que o das entidades nacionais. Isso sem desmerecer – e é o que o próximo capítulo pretende expressar – a ingerência dessas frações de classe nos rumos do desenvolvimento rural e na projeção nacional e internacional do modelo de desenvolvimento do estado da Bahia.

### **3. PAPEL DO PATRONATO RURAL NA CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO NA REGIÃO OESTE: ADENTRANDO NAS ÁGUAS DE CORRENTINA**

Rica em biodiversidade e com grande disponibilidade de água, o Oeste da Bahia é uma região localizada entre as coordenadas -10,05° e -15,30° de latitude sul e entre -43,25° e -46,70° de longitude oeste, que abrange uma superfície de aproximadamente 117 mil quilômetros quadrados, disposta na margem esquerda do Rio São Francisco, no seu médio vale, tendo como afluentes principais os rios Grande, Preto, Corrente e Carinhanha (SANO *et al.*, 2011). Limita-se ao sul com o Estado de Minas Gerais; a oeste com Goiás e Tocantins; ao norte com o Piauí; e a leste com o Rio São Francisco (SOUZA SOBRINHO, 2012).

Corresponde a uma zona de transição entre cerrado e caatinga, e até 2017 a divisão territorial elaborada pelo IBGE informava que sua área correspondia à mesorregião do Extremo Oeste da Bahia, a qual, por sua vez, abrange três microrregiões, formadas por 24 municípios: Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério (microrregião de Barreiras); Angical, Brejolândia, Cotegipe, Cristópolis, Mansidão, Santa Rita de Cássia, Tabocas do Brejo Velho e Wanderley (microrregião de Cotegipe); Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe e Serra Dourada, que formam a microrregião de Santa Maria da Vitória.

Contudo, desde 2007, o governo do estado da Bahia estabeleceu a divisão regional dos municípios baianos em territórios de identidade, com a justificativa de favorecer o planejamento para fomento ao desenvolvimento regional e combate à desigualdade social. Nessa divisão, tais municípios passaram a pertencer aos territórios de identidade da Bacia do Rio Corrente e da Bacia do Rio Grande.

Neste capítulo, no entanto, serão apresentados somente os dados dos municípios pertencentes às microrregiões de Barreiras e de Santa Maria da Vitória, haja vista serem esses os que apresentam os números mais expressivos no que se refere à concentração da produção no campo e à concentração fundiária, ao PIB agrícola da região e também do estado, assim como são aqueles com o maior contingente populacional e a maior taxa de urbanização das últimas três décadas. Paradoxalmente, ao passo que os números da produção do agronegócio crescem,

a quantidade de pessoas ocupadas no campo (no setor primário) diminui ao longo do tempo (MONDARDO, 2010).

No mais, é importante esclarecer que a referência aos nomes dos territórios de identidade se deve, entre outros aspectos culturais e socioeconômicos, ao fato de a região abrigar três sub-bacias – dos principais rios já mencionados – que compõem o sistema hidrográfico do Rio São Francisco, responsável por 30% de sua vazão total (LAGE; PEIXOTO; VIEIRA, 2008; LIMA *et al.*, 2010).

Afora a disponibilidade de recursos hídricos superficiais, a região, mais especificamente sob a unidade de relevo da Chapada do São Francisco, conhecida ainda como Chapadão do Oeste Baiano, abrange uma área de recarga de água das nascentes dos rios São Francisco e Tocantins, o Sistema Aquífero Urucuia (SAU), também considerado um manancial estratégico devido à crescente demanda de água para o desenvolvimento econômico (GASPAR, 2006).

### 3.1 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO OESTE DA BAHIA E DE CORRENTINA

Por várias razões,<sup>28</sup> desde a década de 1980, o Oeste da Bahia se tornou um polo de concentração de atividades econômicas ligadas à agricultura. Além da concentração fundiária, relacionada ao desenvolvimento tecnológico da agricultura, a região hoje se destaca como um dos principais polos de produção de grãos do Brasil, conforme já explicitado, em grande medida devido à expansão do modelo de reprodução ampliada do capitalismo no campo, através da combinação entre forças econômicas e políticas regionalmente dominantes e a implementação de políticas públicas de subsídio a compras de terras a preços e juros reduzidos, favoráveis à ocupação de produtores, oriundos principalmente das regiões Sul e Sudeste do país e estrangeiros (SANO *et al.*, 2011).

O relevo da região, bastante plano e tabular, favoreceu a implantação do agronegócio com substituição rápida do cerrado por áreas de cultivo, especialmente culturas de grãos, apesar de ser uma região que apresenta pouco

---

<sup>28</sup> A topografia plana, a geração de cultivares – notadamente de soja e milho – mais adaptados à deficiência hídrica, à toxicidade de alumínio e à presença de fontes próximas de calcário para correção da acidez dos solos também incentivaram a ocupação do Oeste Baiano (SANO *et al.*, 2011).

potencial e baixa aptidão agrícola (REIS *et al.*, 2009). Esse tipo de manejo, além da irrigação e da mecanização da agricultura, recorre bastante às tecnologias de incorporação de insumos aos solos e melhoramento genético para elevar a produtividade (REIS *et al.*, 2009).

No entanto, a superutilização dos recursos naturais em áreas de clima subúmido a seco e a vegetação predominante de cerrado terminam por ocasionar forte comprometimento ambiental do Oeste da Bahia, passível de desenvolver processos desencadeadores de desertificação, mesmo que se trate de uma região com totais pluviométricos elevados. Inclusive, a região passa por profunda transformação ambiental decorrente da supressão dos cerrados, especialmente nos municípios de Luís Eduardo Magalhães, Barreiras, São Desidério e Correntina (REIS *et al.*, 2009).

Entre o final da década de 1970 e meados de 1990, o novo ciclo de crescimento econômico no Oeste da Bahia, elaborado e implantado de acordo com a política de planejamento nacional e com a demanda do setor moderno da agricultura, imprimiu novas características socioeconômicas à região,<sup>29</sup> como a urbanização intensa de alguns de seus municípios – em especial os maiores produtores de grãos do estado, como Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Angical, Riachão das Neves, Formosa do Rio Preto e Correntina (SANTOS, 2015).

Esse fluxo migratório se deu tanto por conta da imigração de trabalhadores da Bahia e de outros estados do país, como pelo processo expropriatório da população rural. Muitas pessoas oriundas dessa população migraram com suas famílias para Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, principalmente, cuja população aumentou de modo considerável, muito embora suas periferias sejam desprovidas de qualquer infraestrutura que possa atendê-la (SOUZA SOBRINHO, 2006). Em função da atração desse contingente, de 1980 e 1990 em diante, a especulação

---

<sup>29</sup> Contribuíram para as transformações econômicas e demográficas no Oeste: criação da Companhia de Navegação do São Francisco (1865), pelo governo da Província da Bahia, e utilização de embarcações a vapor no comércio de produtos da região pelo Rio São Francisco e afluentes; instalação do primeiro agente financeiro em Barreiras (Banco do Brasil), em 1942, após movimento de comerciantes locais junto ao governo central; instalação do aeroporto internacional durante a 2ª Guerra Mundial, por motivos estratégicos, pelo governo americano; a proximidade do raio de influência da capital Brasília, criada em 1960; construção de vias de acesso ao Brasil Central, como a BR-242 (1969); instalação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), na década de 1970, em Barreiras (SANTOS, 2007).

imobiliária e o preço dos imóveis cresceram significativamente (SOUZA SOBRINHO, 2006).

Barreiras é o município mais populoso. Situado no último porto navegável do rio Grande, suas terras faziam parte da sesmaria de Antônio Guedes de Brito e foram vendidas por seus descendentes no século XVII, enquanto os cerrados na chapada das serras permaneceram como terras devolutas. Seu crescimento populacional e as transformações socioeconômicas pelas quais passou no século XIX foram impulsionadas pela produção da borracha do látex da mangabeira, tendo encontrado espaço para expansão devido ao comércio, pelo rio Grande, com os municípios do norte de Goiás (SANTOS, 2007). Em 1891, foi transformada em município e, de acordo com o estudo sobre Regiões de Influência das Cidades<sup>30</sup> (REGIC), de 2007, é uma capital regional C, por possuir o maior centro urbano e o maior desempenho do comércio e das atividades agropecuárias, industriais e de serviços, sendo, portanto, um polo de referência geopolítica, de investimentos e de políticas públicas para desenvolvimento de serviços públicos.

Esse centro, onde a expansão da agricultura de lavoura mecanizada e irrigada teve início (SANTOS, 2007; SOUZA SOBRINHO, 2012), possui uma rede urbana bastante vinculada à capital do país, Brasília, ao mesmo tempo que se articula aos demais municípios do Oeste e à capital do estado, Salvador.

Sobre o crescimento demográfico das microrregiões do Oeste da Bahia estudadas, convém primeiro destacar a divisão administrativa de seus municípios (SANTOS, 2007), pois Baianópolis, Catolândia, São Desidério, Riachão das Neves, Canápolis, Serra Dourada, Coribe, Cocos e Formosa do Rio Preto foram criados entre 1958 e 1962, enquanto São Felix do Coribe foi criado em 1988 (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA BAHIA, 2003). Somente a partir de então, o contingente populacional respectivo a tais municípios passou a ser registrado pelos órgãos oficiais de estatísticas.

[o]s municípios de Catolândia e São Desidério (1962) foram criados a partir dos desmembramentos de partes do território do município de Barreiras, e o município de Riachão das Neves (1962) foi criado a partir de parte do território desmembrado do município de Cotegipe.

---

<sup>30</sup> Estudo que buscou definir a hierarquia dos centros urbanos e delimitar as regiões de influência a eles associadas a partir dos aspectos de gestão federal e empresarial e da dotação de equipamentos e serviços, de modo a identificar os pontos do território a partir dos quais são emitidas decisões e é exercido o comando em uma rede de cidades (IBGE, 2007).

Dos três, mesmo somente obtendo o título de município em 1962, Riachão das Neves é o que apresenta o agrupamento sociodemográfico mais antigo da região. Os primeiros ocupantes desse espaço solicitaram a Olinda (Pernambuco) carta de sesmaria que legitimasse a propriedade de suas extensas fazendas (SANTOS, 2007, p. 109).

Já no início de 2000, Barreiras foi novamente dividido, e o seu povoado Mimoso do Oeste tornou-se o município de Luís Eduardo Magalhães, com área de 4.014 quilômetros quadrados e população aproximada de 20.000 habitantes, tendo em vista, principalmente, os interesses, a propaganda e a pressão política de um grupo, comumente denominado de “gaúchos”, que havia recentemente chegado à região e que foi responsável pela introdução do atual modelo de agricultura no cerrado (SANTOS, 2007).

Santos (2007) destaca que a criação de novos municípios ocorreu principalmente no contexto de disputa entre grupos políticos pela ampliação do apoio da estrutura de poder presente no Estado, a partir da dotação de verbas federais aos municípios em que aliados políticos poderiam ser eleitos, sem que, não obstante, esses desmembramentos territoriais implicassem uma reestruturação menos precária dos serviços administrativos e sociais dos novos municípios. No entanto,

[o] caso do município de Luís Eduardo Magalhães é uma exceção devido às condições propostas para sua emancipação pelo grupo de empresários locais, as condições econômicas do município a ser criado, a receita arrecadada pelo Distrito antes de ser transformado em município, a sua estrutura comercial e financeira (SANTOS, 2007, p. 111).

Afora a reconfiguração territorial dos municípios do Oeste da Bahia, direcionada pelos interesses privatistas, identifica-se, como se observa nas Tabelas 1 e 2, o decréscimo, a partir dos anos de 1980, da população rural nos municípios onde a incidência do agronegócio foi mais forte. Isto se deve, também, à territorialização da região pelo agronegócio – ou pelos “sulistas” (HAESBAERT, 1996) –, em vista da oferta de terras e da expansão da fronteira agrícola, correlacionados à monopolização do território pelo capital no campo, a qual promove a expulsão e a expropriação da população rural, gerando migração para outras cidades ou regiões do estado e até mesmo para outras regiões do país:

**Tabela 1. População rural, por municípios  
Microrregiões de Barreiras e Santa Maria da Vitória (Bahia) – 1940-2010**

| <b>Município</b>       | <b>População Rural</b> |              |              |                |                |                |                |                |
|------------------------|------------------------|--------------|--------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|                        | <b>1940</b>            | <b>1950</b>  | <b>1960</b>  | <b>1970</b>    | <b>1980</b>    | <b>1991</b>    | <b>2000</b>    | <b>2010</b>    |
| Baianópolis            |                        |              |              | 7.807          | 8.356          | 11.518         | 9.452          | 10.368         |
| Barreiras              | 25.862                 | 26.733       | 24.164       | 11.104         | 11.399         | 21.770         | 16.065         | 13.686         |
| Canápolis              |                        |              |              | 7.221          | 7.853          | 7.837          | 7.205          | 6.185          |
| Catolândia             |                        |              |              | 1.575          | 2.804          | 2.473          | 2.244          | 1.645          |
| Cocos                  |                        |              | 7.370        | 11.065         | 12.202         | 11.011         | 11.187         | 9.581          |
| Coribe                 |                        |              | 8.359        | 17.392         | 16.478         | 9.342          | 9.453          | 8.166          |
| Correntina             | 17.561                 | 18.447       | 15.617       | 27.423         | 30.354         | 19.369         | 19.288         | 18.645         |
| F. do Rio Preto        |                        |              |              | 7.675          | 8.253          | 9.794          | 8.907          | 8.881          |
| Jaborandi              |                        |              |              |                |                | 10.005         | 8.265          | 5.933          |
| Luís Eduardo Magalhães |                        |              |              |                |                |                |                | 5.224          |
| Riachão das Neves      |                        |              |              | 11.633         | 12.342         | 11.361         | 11.660         | 11.193         |
| Santa Maria da Vitória | 19.319                 | 24.833       | 13.497       | 23.476         | 21.497         | 20.754         | 18.474         | 16.493         |
| Santana                | 19.958                 | 7.367        | 20.323       | 12.932         | 12.912         | 13.080         | 11.643         | 11.267         |
| São Desidério          |                        |              |              | 10.638         | 11.783         | 13.438         | 11.877         | 19.026         |
| São Félix do Coribe    |                        |              |              |                |                | 5.152          | 3.206          | 2.461          |
| Serra Dourada          |                        |              |              | 13.625         | 14.542         | 13.231         | 12.638         | 12.110         |
| <b>Total</b>           | <b>82700</b>           | <b>77380</b> | <b>89330</b> | <b>163.566</b> | <b>170.775</b> | <b>180.135</b> | <b>161.564</b> | <b>160.864</b> |

Fonte: IBGE (2006).

**Tabela 2. População urbana, por municípios – Microrregiões Barreiras e Santa M<sup>a</sup>. da Vitória (Ba) – 1940-2010**

| <b>Município</b>     | <b>População Urbana</b> |              |              |              |               |                |                |                |
|----------------------|-------------------------|--------------|--------------|--------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
|                      | <b>1940</b>             | <b>1950</b>  | <b>1960</b>  | <b>1970</b>  | <b>1980</b>   | <b>1991</b>    | <b>2000</b>    | <b>2010</b>    |
| Baianópolis          |                         |              |              | 891          | 1.250         | 2.305          | 2.727          | 3.482          |
| Barreiras            | 6.321                   | 8.466        | 12.807       | 9.760        | 30.055        | 70.870         | 115.784        | 123.741        |
| Canápolis            |                         |              |              | 977          | 1.586         | 1.638          | 2.538          | 3.225          |
| Catolândia           |                         |              |              | 365          | 366           | 801            | 848            | 967            |
| Cocos                |                         |              | 3.901        | 2.174        | 3.528         | 4.972          | 6.424          | 8.572          |
| Coribe               |                         |              | 4.426        | 1.183        | 2.371         | 4.825          | 5.695          | 6.141          |
| Correntina           | 1.641                   | 1.727        | 8.284        | 2.942        | 4.429         | 8.636          | 11.355         | 12.604         |
| Formosa do Rio Preto |                         |              |              | 1.304        | 3.630         | 5.624          | 9.381          | 13.647         |
| Jaborandi            |                         |              |              |              |               | 1.687          | 2.023          | 3.040          |
| L. Eduardo Magalhães |                         |              |              |              |               |                |                | 54.881         |
| Riachão das Neves    |                         |              |              | 3.060        | 5.950         | 8.921          | 10.257         | 10.744         |
| S. Maria da Vitória  | 2.503                   | 3.174        | 7.153        | 7.740        | 17.262        | 20.774         | 22.787         | 23.816         |
| Santana              | 3.910                   | 20.464       | 10.758       | 6.186        | 8.986         | 11.589         | 12.496         | 13.483         |
| São Desidério        |                         |              |              | 2.152        | 3.143         | 5.539          | 7.129          | 8.633          |
| São Félix do Coribe  |                         |              |              |              |               | 6.764          | 8.552          | 10.587         |
| Serra Dourada        |                         |              |              | 1.260        | 2.099         | 4.242          | 5.377          | 6.002          |
| <b>Total</b>         | <b>14375</b>            | <b>33831</b> | <b>47329</b> | <b>39994</b> | <b>84.655</b> | <b>159.187</b> | <b>223.373</b> | <b>303.565</b> |

Fonte: IBGE (2006).

Nas Tabelas 2 e 3, verifica-se que os municípios de Barreiras, Coribe, Correntina, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Santa Maria da Vitória e São Felix do Coribe tiveram um vultoso crescimento de sua população urbana em dez anos, sendo que a população de Barreiras, após 20 anos, quadruplicou.

Ainda com base nos dados das Tabelas 1, 2 e 3, é importante chamar a atenção para o fato de que a população rural teve queda significativa somente em cinco dos dezesseis municípios apontados, quais sejam, Barreiras, Coribe, Correntina, Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe. Nos demais municípios, ocorreu uma queda inexpressiva ou ainda um pequeno aumento da população rural. Outro aspecto identificado diz respeito ao crescimento da população urbana. Na Tabela 3, por exemplo, em paralelo à dinâmica de migração que gerou o crescimento da população urbana nos municípios acima apontados, a população rural de dez dos 16 municípios relacionados é ainda maior do que a população urbana.

**Tabela 3. População Total, Urbana, Rural, da Cidade e Taxa de Urbanização, por municípios – Microrregiões de Barreiras e Santa Maria da Vitória (Bahia) – 2010**

| Municípios           | Total          | Urbana         | Rural          | Taxa de Urbanização <sup>1</sup> |
|----------------------|----------------|----------------|----------------|----------------------------------|
| Baianópolis          | 13.850         | 3.482          | 10.368         | 25,14                            |
| Barreiras            | 137.427        | 123.741        | 13.686         | 90,04                            |
| Canápolis            | 9.410          | 3.225          | 6.185          | 34,27                            |
| Catolândia           | 2.612          | 967            | 1.645          | 37,02                            |
| Cocos                | 18.153         | 8.572          | 9.581          | 47,22                            |
| Coribe               | 14.307         | 6.141          | 8.166          | 42,92                            |
| Correntina           | 31.249         | 12.604         | 18.645         | 40,33                            |
| Jaborandi            | 8.973          | 3.040          | 5.933          | 33,88                            |
| Formosa do Rio Preto | 22.528         | 13.647         | 8.881          | 60,58                            |
| L. Eduardo Magalhães | 60.105         | 54.881         | 5.224          | 91,31                            |
| Riachão das Neves    | 21.937         | 10.744         | 11.193         | 48,98                            |
| S. Maria da Vitória  | 40.309         | 23.816         | 16.493         | 59,08                            |
| Santana              | 24.750         | 13.483         | 11.267         | 54,48                            |
| São Desidério        | 27.659         | 8.633          | 19.026         | 31,21                            |
| São Félix do Coribe  | 13.048         | 10.587         | 2.461          | 81,14                            |
| Serra Dourada        | 18.112         | 6.002          | 12.110         | 33,14                            |
| <b>Total</b>         | <b>464.429</b> | <b>303.565</b> | <b>160.864</b> | <b>65,36</b>                     |

Fonte: IBGE (2010).

Nota: 1 - Percentual da população urbana sobre a total.

Como já afirmado, os dados apresentados na Tabela 3 se relacionam com a corrente migratória da população do campo para os espaços urbanos entre os municípios da região Oeste, e desses para outras regiões, refletindo, ainda, a chegada de migrantes sulistas, bem como de pessoas oriundas de outros estados do Nordeste e demais cidades baianas, atraídos pela oferta de terras e trabalho, decorrente da monopolização do capital no campo (MONDARDO, 2010; SOUZA SOBRINHO, 2012).

Ao analisar os dados demográficos dos períodos apontados, Mondardo (2010) explica que a explosão demográfica e urbana verificada, especialmente em Barreiras, está diretamente ligada à expansão do agronegócio no contexto da globalização. Segundo o autor, o Oeste Baiano foi então “re-configurado sócio-espacialmente para atender à produção dos complexos agroindustriais” (MONDARDO, 2010, p. 282), o que incluiu a urbanização, com maior interação e dependência entre campo e cidade, para atender as demandas de produtos, modernas tecnologias e serviços especializados, dado o novo impulso na produção, circulação e consumo de mercadorias.

Vê-se, portanto, tal como descreve a teoria integracionista (OLIVEIRA, 2007), que o próprio desenvolvimento do modo capitalista de produção, com as contradições intrínsecas ao seu desenvolvimento, cria e recria relações não capitalistas – combinadas ou não –, garantindo, assim, além da permanência, o aumento do campesinato.

A produção agrícola tem grande destaque na região por conta da produção de grãos, intensificada desde o final da década de 1970, sendo a soja, o algodão e o milho suas principais culturas, nessa ordem.

Em 2015, segundo o IBGE, os municípios maiores produtores de soja foram São Desidério e Formosa do Rio preto, seguidos por Santa Maria da Vitória e Correntina, Luís Eduardo Magalhães e Barreiras (Tabela 4).

**Tabela 4. Produção de Soja (em grão), por município – Microrregiões de Barreiras e Santa Maria da Vitória – 2015**

| <b>Município</b>            | <b>Quantidade produzida (toneladas)</b> | <b>% sobre total do estado</b> | <b>% sobre total da região</b> | <b>Valor produção (milhões de reais)</b> |
|-----------------------------|-----------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|------------------------------------------|
| Baianópolis                 | 19440                                   | 0,43                           | 0,43                           | 19,284                                   |
| Barreiras                   | 501000                                  | 11,10                          | 11,12                          | 496,992                                  |
| Canápolis                   | -                                       | 0,00                           | 0,00                           | -                                        |
| Catolândia                  | -                                       | 0,00                           | 0,00                           | -                                        |
| Cocos                       | 57937                                   | 1,28                           | 1,29                           | 55,967                                   |
| Coribe                      | -                                       | 0,00                           | 0,00                           | -                                        |
| Correntina                  | 592800                                  | 13,13                          | 13,16                          | 576,676                                  |
| Formosa do Rio Preto        | 1123200                                 | 24,88                          | 24,94                          | 1.114,21                                 |
| Jaborandi                   | 210000                                  | 4,65                           | 4,66                           | 197,715                                  |
| Luís Eduardo Magalhães      | 453600                                  | 10,05                          | 10,07                          | 449,971                                  |
| Riachão das Neves           | 405600                                  | 8,99                           | 9,01                           | 402,355                                  |
| Santa Maria da Vitória      | 866993                                  | 19,21                          | 19,25                          | 834,894                                  |
| Santana                     | 6256                                    | 0,14                           | 0,14                           | 4,536                                    |
| São Desidério               | 1134000                                 | 25,12                          | 25,18                          | 1.124,93                                 |
| São Félix do Coribe         | -                                       | 0,00                           | 0,00                           | -                                        |
| Serra Dourada               | -                                       | 0,00                           | 0,00                           | -                                        |
| <b>Bahia</b>                | <b>4513633</b>                          | <b>100</b>                     |                                | <b>4.452,44</b>                          |
| <b>Extremo Oeste Baiano</b> | <b>4503833</b>                          | <b>99,78</b>                   | <b>100</b>                     | <b>4.442,64</b>                          |

Fonte: IBGE (2015).

Novamente, os municípios de São Desidério e Formosa do Rio Preto despontam como os maiores produtores de algodão, seguidos de Correntina (Tabela 5).

Como terceiro produto mais cultivado, o milho é largamente produzido nos municípios de São Desidério, Barreiras e Formosa, sem deixar de evidenciar a posição estratégica de Jaborandi para o agronegócio, enquanto município reconhecido pela produção de leite, de acordo com a Tabela 6.

Embora os números dessa produção pelo agronegócio cresçam e sejam os mais expressivos da região do Oeste e do estado da Bahia, paradoxalmente, a ocupação da população dessas microrregiões dá lugar também ao setor terciário. Entre 1980 e 1991, somente o município de Barreiras apresentava maior taxa de ocupação no setor terciário. Já em 2010, 7 municípios, do total de 16, passaram a apresentar crescimento das atividades no setor (tabela 7).

**Tabela 5. Produção de Milho (em grão), por município – Microrregiões de Barreiras e Santa Maria da Vitória – 2015**

| <b>Município</b>            | <b>Quantidade produzida (toneladas)</b> | <b>% sobre total do estado</b> | <b>% sobre total da região</b> | <b>Valor produção (milhões de reais)</b> |
|-----------------------------|-----------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|------------------------------------------|
| Baianópolis                 | 900                                     | 0,03                           | 0,03                           | 0,36                                     |
| Barreiras                   | 1595638                                 | 59,47                          | 59,47                          | 628,703                                  |
| Canápolis                   | 144                                     | 0,01                           | 0,01                           | 0,043                                    |
| Catolândia                  | 1138                                    | 0,04                           | 0,04                           | 0,455                                    |
| Cocos                       | 55040                                   | 2,05                           | 2,05                           | 19,88                                    |
| Coribe                      | -                                       | 0,00                           | 0,00                           | -                                        |
| Correntina                  | 176040                                  | 6,56                           | 6,56                           | 66,79                                    |
| Formosa do Rio Preto        | 380700                                  | 14,19                          | 14,19                          | 1.46,189                                 |
| Jaborandi                   | 72996                                   | 2,72                           | 2,72                           | 31,607                                   |
| Luís Eduardo Magalhães      | 237000                                  | 8,83                           | 8,83                           | 94,8                                     |
| Riachão das Neves           | 186300                                  | 6,94                           | 6,94                           | 71,539                                   |
| Santa Maria da Vitória      | 306172                                  | 11,41                          | 11,41                          | 119,012                                  |
| Santana                     | 792                                     | 0,03                           | 0,03                           | 0,238                                    |
| São Desidério               | 599400                                  | 22,34                          | 22,34                          | 239,76                                   |
| São Félix do Coribe         | 800                                     | 0,03                           | 0,03                           | 0,346                                    |
| Serra Dourada               | 360                                     | 0,01                           | 0,01                           | 0,108                                    |
| <b>Bahia</b>                | <b>2683111</b>                          | <b>100,00</b>                  |                                | <b>1.157,68</b>                          |
| <b>Extremo Oeste Baiano</b> | <b>1974992</b>                          | <b>73,61</b>                   | <b>100,00</b>                  | <b>776,883</b>                           |

Fonte: IBGE (2015).

**Tabela 6. Produção de Algodão herbáceo (em caroço), por município – Microrregiões de Barreiras e Santa Maria da Vitória – 2015**

| <b>Município</b>            | <b>Quantidade produzida (toneladas)</b> | <b>% sobre total do estado</b> | <b>% sobre total da região</b> | <b>Valor produção (milhões de reais)</b> |
|-----------------------------|-----------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|------------------------------------------|
| Baianópolis                 | 8910                                    | 0,74                           | 0,74                           | 14,256                                   |
| Barreiras                   | 118900                                  | 9,94                           | 9,94                           | 214,02                                   |
| Canápolis                   | 0                                       | 0,00                           | 0,00                           | 0                                        |
| Catolândia                  | 0                                       | 0,00                           | 0,00                           | 0                                        |
| Cocos                       | 0                                       | 0,00                           | 0,00                           | 0                                        |
| Coribe                      | 0                                       | 0,00                           | 0,00                           | 0                                        |
| Correntina                  | 85690                                   | 7,16                           | 7,16                           | 128,535                                  |
| Formosa do Rio Preto        | 190350                                  | 15,91                          | 15,91                          | 133,245                                  |
| Jaborandi                   | 38250                                   | 3,20                           | 3,20                           | 57,375                                   |
| Luís Eduardo Magalhães      | 121151                                  | 10,12                          | 10,12                          | 218,072                                  |
| Riachão das Neves           | 144650                                  | 12,09                          | 12,09                          | 136,22                                   |
| Santa Maria da Vitória      | 124323                                  | 10,39                          | 10,39                          | 186,494                                  |
| Santana                     | 23                                      | 0,00                           | 0,00                           | 0,035                                    |
| São Desidério               | 477268                                  | 39,88                          | 39,88                          | 859,082                                  |
| São Félix do Coribe         | 0                                       | 0,00                           | 0,00                           | 0                                        |
| Serra Dourada               | 360                                     | 0,03                           | 0,03                           | 0,549                                    |
| <b>Bahia</b>                | <b>1196663</b>                          | <b>100,00</b>                  |                                | <b>1.776,80</b>                          |
| <b>Extremo Oeste Baiano</b> | <b>1189702</b>                          | <b>99,42</b>                   | <b>100,00</b>                  | <b>776,883</b>                           |

Fonte: IBGE (2015).

**Tabela 7. Dados percentuais da população ocupada, com 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal do trabalho principal, sexo e seção de atividade do trabalho principal**

| Ano/<br>Setor de Atividade/<br>Município | 2000     |           |            |           | 2010     |           |            |           |
|------------------------------------------|----------|-----------|------------|-----------|----------|-----------|------------|-----------|
|                                          | Primário | Indústria | Construção | Terciário | Primário | Indústria | Construção | Terciário |
| Baianópolis                              | 71,34    | 1,99      | 2,31       | 24,36     | 59,14    | 3,35      | 5,66       | 31,85     |
| Barreiras                                | 15,87    | 9,14      | 10,47      | 64,52     | 12,35    | 6,34      | 7,98       | 73,33     |
| Canápolis                                | 50,66    | 13,43     | 3,81       | 32,11     | 46,7     | 11,33     | 5,23       | 36,74     |
| Catolândia                               | 61,76    | 2,84      | 0,55       | 34,86     | 49,46    | 1,63      | 4,45       | 44,47     |
| Cocos                                    | 60,79    | 6,75      | 5,19       | 27,26     | 40,23    | 10,07     | 6,48       | 43,22     |
| Coribe                                   | 69,74    | 3,31      | 2,76       | 24,19     | 57,33    | 4,91      | 4,34       | 33,43     |
| Correntina                               | 59,24    | 3,72      | 3,27       | 33,77     | 37,6     | 3,41      | 4          | 54,99     |
| Formosa do Rio Preto                     | 52,36    | 7,17      | 6,35       | 34,12     | 39,04    | 4,16      | 5,65       | 51,15     |
| Jaborandi                                | 74,23    | 2,54      | 4,10       | 19,13     | 54,02    | 2,07      | 3,36       | 40,56     |
| Luís E. Magalhães                        |          |           |            |           | 14,85    | 7,58      | 9,44       | 68,13     |
| Riachão das Neves                        | 47,84    | 3,98      | 4,46       | 43,72     | 50,59    | 2,24      | 4,1        | 43,08     |
| Santa Maria da Vitória                   | 30,25    | 7,30      | 6,42       | 56,03     | 33,55    | 6,22      | 8          | 52,23     |
| Santana                                  | 43,87    | 7,04      | 4,87       | 44,22     | 46,86    | 6,12      | 6,21       | 40,8      |
| São Desidério                            | 51,64    | 6,04      | 8,61       | 33,71     | 47,48    | 2,13      | 7,34       | 43,05     |
| São Félix do Coribe                      | 34,81    | 5,45      | 6,24       | 53,50     | 27,6     | 5,84      | 7,97       | 58,59     |
| Serra Dourada                            | 60,71    | 6,13      | 5,51       | 27,66     | 52,12    | 4,94      | 5,01       | 37,93     |

Fonte: IBGE (2000; 2010).

Embora esse fato aponte para uma tendência, é necessário atentar-se para as contradições que esse processo envolve, conforme sinalizado por Mondardo (2010) e Souza Sobrinho (2012), tendo em vista que o desenvolvimento das atividades dos setores na região está bastante imbricado à circulação da produção agrícola. É o que mostram os dados da ocupação economicamente ativa entre os anos de 2000 e 2010, na Tabela 7.

O expressivo percentual de pessoas ocupadas no setor primário na década de 2010 na região Oeste (Tabela 7), comparado ao percentual da população ocupada no restante da Bahia, combinado ao crescimento do número de pessoas vinculadas às atividades agropecuárias e ao fortalecimento do setor terciário, pode ser explicado com base na compreensão da reprimarização da economia brasileira, a partir do final dos anos 2000, e do papel protagonizado pelo país na geopolítica mundial, ao assumir, daquele momento em diante, uma divisão social do trabalho que se adequasse ao modelo de exportação de *commodities* primárias, sendo o Oeste da Bahia uma das principais regiões produtoras, principalmente de soja, algodão e milho, em uma área priorizada pelo capital. Esse último fato sobrevém à região:

sobretudo por ser propensa a expansão e integração com outras áreas de características similares, como o sul do Piauí e Maranhão e o sudeste do Tocantins. Região que posteriormente foi chamada pelo Estado de MAPITOBA (nome montado a partir das siglas dos quatro Estados produtores e fronteiriços) (CUNHA, 2016, p. 279).

Cunha (2016) explica essa mudança com base no período de instalação de grandes grupos empresariais do agronegócio no Oeste da Bahia, alicerçada em uma escolha política do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) – a qual continuou sendo seguida pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Essa escolha se deu após a crise de desvalorização do real de 1999 (e, *pari passo*, aumento da inflação, crescimento da carga tributária etc.), configurando “a tentativa de soerguimento econômico do país” e a manutenção do equilíbrio da balança comercial, através do comprometimento com a cartilha neoliberal,<sup>31</sup> aliado à

---

<sup>31</sup> Nesse momento, quem assumiu a presidência do Banco Central como Ministro foi o economista Arminio Fraga, que trabalhava para George Soros, em Nova York. Soros é hoje um dos maiores expoentes da política neoliberal, por ser um dos maiores especuladores/investidores da economia mundial, tendo como política de mercado inclusive o investimento em entidades políticas e ativistas. Com a atuação de Fraga, a moeda foi estabilizada naquele período, contudo, houve profundas

formação de um “aparato político montado ao longo do decorrer histórico, em que produtores viraram políticos e/ou políticos viraram produtores” (CUNHA, 2016, p. 279).

Blario Maggi,<sup>32</sup> ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do governo Michel Temer, afirmou em 2017 que o Brasil aumentaria sua participação no agronegócio mundial e sairia dos atuais 7% para 10% nos próximos anos. Essa declaração foi dada publicamente após a diminuição da repercussão negativa da noticiada Operação “Carne Fraca”, deflagrada em março desse mesmo ano pela Polícia Federal.

Naquela ocasião, o Ministro também fez declarações de defesa do agronegócio brasileiro e alegou que os produtores rurais do país obedecem às regras ambientais estabelecidas nas legislações nacionais. Em seguida, afirmou que o propósito do governo brasileiro seria a expansão no mercado internacional, especialmente na Ásia, face às previsões apontarem o crescimento da população do planeta, estimado em torno de nove bilhões de pessoas, com 51% de concentração no continente asiático (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2017).

Segundo o The World Factbook, publicação da Central Intelligence Agency (CIA), em 2013, o Produto Interno Bruto mundial era de 87,3 trilhões de dólares. Desse total, o Brasil, que teve um registro anual de 2,3 trilhões de dólares do PIB e representou uma participação de 2,3% do PIB mundial, ocupava, em 2018, a sétima posição na lista de países com o maior PIB, precedido por Estados Unidos, China, Índia, Japão, Alemanha e Rússia. De acordo com a CIA, o Brasil é 22º país em valor de exportação – cerca de 256 bilhões de reais por ano (MINAS GERAIS, 2017).

De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), o Brasil figura entre os nove maiores produtores do mundo de milho, arroz, soja, açúcar, café, algodão, laranja, uva, leite, carne bovina, carne suína e carne de frango, ocupando a liderança na lista de exportação de gêneros como o café, o

---

mudanças na política de desenvolvimento no país, caracterizadas, por exemplo, pelo maior investimento em grandes empreendimentos privatistas e na construção de grandes obras de infraestrutura para o desenvolvimento desse modelo econômico.

<sup>32</sup> Blario Maggi é gaúcho, engenheiro agrônomo, empresário e político, hoje filiado ao Partido Progressista (PP) do Mato Grosso. Em 2005, quando governava Mato Grosso, foi contemplado com a “Motosserra de Ouro” pela Organização Governamental (ONG) ambientalista Greenpeace, como forma de denunciar e constranger publicamente o político pela sua contribuição ao desmatamento e à destruição de 24.597 km<sup>2</sup> de Floresta Amazônica (MACSWAN, 2005).

açúcar e a soja. O país é responsável por 22,6% da exportação de milho no mundo todo, além de 42,4% da exportação de soja (na liderança do *ranking*, à frente de Estados Unidos e Argentina), 48,4% do açúcar (na liderança, acima de Tailândia, Austrália e União Europeia), 25,3% do café e 14,4% da carne bovina (MINAS GERAIS, 2017).

O crescimento do percentual do setor terciário, correspondente à comercialização de bens e prestação de serviços, constante da Tabela 7, pode ser relacionado ao que foi enfatizado por Mondardo (2010) acerca da urbanização vertiginosa vinculada à expansão do agronegócio – a partir da década de 1980 no Oeste da Bahia, especialmente em Barreiras –, que atraiu para a região a população expropriada do campo pela especulação fundiária. Tais migrantes passaram a exercer funções associadas hegemonicamente às demandas produtivas dos setores relacionados ao agronegócio e às atividades urbanas que a ele se relacionavam, a exemplo de agências bancárias, cartórios, hotéis, escolas e serviços relacionados à produção agropecuária, como revendedoras de adubos, inseticidas, máquinas e equipamentos agrícolas, além das atividades nas feiras livres, do comércio ambulante, dos trabalhadores informais do comércio (no atacado e no varejo).

Em outra lógica, ao tratar mais detidamente do contexto do campo baiano, a expansão do modo capitalista de produção teve início na região Oeste, no município de Barreiras, impulsionada a partir do Golpe de Estado de 1964, logo depois da investida do capital nacional e internacional em uma das principais fronteiras do país, na região da Amazônia. A estratégia de implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento do Governo Geisel (1974-1979), por exemplo, se utilizou do discurso falacioso e sem comprometimento com o contexto e os interesses das populações de grande parte da porção central do Brasil – parte oeste do estado da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, São Paulo e Tocantins e Distrito Federal. De acordo com esse discurso, essa região correspondia a um vazio nacional, que não era produtivamente ocupado e que, portanto, deveria passar por um processo de “modernização” e diversificação agropecuária, através de atrativos representados por “grandes projetos e programas governamentais” (SANTOS, 2015, p. 235), que teriam o condão de fomentar a produção e de promover melhorias na infraestrutura.

Com lastro nesse discurso falacioso, na Bahia, o Além São Francisco foi praticamente “tomado” naquele período, com subsídio de um conjunto de facilidades posto à disposição de setores da iniciativa privada que enriqueceram nesse processo, em detrimento do atendimento aos interesses reais de infraestrutura e serviços básicos para a população local. Terras tituladas, antigas posses e terras devolutas “passaram a ser adquiridas por preços irrisórios” (MIRANDA, 2000, p. 122), muitas vezes por meios fraudulentos e ilegítimos, ao passo que incentivos fiscais e financeiros rebaixaram o valor dos investimentos privados de pessoas jurídicas, em projetos como o de reflorestamento, por exemplo (MIRANDA, 2000). Concomitantemente, a SUDENE, como já indicado, e bancos oficiais aprovavam linhas de financiamento para agropecuária e agroindústria, enquanto órgãos foram criados para prestar serviços de pesquisa, extensão rural e armazenamento, tais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) (MIRANDA, 2000).

Foi então que, a partir da década de 1980, no contexto da crise mundial do petróleo, o estado da Bahia implementou um programa de incentivos fiscais que criou o Distrito Florestal Além São Francisco e converteu grande parte das áreas rurais dos municípios de Correntina, São Desidério e Cocos em plantação de soja, pinos e eucalipto para extração de óleos vegetais e fabricação de biocombustíveis e extração de celulose para produção de papel,<sup>33</sup> enquanto em Barreiras e municípios fronteiriços estendia-se o Pró-Álcool, tendo sido incluídos como áreas estratégicas da política energética do Governo Federal (MIRANDA, 2000).

Dentre algumas empresas beneficiadas, Miranda (2000) cita a Ceval, a Olvebase, a Cargil, a Artex, a Bahia-Solo e cooperativas como Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) e Coaceral. O sistema de irrigação por pivôs se expandiu na região desde então, incentivado por uma política de créditos agrícolas centrada em critérios técnico-econômicos, novamente em detrimento dos critérios sociais de geração de renda familiar para pequenos proprietários, ao passo que a força de

---

<sup>33</sup> Mais adiante será explicitado que os projetos de reflorestamento da década de 1970 não avançaram, tendo servido mais para justificar a captação de subsídios dos governos e aquisição de propriedades pelos grupos que se instalaram na região.

trabalho predominante dessas empresas era o camponês, na condição de assalariado temporário, e um pequeno número de assalariados permanentes que, por sua vez, possuem formação técnica proveniente de outros estados do país.

Daí por diante, tanto nesse município como no Oeste da Bahia como um todo, a expansão do capital “autointitulada moderna”, de acordo com Souza Sobrinho (2012), deu-se de forma “truculenta e arrasadora”, pois, como já foi tratado, vultosos incentivos governamentais estimularam a apropriação privada de grandes áreas de terras públicas devolutas, inclusive através da grilagem. Convênios entre os governos militares e agências fomentadoras de desenvolvimento do Japão, como a Japan International Cooperation Agency (JICA), produziram desmatamentos, uso desordenado de agrotóxicos, exploração indiscriminada das riquezas hídricas, superexploração da força de trabalho, inclusive com alta incidência de trabalho escravo.

Ainda como consequência desse processo, viu-se na região Oeste o crescimento das migrações, o crescimento urbano e a submissão da população expropriada de suas terras à extrema pobreza nas periferias da cidade (SOUZA SOBRINHO, 2012, p. 10). A população que permaneceu no campo, sobretudo nos municípios da região que estão mais distantes de Barreiras e do avanço sistemático dos projetos desenvolvimentistas,<sup>34</sup> é remanescente da primeira ocupação, cujos representantes são as comunidades geraizeiras, ribeirinhas, quilombolas e de fundo e fecho de pasto, na condição de posseiros e pequenos proprietários de terra, conforme mencionado no início desta abordagem. Essas populações, a partir da ocupação nos anos de 1980, passaram a enfrentar constantes conflitos travados pelos grileiros, que por sua vez consistem em grandes fazendeiros da oligarquia agrária da região e de outros estados do Nordeste. Esses são os chamados “testas de ferro”, porque fazem o trabalho de expulsão dos camponeses de suas terras e repassam a pretendentes oriundos de outras regiões (e de outros países, também). Como destacou Souza Sobrinho (2012), esses também são agentes do capital, na medida em que fazem diretamente o trabalho fraudulento e por vezes violento da tomada de terras dos camponeses.

Nesse contexto, a migração tem sido uma das principais características da

---

<sup>34</sup> Principalmente os municípios de Baianópolis, Canápolis, Catolândia, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi e Serra Dourada, cuja taxa de urbanização é menor (vide Tabela 3).

população brasileira (OLIVEIRA, 2001). Ela pode ser vista como uma forma de resistência, assim como o é também a condição de reprodução do campesinato, na forma do camponês que, sazonalmente, produz na sua terra atividades de subsistência intercaladas com o trabalho nas agroindústrias e com trabalhos assalariados e também informais nos espaços urbanos, como descrito anteriormente.

Dessa forma, os caminhos de reprodução do campesinato se repetem, como descrito por Oliveira (2001, p. 188):

Certamente, a maioria dos filhos dos camponeses cujas propriedades tenham superfície inferior a 10 hectares jamais terão condição de se tornar camponeses nas terras dos pais. A eles caberá apenas um caminho: a estrada. A estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra. A migração tem sido, dessa forma, uma das principais características da população brasileira. O quadro geral tem revelado, contrariando muitas interpretações, que a população rural cresceu em termos absolutos e totais até 1970, quando chegou a pouco mais de 41 milhões de pessoas. Registrada nos censos demográficos posteriores, houve queda que fez com que ela chegasse a 38,5 milhões, em 1980; 35,8 milhões, em 1991; 33,9 milhões, em 1996; 31,8 milhões, no ano 2000. Ainda na contramão de muitas interpretações, os censos demográficos de 1996 e 2000 continuam revelando, em vários municípios, o crescimento absoluto da população rural

Também é possível perceber, a partir da expropriação de terras e sua ocupação pelo modo de produção capitalista pelas “modernas” agroindústrias, que a questão agrária assume uma dimensão territorial, dadas as contradições provocadas pelas ações articuladas pelo capital na disputa pela apropriação das áreas de cerrado. Isso se justifica uma vez que a grilagem no Oeste Baiano “não representava um fato isolado ou uma ação de pessoas que transgrediam as leis, mas tratava-se de ações incentivadas e que faziam parte da viabilização de um novo modelo econômico na Região” (SANTOS, 2007, p. 125).

Em consequência, conflitos pela terra se acirraram; desigualdades econômicas e sociais e formas de dominação política se acentuaram; o que resultou na morte de trabalhadores, posseiros, técnicos e profissionais liberais, ao passo que os espaços apropriados irregularmente foram sendo convertidos em “loteamentos rurais, repassados inicialmente para cooperativas e posteriormente

revendidos sem o mínimo controle das instituições estatais” (SANTOS, 2007, p. 125).

Os números não deixam dúvidas acerca da desigualdade social no meio rural do Extremo Oeste baiano. O Censo agropecuário, realizado pelo IBGE em 2006, revelou que as grandes propriedades de terra, de 1000 a 2500 hectares e de 2500 hectares em diante, representavam somente 2,48% do total de estabelecimentos rurais da região e, no entanto, concentram 71,46% de toda a área rural do Oeste do estado, enquanto os estabelecimentos com área inferior a 20 hectares representam 50,09% do total de estabelecimentos da região e somam 2,27% da área total (Tabela 8).

**Tabela 8. Estrutura fundiária do Extremo Oeste Baiano – 2006**

| Classes                     | Número de estabelecimentos (Unidades) |               | Área dos estabelecimentos (Hectares) |               |
|-----------------------------|---------------------------------------|---------------|--------------------------------------|---------------|
|                             | Número                                | %             | Área                                 | %             |
| Mais de 0 a menos de 0,1 ha | 1.047                                 | 2,31          | 35,81                                | 0,00          |
| De 0,1 a menos de 0,2 ha    | 250                                   | 0,55          | 32,69                                | 0,00          |
| De 0,2 a menos de 0,5 ha    | 1.009                                 | 2,23          | 374,77                               | 0,01          |
| De 0,5 a menos de 1 ha      | 1.236                                 | 2,73          | 906,61                               | 0,01          |
| De 1 a menos de 2 ha        | 2.238                                 | 4,95          | 2.838,3                              | 0,04          |
| De 2 a menos de 3 ha        | 2.057                                 | 4,55          | 4.483,63                             | 0,07          |
| De 3 a menos de 4 ha        | 1.436                                 | 3,17          | 4.586,06                             | 0,07          |
| De 4 a menos de 5 ha        | 1.447                                 | 3,20          | 6.056,47                             | 0,09          |
| De 5 a menos de 10 ha       | 4.989                                 | 11,03         | 33.905,68                            | 0,52          |
| De 10 a menos de 20 ha      | 6.954                                 | 15,37         | 94.812,62                            | 1,46          |
| De 20 a menos de 50 ha      | 10.597                                | 23,42         | 322.024,4                            | 4,97          |
| De 50 a menos de 100 ha     | 4.487                                 | 9,92          | 291.925,5                            | 4,51          |
| De 100 a menos de 200 ha    | 1.900                                 | 4,20          | 245.668,9                            | 3,80          |
| De 200 a menos de 500 ha    | 1.297                                 | 2,87          | 378.961,7                            | 5,85          |
| De 500 a menos de 1000 ha   | 684                                   | 1,51          | 460.912,6                            | 7,12          |
| De 1000 a menos de 2500 ha  | 605                                   | 1,34          | 908.076,7                            | 14,03         |
| De 2500 ha e mais           | 514                                   | 1,14          | 3.717.381                            | 57,43         |
| Produtor sem área           | 2.501                                 | 5,53          | -                                    | -             |
| <b>Total</b>                | <b>45.248</b>                         | <b>100,00</b> | <b>6.472.983</b>                     | <b>100,00</b> |

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2006).

Nota: 1 - Os dados das Unidades Territoriais com menos de três informantes estão desidentificados com o caractere -.

A concentração fundiária tem proporções gigantescas e, embora não existam pesquisas mais recentes feitas por órgãos públicos, os dados

apresentados são reveladores desse histórico nada pacífico<sup>35</sup> de expropriação de terras a partir do fim da década de 1970, que possibilitou as condições atuais de reprodução do capital no campo baiano e é emblemático quanto à contemporaneidade da questão agrária no Brasil. A grilagem de terras – facilitada inclusive por legislações sobre o uso e a posse da terra e a escrituração precária nos cartórios regionais (SANTOS, 2007), bem como por outras ações institucionais ora apresentadas – foi um dos mecanismos mais eficientes nesse processo.

As contradições do modelo capitalista de produção do campo no Oeste do estado se tornam ainda mais evidentes e alarmantes quando observado que justamente as pequenas propriedades de terra – estabelecimentos agropecuários de área inferior a 50 hectares – são responsáveis por empregar 65,12% da população da região, enquanto as grandes propriedades (consideradas a partir de 500 ha) empregaram apenas 18,67% do total dessa população (Tabela 9). Esse fato contrasta com a quantidade de terras que esses proprietários têm sob seu domínio. Ou seja, a racionalidade do agronegócio (do capital) é ilusória, não contempla a reprodução social e desconsidera a necessidade dos trabalhadores. O discurso desenvolvimentista, diante desses dados, não se sustenta, na medida em que o agronegócio na região não é o maior responsável pela geração de emprego e renda para a população local, e aqueles poucos empregos gerados por suas empresas são, em geral, trabalhos em condições degradantes.

Durante o Censo Agropecuário do IBGE (2006), o índice de Gini<sup>36</sup> da área total de estabelecimentos agropecuários no Brasil calculado foi de 0,854. Um valor sem dúvida elevado de concentração fundiária e que pouco difere dos valores identificados pelos três últimos Censos Agropecuários, pois em 1985 o índice era de 0,857, e entre 1995 e 1996 era de 0,856. Os municípios da região Oeste apresentam altos índices na Bahia, chegando a ultrapassar a média estadual, que, em 1985, era de 0,835; entre 1995 e 1996, era de 0,829; e, em 2006, era de 0,838 (Tabela 10).

---

<sup>35</sup> A CPT registra os dados de conflitos no campo desde 1985. Na Bahia, entre os anos de 1985 e 2017, ela registrou 106 casos de conflitos em que ocorreram assassinatos, com 128 vítimas. Desse total, apenas dois foram julgados, sendo que apenas um mandante dos assassinatos e um executor foram condenados. Esse dado revela também como a impunidade ainda é um dos fatores estruturantes da violência no campo (CPT, 2018).

<sup>36</sup> O Índice de Gini, que é uma referência utilizada na medição da distribuição de um bem, foi utilizado para medir a concentração fundiária no Brasil e nos municípios do Oeste da Bahia. O grau de concentração cresce quanto mais se aproxima de 1.

**Tabela 9. Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31/12 – Extremo Oeste da Bahia, 2006**

|                             | Número        | %          |
|-----------------------------|---------------|------------|
| Mais de 0 a menos de 0,1 há | 3284          | 2,02       |
| De 0,1 a menos de 0,2 ha    | 720           | 0,44       |
| De 0,2 a menos de 0,5 ha    | 2636          | 1,62       |
| De 0,5 a menos de 1 ha      | 3621          | 2,23       |
| De 1 a menos de 2 ha        | 6525          | 4,01       |
| De 2 a menos de 3 ha        | 6490          | 3,99       |
| De 3 a menos de 4 ha        | 4489          | 2,76       |
| De 4 a menos de 5 ha        | 4617          | 2,84       |
| De 5 a menos de 10 ha       | 15779         | 9,70       |
| De 10 a menos de 20 ha      | 22282         | 13,69      |
| De 20 a menos de 50 ha      | 35514         | 21,82      |
| De 50 a menos de 100 ha     | 15170         | 9,32       |
| De 100 a menos de 200 ha    | 6564          | 4,03       |
| De 200 a menos de 500 ha    | 4648          | 2,86       |
| De 500 a menos de 1000 ha   | 3245          | 1,99       |
| De 1000 a menos de 2500 ha  | 5090          | 3,13       |
| De 2500 ha e mais           | 14489         | 8,90       |
| Produtor sem área           | 7565          | 4,65       |
| <b>Total</b>                | <b>162728</b> | <b>100</b> |

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006).

No Oeste da Bahia, Correntina representa um exemplo emblemático de concentração fundiária. Com base ainda nos dados do Censo Agropecuário de 2006, a Organização Não Governamental OXFAM BRASIL (2016) publicou o relatório “Terra, Poder e Desigualdade na América Latina,<sup>37</sup> em que destaca Correntina como exemplo de relevância pela atividade agropecuária, mas que se enquadra entre o 1% de maior concentração fundiária, tendo em vista os latifúndios locais ocuparem 75,35% da área total dos estabelecimentos agropecuários, ao passo que a pobreza atinge 45% da população rural e 31,8% da população geral, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,603, abaixo da média nacional.

<sup>37</sup> O relatório comparou o nível de concentração das propriedades rurais em 15 países da região, com destaque para o Brasil. A partir da análise dos Censos Agropecuário, alerta que apenas 1% das fazendas ou estabelecimentos rurais na América Latina concentra mais da metade (ou 51,19%) de toda a superfície agrícola da região (BRASIL, 2016).

Tabela 10. Evolução Histórica do Índice de Gini – Bahia e Municípios do Oeste baiano – 1920-2006

| Índice de Gini         |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |
|------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Local                  | 1920  | 1940  | 1950  | 1960  | 1970  | 1975  | 1980  | 1985  | 1996  | 2006  |
| BAHIA                  | 0,734 | 0,784 | 0,794 | 0,779 | 0,795 | 0,805 | 0,821 | 0,835 | 0,829 | 0,838 |
| Baianópolis            |       |       |       |       | 0,687 | 0,832 | 0,878 | 0,848 | 0,924 | 0,896 |
| Barreiras              | 0,958 | 0,664 | 0,739 | 0,787 | 0,847 | 0,872 | 0,946 | 0,907 | 0,831 | 0,902 |
| Canápolis              |       |       |       |       | 0,51  | 0,614 | 0,618 | 0,633 | 0,662 | 0,796 |
| Catolândia             |       |       |       |       | 0,696 | 0,832 | 0,839 | 0,812 | 0,804 | 0,759 |
| Cocos                  |       |       |       | 0,69  | 0,623 | 0,703 | 0,825 | 0,84  | 0,814 | 0,906 |
| Coribe                 |       |       |       | 0,819 | 0,745 | 0,728 | 0,784 | 0,762 | 0,676 | 0,695 |
| Correntina             | 0,973 | 0,404 | 0,726 | 0,598 | 0,59  | 0,608 | 0,794 | 0,915 | 0,935 | 0,934 |
| Formosa do Rio Preto   |       |       |       |       | 0,809 | 0,858 | 0,87  | 0,953 | 0,91  | 0,882 |
| Jaborandi              |       |       |       |       |       |       |       |       | 0,928 | 0,904 |
| Luís Eduardo Magalhães |       |       |       |       |       |       |       |       |       | 0,7   |
| Riachão das Neves      |       |       |       |       | 0,854 | 0,9   | 0,933 | 0,911 | 0,894 | 0,909 |
| Santa Maria da Vitória | 0,901 | 0,644 | 0,498 | 0,522 | 0,741 | 0,743 | 0,742 | 0,798 | 0,745 | 0,721 |
| Santana                | 0,941 | 0,539 | 0,575 | 0,694 | 0,754 | 0,811 | 0,847 | 0,849 | 0,823 | 0,836 |
| São Desidério          |       |       |       |       | 0,889 | 0,955 | 0,965 | 0,962 | 0,915 | 0,891 |
| São Félix do Coribe    |       |       |       |       |       |       |       |       | 0,805 | 0,766 |
| Serra Dourada          |       |       |       |       | 0,605 | 0,742 | 0,793 | 0,84  | 0,8   | 0,809 |

Fonte: Projeto GeografAR (2011).

De acordo com a ONG britânica, de todas autuações do Ministério do Trabalho e Emprego entre 2003 e 2013, 82% foram no Oeste da Bahia. Em Correntina, 249 trabalhadores foram resgatados da condição de trabalho análogo ao de escravo no período.<sup>38</sup>

Em Correntina, a concentração fundiária expressa pelo histórico do índice de GINI se mostra alta e crescente desde a década de 1960 e, de acordo com o Projeto GeografAR (2011), é de 0.934. Ou seja, trata-se de um nível de concentração fundiária que é, ao mesmo tempo, próximo ao da época da dominação territorial pelas oligarquias agrárias, na década de 1920, e muito maior, comparado ao atual contexto, do que o índice nacional (Tabela 10).

Os dados apresentados não só permitem confrontar o caráter incondicional da afirmação de que o agronegócio é quem garante o crescimento da economia no estado e é o maior responsável pela geração de empregos no campo, como permite dizer que o motor dessa afirmação tem suas raízes no propósito de reproduzir a ideologia neoliberal do capitalismo monopolista, sob o qual uma nova ordem social se criou. Nessa ordem, os capitalistas de empresas mundiais atuam em diversos países, geram uma nova divisão mundial do trabalho e redefinem a organização territorial (OLIVEIRA, 2016). Desse modo, haverá em cada país uma divisão entre bolsões de riqueza absoluta e de miséria absoluta (CHAUÍ, 1994).

O desenvolvimento desigual combinado da região Oeste, fomentado pelas políticas setoriais do Governo Federal e estadual do final da década de 1970, evidencia, portanto, como o modelo hegemônico de produção no campo se reproduz, em seu movimento contraditório, através da produção da pobreza e da exploração da população, esteja ela no campo ou na cidade.

---

<sup>38</sup> Um dos entrevistados durante o desenvolvimento deste trabalho conta que o Oeste da Bahia, entre 2003 e 2007, era considerado o maior polo de trabalho análogo a trabalho escravo do Brasil, perdendo somente para Terra do Meio, no Pará. Entre 2003 e 2006, foram libertados mais de 5 mil trabalhadores em fazendas da região. “No município de Correntina, três fazendas são bem emblemáticas. Fazenda Tabuleiro, atual Fazenda do Agro Xingu. 262 trabalhadores foram libertados pela Polícia Federal, de uma só vez. Em São José, 30 trabalhadores foram libertados, e a fazenda Gaio, de Rui Gaio, 32 trabalhadores libertados” (Entrevistado, dia 29 de julho de 2018).

Tanto é assim que os dados do IBGE evidenciam os municípios que apresentam a maior produção agrícola de *commodities* e os maiores valores do PIB (Tabela 12) também como aqueles que apresentam os maiores níveis de pobreza e desigualdade de acesso à terra (Tabela 11). Dentre esses municípios, destacam-se Formosa do Rio Preto, Correntina, Santa Maria da Vitória e São Desidério. Nesse caso, a exceção só confirma a regra, como ocorre com os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

### 3.2 QUEM SÃO E COMO SE ORGANIZAM OS REPRESENTANTES DO PATRONATO RURAL E DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL NO OESTE DA BAHIA?

Na última década, Santos (2007) realizou entrevistas com um grupo de produtores que se deslocou para a região Oeste a partir da abertura da fronteira agrícola, em especial dirigentes da AIBA, os quais afirmaram não exercer, naquele momento, controle sobre o processo produtivo, tendo em vista constituírem um grupo pequeno de produtores de soja e algodão, que estava bastante endividado com o sistema financeiro, com as indústrias processadoras e com o setor de máquinas e insumos, chegando, por isso, a cogitar como solução a saída da região em busca de novas áreas agrícolas e mais benesses estatais, tais como as que haviam privilegiado a territorialização do Oeste pelos sulistas no passado.

Ocorre que, entre os desafios e iniciativas adotadas pelos próprios produtores para sair do contexto de decréscimo ou estagnação da produção propagado naquele período, Santos (2007) ainda descreveu outro acontecimento que ganhou força, sendo decisivo para que o desenvolvimento do capital industrial na região despontasse nas décadas seguintes. Trata-se da articulação de frações de classes através de associações por ramos produtivos e cooperativas e do crescimento de sua ingerência sobre agentes da sociedade política nos espaços políticos estratégicos de definição da política de desenvolvimento rural, em nível estadual e nacional, para protestar contra a crise de financiamento do setor agrícola.

**Tabela 11. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Percentual da População Vulnerável à Pobreza, por municípios – Microrregiões de Barreiras e Santa Maria da Vitória – 1991/2010**

| Município              | IDHM  | % de vulneráveis à pobreza | IDHM  | % de vulneráveis à pobreza | IDHM  | % de vulneráveis à pobreza |
|------------------------|-------|----------------------------|-------|----------------------------|-------|----------------------------|
| Baianópolis            | 0,259 | 95,33                      | 0,383 | 87,53                      | 0,589 | 70,39                      |
| Barreiras              | 0,408 | 71,45                      | 0,572 | 60,22                      | 0,721 | 40,62                      |
| Canápolis              | 0,285 | 96,66                      | 0,435 | 87,05                      | 0,565 | 71,15                      |
| Catolândia             | 0,294 | 93,53                      | 0,426 | 83,09                      | 0,582 | 68,49                      |
| Cocos                  | 0,260 | 88,10                      | 0,413 | 83,75                      | 0,596 | 67,78                      |
| Coribe                 | 0,314 | 89,42                      | 0,397 | 89,22                      | 0,600 | 71,41                      |
| Correntina             | 0,279 | 91,56                      | 0,442 | 80,45                      | 0,603 | 63,44                      |
| Formosa do Rio Preto   | 0,376 | 87,02                      | 0,449 | 84,16                      | 0,618 | 65,17                      |
| Jaborandi              | 0,235 | 95,65                      | 0,374 | 88,54                      | 0,613 | 68,07                      |
| Luís E. Magalhães      | 0,391 | 62,68                      | 0,547 | 50,24                      | 0,716 | 31,29                      |
| Riachão das Neves      | 0,267 | 93,54                      | 0,389 | 88,53                      | 0,578 | 71,93                      |
| Santa Maria da Vitória | 0,322 | 88,71                      | 0,449 | 78,11                      | 0,614 | 63,18                      |
| Santana                | 0,348 | 86,68                      | 0,471 | 77,19                      | 0,608 | 63,38                      |
| São Desidério          | 0,272 | 90,22                      | 0,398 | 80,03                      | 0,579 | 62,67                      |
| São Félix do Coribe    | 0,308 | 90,53                      | 0,462 | 76,15                      | 0,639 | 55,10                      |
| Serra Dourada          | 0,271 | 96,65                      | 0,436 | 86,98                      | 0,608 | 71,27                      |

Fonte: IBGE (1991; 2000; 2010).

**Tabela 12 - Produto Interno Bruto Total (PIB), Percentual sobre o total do estado e da região e crescimento em relação ao estado e região, por municípios – Microrregiões de Barreiras e Santa M<sup>a</sup>. da Vitória – 2002/2014**

| Municípios                        | 2002           |                |                | 2009           |                |                | 2014            |                |                |
|-----------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|----------------|----------------|
|                                   | PIB Total      | % sobre estado | % sobre região | PIB Total      | % sobre estado | % sobre região | PIB Total       | % sobre estado | % sobre região |
| Baianópolis                       | 40,26          | 0,07           | 1,23           | 63,36          | 0,05           | 0,78           | 120,46          | 0,05           | 0,78           |
| Barreiras                         | 824,28         | 1,40           | 25,22          | 1795,41        | 1,30           | 22,11          | 3337,72         | 1,49           | 21,63          |
| Canápolis                         | 14,58          | 0,02           | 0,45           | 31,32          | 0,02           | 0,39           | 56,21           | 0,03           | 0,36           |
| Catolândia                        | 7,7            | 0,01           | 0,24           | 29,64          | 0,02           | 0,37           | 56,62           | 0,03           | 0,37           |
| Cocos                             | 57,47          | 0,10           | 1,76           | 124,86         | 0,09           | 1,54           | 229,7           | 0,10           | 1,49           |
| Coribe                            | 36,29          | 0,06           | 1,11           | 59,90          | 0,04           | 0,74           | 103,75          | 0,05           | 0,67           |
| Correntina                        | 274,96         | 0,47           | 8,41           | 702,10         | 0,51           | 8,65           | 1235,04         | 0,55           | 8,00           |
| F. do Rio Preto                   | 167,54         | 0,28           | 5,13           | 742,59         | 0,54           | 9,15           | 1366,23         | 0,61           | 8,85           |
| Jaborandi                         | 69,97          | 0,12           | 2,14           | 217,25         | 0,16           | 2,68           | 409,26          | 0,18           | 2,65           |
| L. Eduardo Magalhães              | 602,28         | 1,02           | 18,43          | 1721,22        | 1,25           | 21,20          | 3824,49         | 1,71           | 24,79          |
| Riachão das Neves                 | 133,38         | 0,23           | 4,08           | 298,66         | 0,22           | 3,68           | 493,74          | 0,22           | 3,20           |
| Santa M <sup>a</sup> . da Vitória | 97,83          | 0,17           | 2,99           | 184,60         | 0,13           | 2,27           | 407,74          | 0,18           | 2,64           |
| Santana                           | 59,94          | 0,10           | 1,83           | 111,00         | 0,08           | 1,37           | 197,25          | 0,09           | 1,28           |
| São Desidério                     | 571,82         | 0,97           | 17,50          | 1461,41        | 1,06           | 18,00          | 2523,79         | 1,13           | 16,36          |
| São Félix do Coribe               | 34,58          | 0,06           | 1,06           | 69,57          | 0,05           | 0,86           | 133,33          | 0,06           | 0,86           |
| Serra Dourada                     | 32,99          | 0,06           | 1,01           | 72,20          | 0,05           | 0,89           | 121,63          | 0,05           | 0,79           |
| <b>Total</b>                      | <b>3025,87</b> | <b>5,14</b>    | <b>92,59</b>   | <b>7685,09</b> | <b>5,57</b>    | <b>94,64</b>   | <b>14616,96</b> | <b>6,53</b>    | <b>94,73</b>   |

Fonte: IBGE/SEI, 2002;2009;2014

Os atos de protesto dos “gaúchos” fazem parte da construção de uma identidade específica desse grupo que reivindica para si a origem de uma nova sociabilidade no mundo rural na Bahia. Ao buscar negociar suas reivindicações com o governo, fazem chantagem com a sorte da população e, sobretudo, reagem com violência verbal às denúncias da existência de relações de trabalho fora de qualquer padrão humanitário nos espaços de moderna agricultura (SANTOS, 2007, p. 197).

A partir desse período ocorreu, então, segundo Mendonça (2010, p. 27), a “coalização de interesses, incrustados nos próprios órgãos estatais”, que transformou de uma vez a “modernização” da atividade agropecuária/agroindustrial da Bahia em uma das principais alternativas de investimento, cuja ação do governo do estado se materializou “mediante três instrumentos-chave: o crédito subsidiado, a intocabilidade da estrutura fundiária e os incentivos fiscais às atividades agropecuárias e conexas” (MENDONÇA, 2010, p. 26), bem como o investimento em obras de infraestrutura e logística para dinamizar a produção, o comércio e a exportação do setor.

Inclusive, no mesmo estudo, as entrevistas de Santos (2007) lhe permitiram o contato com o pensamento e o interesse comum de um segmento social dominante presente na região, o qual se diz “moderno”, mas acredita no espaço produtivo na medida em que esse não lhe apresenta barreiras, estando a modernidade associada às suas origens, identidades individuais e coletivas, seus investimentos materiais na região e suas possibilidades de aquisição de conhecimento. Ainda,

para as novas camadas dominantes a pobreza encontrada de forma generalizada na Região é um problema específico dos baianos, não os atingindo. Nas entrevistas com os empresários e políticos do município de Luís Eduardo Magalhães, estes afirmaram que a pobreza e a miséria existente na Região eram de responsabilidade dos políticos locais que nunca se preocuparam com o desenvolvimento, ao contrário deles que trouxeram o agronegócio para a Região e desenvolveram os cerrados, inclusive criando um município, uma organização territorial com uma base produtiva diferente da existente na história local. Os grandes proprietários percebem que a devastação está em curso, no entanto a lógica predominante é puramente econômica, depredatória, voltada para o lucro. Em uma das reuniões para tratar da economia regional e dos problemas futuros, um desses proprietários declarou: “no momento que o meu pivô central secar, fecho a minha porteira e vou embora daqui” (SANTOS, 2007, p. 196).

Desde então, o agronegócio na Bahia se desenvolve de forma articulada, por meio de representações coletivas de instituições privadas, em parceria com instituições públicas estaduais como a AIBA<sup>39</sup> (que representa mais de 1.300 associados da região), a Associação Baiana dos Produtores de Algodão (ABAPA), o Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial (FUNDEAGRO), o Programa de Desenvolvimento do Agronegócio (Prodeagro), a Fundação Bahia, o Instituto Pensar Agro e a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA). Algumas dessas entidades da sociedade civil têm cadeira em espaços políticos como o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e a Câmara Temática de Insumos Agropecuários, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Esses grupos de produtores das principais *commodities* da região (milho, soja, algodão, sorgo) há décadas têm celebrado acordos comerciais com *tradings* tradicionais como Bunge, Cargill, Syngenta e ADM, que são os grupos comerciais que permitem o “atravessamento” – a venda – dessa produção para o mercado internacional, através da integração da produção e da comercialização de sementes, adubos e demais insumos, distribuição, armazenamento, logística, transporte, financiamento, conferência de qualidade da produção, bem como o monitoramento das cotações dessas *commodities* agrícolas para prevenir os produtores rurais das oscilações dos preços do mercado.

Ora, busca-se evidenciar que o Estado não é alheio nem está isento às reivindicações dos grupos sociais. Ao contrário, ele é o espaço onde a disputa entre esses grupos acontece. No entanto, o Estado moderno é condicionado pelo capital e, por essa razão, tem agido no sentido de conciliar a relação entre trabalho e capital. É certo que, ao longo da história do Brasil, as lutas organizadas das classes populares e trabalhadoras têm cumprido o papel fundamental de pressão para que direitos sejam afirmados, inclusive através de legislações e políticas públicas, e possam fazer frente aos paradigmas impostos pelas classes sócio e economicamente dominantes.

Porém, o Estado, não só com seu aparato coercitivo e violento – força policial e judiciária –, mas também através da regulamentação de direitos, planos de

---

<sup>39</sup> Segundo informações disponibilizadas pela própria AIBA em seu sítio eletrônico, a associação, fundada em 1990 com 16 associados, hoje figura como a principal entidade representativa da região, com mais de 1.300 produtores, que representam cerca de 95% da força de produção em 2,25 milhões de hectares plantados (AIBA, 2019).

governo e implementação de políticas públicas, cada vez mais age de modo a conter a força popular de se impor perante o avanço das classes organizadas para manter a dominação e seus privilégios.

Na análise da política de comprometimento com uma agenda desenvolvimentista, na qual se insere o modelo de reprodução do capital no campo, torna-se evidente o papel do Estado burguês moderno de atender às necessidades de reprodução do capital, conforme apontado por Mészáros (2011, p. 122):

À sua própria maneira – totalizadora –, o Estado expõe a mesma divisão do trabalho hierárquico/estrutural das unidades reprodutivas econômicas. Assim, ele é literalmente vital para manter sob controle (ainda que incapaz de eliminar completamente) os antagonismos que estão sempre surgindo da dualidade disruptiva dos processos socioeconômicos e políticos de tomada de decisão sem os quais o sistema do capital não poderia funcionar adequadamente. Tornando sustentável (enquanto permanecer historicamente sustentável) a prática metabólica de atribuir ao “trabalho livre” o cumprimento de funções rigorosamente econômicas numa condição incontestavelmente subserviente, o Estado é o complemento perfeito das exigências internas desse sistema de controle sociometabólico antagonicamente estruturado. Como fiador geral do modo de reprodução insanavelmente autoritário do capital (sua “tirania nos locais de trabalho” não apenas sob o capitalismo, mas também sob o sistema do capital de tipo soviético), o Estado reforça a dualidade entre produção e controle e também a divisão hierárquico/estrutural do trabalho, de que ele próprio é uma clara manifestação.

Nesse sentido, seguindo o aporte teórico metodológico de Mendonça (2010) e Sevá (2008; 2016), pode-se analisar o quanto a organização dessas entidades patronais e demais representantes da classe dominante de proprietários fundiários e empresários capitalistas permite expandir as fronteiras físicas do agronegócio baiano, como também a expansão do mercado e de investimentos no setor, seja por meio das parcerias público-privadas, seja através da diversificação das suas frentes de atuação e “capitalização do prestígio político e simbólico”. Essas entidades estrategicamente passaram a se apresentar publicamente com um programa que pauta – ou pelo menos propagandeiam uma imagem correspondente – a causa ecológica, a temática ambiental, o ensino e a formação técnica profissional para a ampliação de pesquisas, tecnologias e abertura de novos postos de trabalho. Todo esse capital simbólico é articulado, sem contar o estabelecimento, pelas próprias classes patronais, de instrumentos de

comunicação (jornais, plataformas digitais e divulgação de opinião e notícias em redes sociais) e de premiações para garantir mais visibilidade para a produção, construir consenso entre as classes sociais e, ao mesmo tempo, estimular o crescimento do investimento, bem como da competitividade e da valorização do produto da “modernização” do campo na região Oeste do estado, com impacto nacional e global.

O estudo dos dirigentes e das bases sociais das entidades patronais que se localizam no Oeste, feito a partir do levantamento de reportagens e notícias dos sítios eletrônicos das entidades de representação do patronato e do empresariado rural e agroindustrial, permite constatar a presença cada vez mais constante de diretorias ou departamentos, notícias, pareceres e comunicações de pesquisas específicas sobre a temática ambiental e as demais relacionadas anteriormente. Com efeito, esse levantamento subsidiou uma breve análise, tanto da frequência de nomes de agentes do agronegócio e dirigentes, quanto do seu revezamento no preenchimento de cargos de presidente, vice-presidente, secretários, tesoureiros, na direção geral, na direção técnica e conselho consultivo. Tais cargos lhes são atribuídos conforme a biografia, que passa inclusive pelas relações de classe com elites agrárias e oligarquias, a formação ou trajetória político-institucional, mas também – e seguindo a lógica modernizante – conforme a necessidade de representar formalmente essas entidades em campanhas e ações institucionais ou de estabelecer diálogos técnicos e setorializados com entidades públicas, chefes de governo e diversos segmentos da sociedade civil, podendo, ainda, conferir maior visibilidade e credibilidade para tais agremiações, haja vista a presença, em seus quadros, de associados históricos “com carreiras políticas ‘espetaculares’ ou prestígio inequívoco no meio empresarial e/ou acadêmico do País” (MENDONÇA, 2010, p. 100).

É importante destacar o papel central que a AIBA exerce no desenvolvimento do agronegócio na região Oeste, principalmente na construção do projeto de expansão daquela que é considerada a última fronteira agrícola brasileira – o MATOPIBA. De acordo com a descrição de Cunha (2017, p. 93), que fez um levantamento dos principais grupos de classe atuantes no Oeste da Bahia, essa associação está

presente em doze municípios no Oeste da Bahia, com mais de 1300 médios e grandes produtores associados, busca promover o desenvolvimento do agronegócio em uma cadeia integrada, sobretudo por meio da soja, do milho e do algodão. Age de forma corporativista, a favor das demandas de mercado da classe que representa, especialmente no cenário político, junto às cúpulas nas esferas federal e estadual. O que lhe permite barganha, voto e voz nas políticas agrícolas. Na Bahia, no último governo (Jaques Wagner), representava duas secretarias de Estado, a de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI, e a do Meio Ambiente. Possuindo vínculos próximos nos diferentes escalões governamentais, do Ministério da Agricultura a prefeitos e vereadores de todo o Oeste Baiano, em que grande parcela são produtores e/ou ligados diretamente a eles. São atrelados a rede de sindicatos patronais de produtores, em que junto as outras instituições de nível nacional como a Confederação Nacional de Agricultura – CNA, União Democrática Ruralista – UDR entre outras, constroem lobbies políticos, em prol da classe que representam. Além de toda articulação que participa e busca de financiamentos, projetos infraestruturais, profissionalizantes, “educativos”, baseados na lógica monetária do agronegócio, age para o domínio/controlar absoluto do seu estrato social. O episódio mais recente foi a participação ativa na contestação da liminar promulgada pelo MPE da Bahia na comarca de Barreiras, que proibia o uso do *Benzoato de Emamectina*.

O Fundo para o Desenvolvimento da Agropecuária da Bahia (Prodeagro), por exemplo, criado em 2013 pelo então governador do estado, Jaques Wagner (PT), através do decreto 14.500/2013, nasceu como parceria entre iniciativa privada e governo com a proposta de melhoria da infraestrutura e logística, modernização tecnológica e desenvolvimento socioeconômico e ambiental. O fundo se dá através da mobilização de recursos financeiros das indústrias processadoras de soja, milho e café, os quais lhe foram repassados na qualidade de crédito fiscal concedido pelo governo. O Prodeagro tem a participação, em seus cargos eletivos, de representantes das secretarias estaduais de Agricultura e de Infraestrutura, que compõem seu Conselho, cujos titulares na época da criação eram, respectivamente, Jairo Carneiro (PP) e Otto Alencar (PSD).

Já a Fundação Bahia ou Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do Oeste Baiano, localizada em Luís Eduardo Magalhães, é uma entidade sem fins lucrativos que dispõe de 200 hectares para o desenvolvimento de pesquisas e produção de informação, conhecimento e tecnologias para o agronegócio da região, especialmente das culturas agrícolas como: a soja, o algodão, o milho, o café e o girassol. Ela conta com apoio de mantenedores e da FUNDEAGRO,

Embrapa, AIBA, ABAPA, Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), EBDA, Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e de universidades. Em âmbito nacional, seus interesses são representados por entidades como a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA).

Mais uma vez, o Estado aparece como ente regulador/conciliador entre as demandas sociais (trabalho, renda etc.) e a demanda de crescimento da produtividade do capital, mediante a ação articulada da sociedade política, que é composta, em sua maioria, por representantes da sociedade burguesa, orientada pela lógica da acumulação e da expansão capitalista (MESZÁROS, 2011).

A seguir, é apresentada a “marcha para o Oeste da Bahia”, isto é, os empreendimentos que correspondem a alguns dos primeiros produtores a ocupar os cerrados do Oeste baiano com atividades agrícolas “modernas” (SANTOS, 2007).

Formosa do Rio Preto sedia o Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo, complexo de empreendimentos agrícolas formado a partir da chegada do gaúcho radicado no Rio de Janeiro, Ronald Guimarães Levinsohn, ex-presidente da Delfin Rio S.A. e Crédito Imobiliário e Delfin S.A Crédito Imobiliário.<sup>40</sup> Enquanto o município tem 22 mil habitantes e área de 1,6 milhão de hectares – maior que países como Bahamas, Jamaica ou Irlanda do Norte –, a Estrondo ocupa 350 mil hectares – mais do dobro da área da cidade do Rio de Janeiro –, dos quais, 150 mil estão destinados ao plantio de soja e outros grãos (PRAGER; MILHORANCE, 2018).

O Condomínio é administrado por três empresas – Companhia de Melhoramentos do Oeste da Bahia, Delfin Crédito Imobiliário e Colina Paulista –<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> A Delfin foi a maior caderneta de poupança privada do país e sétima empresa do mundo no ramo imobiliário, com 3,5 milhões de depositantes. Adquiriu uma dívida de Cr\$ 60 bilhões com o Banco Nacional de Habitação (BNH) e, para quitá-la, propôs um acordo, no ano de 1982, através da entrega de dois terrenos que valiam, em verdade, Cr\$ 9 bilhões. Este acordo fraudulento envolveu os nomes dos ministros Mário Andreazza (Interior), Delfim Netto (Planejamento) e Ernane Galvêas (Fazenda), que chegaram a ser acusados judicialmente por causa do acordo, não tendo sido, contudo, responsabilizados até hoje por lesarem milhares de contribuintes. A Delfin faliu em 1984. Em 1991, Levinsohn fechou acordo com o Banco Central do Brasil que o permitia levar o que havia sobrado da Delfin, aproximadamente R\$ 300 milhões, e pagar a dívida em 13 anos com dois anos de carência. O empresário não pagou nenhuma parte do previsto. Em 2006, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu o pagamento com os dois imóveis anteriormente indicados pela Delfin ao BNH, encerrando o caso com um “acordo de cavalheiros” (REDAÇÃO, 2014).

<sup>41</sup> A única sócia da Colina é a Tamzim Trading Ltda., com sede nas Ilhas Virgens (RACISMO AMBIENTAL, 2017).

e se desdobra em outras empresas condôminas.<sup>42</sup> São elas: Agropecuária Alaska S.A.; Agropecuária Analice S.A.; Agropecuária Arizona S.A.; Agropecuária Canadá S.A.; Agropecuária Despertar S.A.; Agropecuária Flórida S.A.; Agropecuária Fronteira S.A.; Agropecuária Indiana S.A.; Agropecuária Liberdade S.A.; Agropecuária Mississippi S.A.; Agropecuária Montana S.A.; Agropecuária Pennsylvania S.A.; Agropecuária Povo Novo S.A.; Agropecuária Taim S.A.; Agropecuária Tennessee S.A.; Agropecuária Vitoria S.A.; Cia. Agropecuária Santana Borges; Cia. Agropecuária Adelaide; Cia. Agropecuária Sarmiento; Cia. Melhoramentos do Oeste da Bahia; Delfin Rio S.A. Crédito Imobiliário; Vitória da Confiança Atividades Agrícolas S.A.

Entres os condôminos estão ainda 33 arrendatários: Alberto Antonio Zanini; Antonio Roberto Falaska; Argeu Kischel; Claire das Graças Wobeto Rodrigues; Elza Gomes de Souza; Elza Shimohira; Érika Costa Guanês; Haruyoshi Shimohira; Heinz Kudiess; Jerusa Gambato Kudiess; João Carlos Jacobsen; João Carlos Jacobsen Filho; Jurgen Epp; Kazuko Shimohira; Leandro Biegas; Leonardo Tadashi Mano Shimohira; Luiz Marcon Carassa; Marcelo Carassa; Marcelo Jun Shimohira; Márcio Ribeiro; Marcos Kischel; Marcos Yuji Shimohira; Marino Aparecido Biegas; Mario Shimohira; Mayra Adrielli Epp; Paula Yumi Shimohira; Paulo Kenji Shimohira; Raul Jacobsen Rodrigues; Ricardo Lhossuke Horita; Silvia Mano Shimohira; Sirlei Terezinha Carassa; Sizue K. Shimohira; Walter Yukio Horita; Wilson Hideki Horita.

Da lista de produtores que integram esse complexo de empreendimentos agropecuários, cabe destacar também a presença do Grupo Horita, empresa agrícola de descendentes de uma família japonesa que migrou para o Brasil e se instalou em São Paulo, em 1938, para trabalhar como empregados nas fazendas de algodão e café. Instalada na Bahia, nessa região, desde 1984, é conhecida pelos mais elevados índices de produção de algodão, soja e milho. Com escritório central em Barreiras, o grupo detém mais de 150 mil hectares no Oeste do estado, nos

---

<sup>42</sup> Entre elas, a Fazenda Austrália, da Companhia Melhoramentos do Oeste da Bahia (CMOB), sob direção de Adilson Santana Borges, Claudia Vieira Levinsohn, Priscilla Vieira Levinsohn, Ronald Guimarães Levinsohn e o ex-deputado estadual do Mato Grosso Otaviano Pivetta. Já a Fazenda Indiana estava sob a responsabilidade de Paulo Kenji Shimohira (REIMBERG, 2009), produtor de algodão na Bahia e em Goiás, sócio da Associação Brasileira de Sementes e Mudanças (ABRASEM). Ele foi presidente da Associação Goiana dos Produtores de Algodão (AGOPA) por duas gestões consecutivas e faz parte do Conselho de Administração da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA) desde a fundação da entidade.

quais estão instaladas seis unidades produtivas: Acalanto, Ventura e Querubim (São Desidério), Sagarana (Correntina), Timbaúba (Luís Eduardo Magalhães) e Centuria (Formosa do Rio Preto) (HORITA, 2018).

O Grupo Busato, por sua vez, reúne fazendas de uma família do Rio Grande do Sul que iniciou suas atividades agrícolas no Oeste da Bahia no final dos anos 1980. Atualmente, pratica-se a agricultura em São Desidério, Serra do Ramalho e Jaborandi. Com uma matriz produtiva diversificada, cultivam-se a soja, híbridos de milho (milho para consumo humano e animal) e algodão, utilizando-se do sistema de irrigação e sequeiro. O beneficiamento do algodão é feito em algodoeira própria, em São Desidério. Com vistas a ampliar o leque de produtos, sempre está experimentando novos desafios na ciência do cultivo da terra. É necessário destacar que tanto o Grupo Horita quanto o Grupo Busato possuem representantes em cargos de direção da AIBA e da ABAPA (BUSATO, 2018).

Entre algumas premiações e exposições realizadas na região, é possível citar A Soja de Ouro e a Bahia Farm Show. A Bahia Farm Show é promovida pela Aiba, pela Abapa e pelo Instituto Aiba (IAiba), com o apoio da Associação dos Revendedores de Máquinas e Equipamentos Agrícolas do Oeste da Bahia Ltda. (Assomiba), da Fundação Bahia e da Prefeitura de Luís Eduardo Magalhães. Já foram realizadas 13 edições e contou-se com o aumento da participação de expositores estrangeiros, principalmente de países como Alemanha, Espanha e Estados Unidos. Os rumos do setor são definidos nesses espaços, mediante a tomada de decisões que já fazem parte das agendas políticas e dos compromissos dos governantes e chefes executivos de empresas (BAHIA FARM SHOW, 2018).

Merece nota, ainda, o fato de que o site da Bahia Farm divulga não só que entre os realizadores e apoiadores estão as entidades acima citadas, como também que há, entre os patrocinadores do evento, a presença de instituições financeiras públicas e privadas, incluindo uma das maiores empresas de comunicação em massa do país – a Globo Comunicações e Participações S.A. –, que integra o quadro de empresas e organizações representativas das cadeias produtivas do agronegócio associadas à Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) desde

2011.<sup>43 44</sup>

Por outro lado, Cunha (2017) destacou, por meio de levantamento minucioso, a superioridade dos grupos internacionais entre as exportadoras em todos os municípios em que estão presentes. Eles detêm o controle da cadeia produtiva na região, assim como no mercado global, e exportam, cada um, valores superiores a U\$\$ 50 milhões e/ou entre U\$\$ 10 milhões e U\$\$ 50 milhões. São elas: Cargill Agrícola S.A., Bunge Alimentos S.A., ADM do Brasil Ltda., Agrícola Xingu S.A., LDCommodities, Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A., Multigrain S.A., Eisa – Empresa Interagropecuária S.A. e Omnicotton Agri Comercial Ltda., entre outras. Logo em seguida ficam os grupos nacionais, alguns deles com valores de exportações entre U\$\$ 10 milhões e U\$\$ 50 milhões. Entre os principais, encontram-se: SLC Agrícola, Grupo Horita, Grupo Mizote, Ademar Marcal, Franciosi, Unibahia e Maeda S.A. Agroindustrial. Esse fato denota, segundo o autor, a presença do pacto/interesse de classe entre grupos nacionais e internacionais na produção das *commodities* e na circulação da produção, em prol do atendimento ao mercado global. São eles que ocupam e usufruem “da imensa maioria desse território, usufruído por poucos e cobiçado por muitos” (CUNHA, 2017, p. 176).

A relação discriminatória e nada pacífica desses produtores modernos com a sociedade regional (SANTOS, 2007, p. 199), construída inclusive pela afirmação de sua identidade ao outro com “desestruturação de laços culturais tradicionais até a reafirmação ou mesmo a (re)definição de uma identidade cultural e territorial”, como já foi discutido por Haesbaert (1997 *apud* SANTOS, 2007, p. 199), torna-se

---

<sup>43</sup> Nascida em 1993, ABAG é hegemônica por haver assumido o controle dos principais canais de representação política setorial, hoje capaz de interferir nas políticas econômicas assumidas pela sociedade política, além de definir e difundir um projeto consensual para a “agricultura brasileira”, sempre aberto a capitais estrangeiros, e ter como “missão” “absorver” e “neutralizar” os conflitos intraclasse dominante. Tem também como principal característica o predomínio de empresas alimentadoras do agronegócio, ligadas ao setor químico de produção de sementes, agrotóxicos e insumos agrícolas (30% dos agremiados), tal como a Monsanto, Agrocere Nutrição Animal Ltda., AGCO do Brasil, Bayer Cropscience Ltda., Bunge Alimentos S.A., Caramuru Alimentos S.A., DuPont do Brasil S.A., FMC Química do Brasil, John Deere do Brasil Ltda., Sadia, Seara etc. Abrange, ainda, sócios agentes do capital financeiro – bancos do setor público e privado, como Banco do Brasil S.A. –, bancos cooperativos, além de empresas como a EMBRAPA (MENDONÇA, 2010).

<sup>44</sup> No site da ABAG foi divulgado que, durante o 16º Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA), realizado em agosto de 2017, a Rede Globo foi homenageada pela iniciativa da campanha “Agro: A indústria-riqueza no Brasil”. Cabe esclarecer que o CBA é realizado anualmente desde 2002, com a estratégia de atrair formadores de opinião, segmentos decisórios do país e executivos do agronegócio brasileiro. O tema do congresso de 2017 foi “Reformar para competir”, por haver tratado de reforma tributária, modernização trabalhista e nova geopolítica.

mais evidente e atual a partir da análise dos sujeitos envolvidos nos conflitos fundiários agrários e socioambientais com as comunidades tradicionais de fundos e fechos de pasto do Oeste da Bahia.

Os dados da Comissão Pastoral da Terra (2017, p. 36-40) referentes aos conflitos em 2016 dimensionam como a Bacia do São Francisco se destaca no cenário conflituoso do estado da Bahia, pois, em relação aos conflitos por terra, do total de 102 casos,<sup>45</sup> 39 estão na bacia, ou seja, mais de 38% do total. Esses casos envolveram 13.343 famílias; dessas, 8.155 estão situadas na bacia, o que equivale a mais de 61% das famílias em conflito por terra no estado. Em relação aos casos de conflitos por águas, do total de 24 casos, 19 estão na Bacia do São Francisco e envolvem mais de 3.701 famílias, o que representa 79% do total. Isso sem contar os dados referentes ao trabalho escravo e à super exploração do trabalho em Riachão das Neves nesse mesmo ano, com 36% dos trabalhadores tendo sido libertos na Bahia. Estão implicados nesses conflitos, principalmente, comunidades de fundo e fecho de pasto, quilombos, assentamentos, ameaçados por barragens, posseiros, pequenos proprietários, famílias sem-terra e atingidos pelas obras de construção da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) (CPT, 2017).

Entre os anos de 2013 e 2018, a CPT-Regional Bahia, em parceria com sindicatos, movimentos sociais, organizações de assessoria e defesa dos direitos humanos, como AATR e 10Envolvimento, tem apresentado relatórios de denúncias com síntese dos conflitos que foram entregues a órgãos do governo estadual e federal, tais como a Ouvidoria Agrária Nacional, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, e a Coordenação de Desenvolvimento Agrário do Estado da Bahia, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural e à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. De acordo com a CPT (2017), a cada ano os conflitos se acirram, na medida em que aguardam ação do Estado, seja na realização de ações demarcatórias e titulação de territórios, seja nas investigações e judicialização dos casos de apropriação privada ilegal de terras – grilagens –, bem como nos casos de violências (entre ameaças, atentados e violência física) praticadas por integrantes de empresas privadas de segurança e até milícias que envolvem agentes de segurança pública, agenciados por grupos representantes do

---

<sup>45</sup> No ano de 2013 eram 37 conflitos por terra, o que significa que em cinco anos o número de casos quase triplicou.

agronegócio.

Os conflitos agrários mais recentes envolvem as comunidades tradicionais de fundos de pasto localizadas nos municípios que mais se destacam pelo “moderno” modelo de produção agropecuária e que são priorizados pelo projeto de expansão da fronteira agrícola MATOPIBA.

De acordo com os relatórios de conflitos publicizados, um caso bastante complexo, em que AATR, CPT e Agência 10Envolvimento têm atuado conjuntamente como entidades de assessoria desde 2016, é o de 59 famílias que formam as comunidades tradicionais geraizeiras de Formosa do Rio Preto – Cachoeira, Marinheiro, Cacimbinha, Gatos, e Aldeia/Mutamba – em face do conflito com o empreendimento Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo (AATR, 2018).

A respeito desse conflito, Souza Sobrinho (2012) já havia destacado que, segundo relatos do presidente do sindicato de trabalhadores rurais local, na época, o Poder Judiciário local vinha se esquivando de cumprir o seu dever e deixava os litígios se prolongarem para provocar o arrefecimento da demanda dos camponeses, o que levava a crer que os aparelhos estatais “prestavam esse serviço” para os grupos mais poderosos da região. O conflito, no entanto, é muito anterior, vem desde 1975, sempre marcado pelo uso da pistolagem, pela recorrência à grilagem de terras, por prejuízos ao meio ambiente e pela exploração de trabalho análogo à escravidão, desde que a Delfin Rio S.A. Crédito Imobiliário e Delfin S.A Crédito Imobiliário se instalou na região. A fazenda foi reconhecida em 1999 no Livro Branco da Grilagem,<sup>46</sup> do INCRA, como o maior imóvel rural grilado por um único proprietário no estado da Bahia, que invadiu e explorou uma área superior a 300 mil hectares, desmembrados em mais de 300 matrículas imobiliárias (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2019).

Ao longo de quatro décadas, o Condomínio Estrondo tem violado direitos das comunidades geraizeiras, com amplo conhecimento do estado da Bahia, tendo em vista que, em 2009, o empreendimento foi inscrito na Lista Suja do Trabalho Escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), após operação de resgate

---

<sup>46</sup> Publicação de 1999 do Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar que sintetiza o trabalho do Incra para reverter, ao patrimônio público, terras detidas irregularmente por particulares (INCRA, 1999).

de 39 trabalhadores em situação análoga à escravidão em duas de suas unidades produtivas – Fazenda Indiana e Fazenda Austrália (REIMBERG, 2009).

Já em 2010, uma fiscalização do Ministério Público Estadual (MPE) apurou o acúmulo de autuações e multas ambientais sobre o Condomínio junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (INEMA), bem como o isolamento das comunidades pelo uso de cercas, guaritas e trincheiras, fazendo-as viver sob ameaças de pistoleiros. Em 2010, finalmente, ante evidências de grilagem, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) bloqueou as matrículas de imóveis do empreendimento (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2019). Desde o início do conflito até hoje, as comunidades são submetidas a uma série de violências e todo tipo de pressão para deixarem suas terras, inclusive com ameaças e atentados à vida de pessoas da comunidade com uso de arma de fogo, sequestro relâmpago, cerceamento de liberdade, destruição de currais e materiais e restrições de locomoção em vias públicas (REIMBERG, 2009).

Nas comunidades geraizeiras de Formosa do Rio Preto, nos últimos três anos, o empreendimento passou a agir de forma mais violenta ao fazer uso dos serviços da empresa de segurança privada Estrela Guia, que usa de ameaças e violações de direitos também contra outras comunidades no Oeste em conflito com o agronegócio, como Porteira de Santa Cruz e Capão Modesto, ao passo que as Polícias Civil e Militar em Formosa do Rio Preto não só não têm dado resposta às denúncias, como têm contribuído na criminalização das comunidades (ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS DA BAHIA (AATR); COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) CENTRO OESTE DA BAHIA – NÚCLEO DE BOM JESUS DA LAPA, 2018). Por essa razão, em abril de 2017, as comunidades, em conjunto com as organizações de assessoria, conseguiram reunir forças e ingressar com uma ação de manutenção de posse coletiva de 43 mil hectares de área em favor dos trabalhadores na Vara Regional de Conflito Agrário e Meio Ambiente de Barreiras, obtendo medida liminar em maio do mesmo ano para a retirada de cercas e guaritas e o fim da circulação nas comunidades de capangas armados a serviço da Estrela Guia e do Condomínio Estrondo. Contudo, o mandado judicial nunca foi efetivamente cumprido pelas empresas que administram o condomínio.

Como afirmado anteriormente, entre os conflitos fundiários mais recentes, cabe mencionar o que envolve as comunidades tradicionais de Porteira de Santa Cruz, Luiz Martim, Torradas, Bom Sucesso, Cachoeira e Rodeador, que estão localizadas em Serra Dourada, no Oeste da Bahia. Elas, juntamente com outras comunidades de Baianópolis, Santana e Tabocas do Brejo Velho, da mesma região, utilizam a área de fecho de pasto conhecida como Larga, localizada na Serra dos Bois, há mais de dois séculos. Esse grupo com cerca de 300 famílias (HERMES, 2017) planta mandioca de forma coletiva e através do uso comum das terras, para criação de animais à solta. Embora haja indícios de que essa área de terra tradicionalmente ocupada consista em terra pública devoluta do estado, há décadas é alvo da investida de grileiros de outros estados, que se apresentam como fazendeiros e seus proprietários.

Desde 2015, concomitantemente ao curso de uma ação judicial possessória que tramita na Comarca Estadual de Baianópolis em face de outro fazendeiro gaúcho, cujo objeto é a posse de 4.046 hectares no município, a área foi adquirida por uma advogada mineira e seu esposo, que é desembargador do Tribunal de Justiça do estado de Minas Gerais. A partir de então o conflito se acirrou, uma vez que nenhum dos sujeitos que figuram como partes na demanda judicial exerce, de fato, a posse da área, que em verdade integra o território tradicional das comunidades de pequenos produtores da Larga. No entanto, os demais interessados na área têm recorrido às empresas de segurança privada e a pistoleiros para constranger seus reais ocupantes a não fazer uso daquelas terras.

Na zona rural entre Correntina e Jaborandi estão, por exemplo, as comunidades do Fecho de Pasto de Brejo Verde e Tarto. Elas disputam a posse de suas terras coletivas com empresários estrangeiros que adquiriram a área em tempo recente. São eles: Francisco Rafael Antonio Hefesse e Rene Alberto Cardena Kappes, que se declaram legítimos proprietários das terras citadas e pretendem desmatar áreas remanescentes de cerrado para plantio de eucalipto na Fazenda Monte Azul<sup>47</sup> e desenvolver as agroindústrias Hefesse Agro-Florestal<sup>48</sup> Ltda e Agro Florestal Bahia Ltda. Entre as partes envolvidas tramitam duas ações

---

<sup>47</sup> Inicialmente, foi adquirida de posseiros pelo fazendeiro mineiro Paulo Werner Tavares Arold.

<sup>48</sup> Fazem parte do seu quadro de sócios: Francisco Rafael Antônio Heffesse (argentino), Rene Alberto Cardenas Kappes (chileno), Hector Jorge Guisande Agoglia (uruguaio), Pablo Jose Rana Bortolon (uruguaio), José Andrés Heffesse (argentino) (CPT, 2015).

judiciais possessórias, na Comarca de Coribe, assim como tramita ainda um processo administrativo no INEMA, cujo objeto é o pedido de autorização para supressão de 2 mil hectares de vegetação nativa por parte das empresas, na área utilizada pela comunidade (CPT, 2015).

Já entre Correntina e Santa Maria da Vitória, as comunidades de Fechos de Pasto de Ponte Velha, Salobro, Remanso, Pedra Branca, Pedrinhas, Venço, Bois, Jacaré, Cobra Verde, Tabocas, Brejo dos Aflitos, Garrotes, Sucuruí, São Francisco, Mocambo, Braúna Ferrada, Vau, Mangas, Capão de Leandro, Anil, Furado, juntamente com a Associação de Defesa do Meio Ambiente do Fecho de Santo Antônio ao Rio do Meio, protagonizam um conflito fundiário com o empreendimento Barra Velha Agropecuária Ltda., do Grupo Mizote, cujo representante é o fazendeiro Paulo Massayoshi Mizote, sócio da AIBA e da ABAPA e conselheiro da Fundação Bahia. Há anos, essas comunidades vêm sendo gradativamente expulsas da área que abrange seus territórios tradicionais e muitas vezes foram impedidas de usufruir de suas terras, em decorrência da ação de pistoleiros. O empreendimento passou a reivindicar a posse da área após essa ação e apresentou, ainda, documentos cartoriais que indicavam a existência do latifúndio Fazenda Barra Velha, que compreende terras que vão desde as margens da BR-020 até as proximidades do Assentamento do INCRA denominado Porto Bonito (AATR; CPT, 2018).

Em 2009, o Grupo Mizote anunciou que realizaria um empreendimento na área, sem, contudo, obter êxito, devido à rejeição e mobilização coletiva por parte da população. Em 2013, o INEMA foi requisitado para avaliar o pedido de licenciamento ambiental para desmatamento de 25 mil hectares de cerrado às margens do Rio Santo Antônio, subafluente do Rio São Francisco. Diante do acirramento dos conflitos, da indignação das comunidades frente ao empreendimento em terras tradicionalmente ocupadas por elas, foi acionado o Ministério Público Regional Ambiental de Bom Jesus da Lapa, para que apurasse o caso. As comunidades se organizaram e inviabilizaram três audiências públicas propostas para a discussão do tema, tendo argumentado em defesa da existência de vícios na publicidade e participação social, pelo que foram inviabilizadas por ordem judicial. Em seguida, a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) foi requisitada para instaurar ação discriminatória de identificação das terras públicas

do Estado da Bahia e sua ulterior destinação para o uso coletivo dessas comunidades (AATR; CPT, 2018).

O Grupo Sudotex é um empreendimento que também está envolvido em denúncia da população de Correntina referente à desigualdade social e ao comprometimento do abastecimento de água do município. A empresa, de capital nacional, exerce atividade no setor têxtil da Bahia desde o final dos anos 1990 e detém toda a cadeia produtiva do algodão, desde o plantio até a confecção de tecidos. A sua unidade fabril está situada em Urandi e a fazenda em Correntina. Até 2016, a fazenda foi autorizada a cavar 15 poços de alta vazão para retirar água diretamente do aquífero Urucuia – que abastece os rios da cidade e alimenta a Bacia do São Francisco, como mencionado anteriormente –, para então preencher dez reservatórios com capacidade de 190 milhões de litros cada para irrigação agrícola (PRAGER; MILHORANCE, 2018).

Em novembro de 2017, em Correntina, houve uma ação organizada por um grupo formado por cerca de mil pessoas na Fazenda Rio Claro, do Grupo Lavoura e Pecuária Igarashi Ltda., de propriedade de Nelson Yoshio Igarashi, no distrito de Rosário. Segundo reportagens divulgadas em jornais e redes sociais, 32 pivôs de captação de água, caminhões, uma dezena de tratores e máquinas colheitadeiras foram quebrados, o galpão da fazenda foi incendiado e postes de transmissão de energia foram derrubados, tendo sido os autores dessas ações populares de Correntina.<sup>49</sup> Segundo os relatos, participaram da ação entre quinhentas e mil pessoas. O INEMA concedeu à Fazenda Igarashi, por meio da Portaria nº 9.159, de 27 de janeiro de 2015, o direito de retirar do rio Arrojado uma vazão de 182.203 m<sup>3</sup>/dia, durante 14 horas/dia, para a irrigação de 2.539,21 hectares (CPT NACIONAL, 2017). De acordo com a CPT, que considerou o cálculo da companhia de abastecimento local, essa quantidade de água poderia garantir o abastecimento por mais de um mês a toda a população de Correntina (THE INTERCEPT BRASIL, 2018).

A ocupação da fazenda Igarashi em Correntina – conhecida como uma das maiores produtoras de alimentos do país –, em 2 de novembro de 2017, por camponeses organizados, provocou posicionamentos de repúdio do chefe do poder

---

<sup>49</sup> Notícia exibida no Jornal BA TV em novembro de 2017.

executivo estadual, governador Rui Costa, do Partido dos Trabalhadores (PT), e do deputado estadual Eduardo Salles, do Partido Progressista (PP), da base aliada do governo. Os que se posicionaram a favor da ação e a consideraram um ato de “protesto político” baseavam-se na notícia de que o sistema de irrigação da fazenda seria o responsável pela diminuição do nível dos rios locais e pelo comprometimento do abastecimento de água da população do município. Já o parlamentar citado, que também é ex-secretário de Agricultura do Estado e atualmente é presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa, condenou a ação e se opôs à tese de que o agronegócio na Bahia seria o responsável pelo flagelo da seca, tendo atribuído esse problema à longa estiagem que já vinha afetando várias regiões do estado e, por fim, defendeu a legitimidade do trabalho da fazenda, ante a existência de outorgas e licenças concedidas pelo governo do estado (MONTEIRO, 2017)

Acerca dos conflitos apresentados, ressalta-se que as organizações de assessoria dos trabalhadores rurais e comunidades tradicionais mencionadas encaminharam o relatório-denúncia dos fatos acima mencionados e pediram providências às autoridades dos seguintes órgãos estaduais: Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA), Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS), Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), Grupo Especial de Mediação e Acompanhamento de Conflitos Agrários e Urbanos – GEMACAU (Polícia Civil), Casa Militar do Governo da Bahia, Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública da Assembleia Legislativa da Bahia e Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI) (AATR; CPT, 2018).

O modelo de produção do campo e sua forma de sociabilidade nos marcos impostos pelo capital são denominados, pelas classes dominantes, como “modernizante”. É a própria disputa desse modelo de desenvolvimento como único, escamoteando, entretanto, sérias contradições, entre elas, a própria negação da existência de centenas de povos e comunidades que vivem no campo e tradicionalmente convivem com biomas diversos, a exemplo das florestas brasileiras, assim como os cerrados e a caatinga, como é o caso das comunidades tradicionais de fundos e fechos de pasto, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e

geraizeiros.

Outro aspecto contraditório da “modernização” foi demonstrado pela apresentação dos dados referentes à precarização das condições de vida e das relações de trabalho, que acarretam o empobrecimento da população do campo e da cidade, o êxodo rural, a periferização da população urbana, o avanço da grilagem e a apropriação privatista da terra, além da territorialização estrangeira.

A perversidade desse modelo capitalista de produção do campo refere-se também à destruição de ecossistemas pelo crescimento vertiginoso, e autorizado pelo Estado, de equipamentos e tecnologias que desmatam, impactam os solos, contaminam as águas e provocam a morte de fontes de água, bem como comprometem o uso comum e o abastecimento da população, utilizando agrotóxicos sem controle institucional, dentre outras.

Incongruente, ainda, nesse modelo, é a reprodução da violência no campo e a reprodução da política do medo, ambas realizadas pelos sujeitos que hegemonicamente ocupam os espaços institucionais, sobretudo por meio do aparato coercitivo do Estado e do sistema de justiça. O Estado, na dinâmica de reprodução do capital, manifesta-se predominantemente através da omissão, conivência ou impunidade diante da perseguição e da criminalização de representações de movimentos sociais, classes populares e trabalhadoras organizadas, como também mediante o silenciamento desses sujeitos e o escamoteamento dos espaços de controle social e de formulação de políticas públicas alternativas.

Na compreensão empreendida sobre as contradições provocadas por esse modelo, enfatiza-se o quanto o conflito entre classes dominantes e camponeses é desigual, em desfavor desses últimos. Nesse sentido, é fundamental analisar também como as resistências e alternativas protagonizadas por trabalhadores rurais e famílias camponesas são parte da luta para continuar existindo, como ocorre através das migrações, dos trabalhos sazonais, das ações diretas de enfrentamento à grilagem e à expansão das fronteiras agrícolas, configurando tentativas de garantir a reprodução da vida e a permanência em suas terras e territórios tradicionais. As narrativas dos sujeitos que representam as comunidades de fundo e fecho de pasto de Correntina serão contextualizadas no próximo capítulo com o objetivo de demonstrar a importância dessas ações.

Tendo em vista a tese de que a opinião pública como hegemonia política “é o ponto de contato entre a sociedade civil e a sociedade política, entre o consenso e a força” (GRAMSCI, 2007, p. 265), o texto alcançará notícias veiculadas na imprensa, nas mídias sociais e em periódicos sobre a incidência política e outras estratégias de ação dos grupos sociais territorializados na região Oeste. Com efeito, observa-se que, seja como estratégia de disputa pela hegemonia no campo, seja como enfrentamento ao avanço predatório do agronegócio, tanto as representações do capital agroindustrial quanto as organizações que assessoram as comunidades tradicionais camponesas da região buscam, cada vez mais, produzir informações, discursos e construir consensos a respeito dos interesses em disputa, de modo que batalhas são formadas, isto é, territorialidades são disputadas também no campo simbólico.

Uma vez colocada essa “batalha” pela afirmação de um modelo de reprodução da vida social na “última fronteira” do campo baiano, que atravessa também o campo simbólico, a produção e a socialização do conhecimento pelas comunidades camponesas se tornam ferramenta essencial. Face à afirmação do interesse socioambiental, econômico e cultural e da defesa dos direitos das populações tradicionais, vulneráveis na relação de disputa com o grande capital, é oportuna a formulação de estratégias que visem também à compreensão e à socialização do conhecimento entre as pessoas dos fechos de pasto de Correntina a respeito de seus antagonistas, de suas práticas e discursos, para que se possa agregar esses elementos à caracterização espacial do território em disputa, por meio da cartografia social.

Portanto, o capítulo 4 trará uma análise mais detida sobre as comunidades tradicionais de fundo e de fecho de pasto, de modo teórico e acerca de Correntina, o contexto de afirmação de sua identidade coletiva, organização social e luta pela garantia de direitos territoriais. Também será apresentada, de forma mais detalhada, as características do território tradicional de fundo e fecho de pasto de Capão do Modesto e os fechos de Porcos, Guará e Pombas.

#### **4. NO CAMINHO DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA HAVIA CORRENTINA: A ÁREA EM DISPUTA**

##### **4.1 A LUTA PELA TERRA DOS FUNDOS E FECHOS DE PASTO *VERSUS* O PROJETO DE “MODERNIZAÇÃO DO CAMPO”**

Diversos estudos realizados anteriormente apresentaram o conceito de comunidades tradicionais de fundo e de fecho de pasto. Oliveira (2015), ao analisar a emergência e o processo de organização política das comunidades de fundo e fecho de pasto de Jacurutu e Salobro, em Santa Maria da Vitória, apresentou uma síntese dos principais estudos sobre o tema (GARCEZ, 1987; DIAMANTINO, 2007; FERRARO, 2008; ALCANTARA e GERMANI, 2009; TORRES, 2013) e destacou que existem múltiplas visões acerca da diferença entre “fecho” e “fundo” de pasto. Contudo, em geral, segundo o autor, são comunidades rurais que habitam as regiões do cerrado e da caatinga baiana e que, tradicionalmente, desenvolvem um modo de vida baseado no uso comum de terras e recursos naturais, principalmente para o pastoreio de animais e para o extrativismo, sendo que cada unidade familiar utiliza pequenas glebas para a moradia e para a agricultura.

Através da identidade de fundo e fecho de pasto, tais comunidades vêm se organizando nas últimas décadas para reivindicar o reconhecimento da especificidade de seus modos de vida e o direito aos territórios que tradicionalmente ocupam (OLIVEIRA, 2015, p. 15).

Ainda de acordo com Oliveira (2015), as comunidades de fecho e fundo de pasto são encontradas em grande quantidade nas regiões Nordeste, Serra Geral e Oeste da Bahia, à margem esquerda do Rio São Francisco. No Nordeste e na Serra Geral são comumente chamadas de fundo de pasto, onde criam, predominantemente, animais de pequeno porte (caprinos e ovinos) nas proximidades das áreas de uso familiar, durante todo o ano. Já na região Oeste, é mais frequente a criação do gado bovino em regime sazonal, em áreas de uso comum distantes daquelas de uso familiar. A autora destaca, no entanto, que essas características não são estanques, porque é comum, também, na região Oeste, a criação de gado solto em regime sazonal e em áreas de uso comum, situadas em frente às de uso familiar.

Outro exemplo interessante é o das comunidades do Vale do Rio Arrojado, em Correntina, onde Souza Sobrinho (2012) identificou a presença de áreas de uso comum para extrativismo e criação de animais soltos tanto nas proximidades das residências, como em locais mais distantes, sendo aquelas nominadas localmente como “solta” e as últimas conhecidas como “fechos” ou “fechos de gerais”.

Por essa razão, Oliveira (2015) reitera a posição de pesquisadores que defendem a heterogeneidade da realidade dos fechos e fundos de pasto, analisando-a a partir da dinâmica histórica particular de cada comunidade, como sugerido também por Diamantino (2007).

Garcez (1987) havia destacado as variações na organização socioespacial dessas comunidades, de acordo com as condições geomorfológicas, climáticas, sociais e culturais das regiões onde estão situadas. Alcantara e Germani (2009, p. 13), por seu turno, definiram os fundos de pasto como um conceito em movimento, construído no decorrer da trajetória histórica de organização política de luta e resistência das comunidades tradicionais que se autodefinem sob essa identidade coletiva “pela manutenção e reconhecimento de seus territórios para a reprodução da vida”.

Historicamente, a territorialização das comunidades de FFP na Bahia remonta ao período colonial, mais especificamente ao século XVI, quando populações ocuparam áreas de “terras soltas”, e alcançou até a década de 1970, quando essas comunidades assumiram a identidade coletiva de fundo de pasto, ganhando visibilidade em função da relação de conflito gerada pela grilagem e expropriação (ALCANTARA; GERMANI, 2009).

No sertão brasileiro, o declínio da economia açucareira, o esfacelamento das sesmarias da Casa da Ponte e da Torre, entre os séculos XVIII e XIX, o afrouxamento das relações de hierarquia entre os sesmeiros e os vaqueiros, além do isolamento geográfico, associado ao desinteresse econômico e descontrole sobre essas terras por parte do Estado, permitiram o estabelecimento e o desenvolvimento de um campesinato advindo de famílias de vaqueiros, agregados e demais populações ali chegadas, que utilizavam os antigos currais em regime de uso comunal e consuetudinário (FERRARO JÚNIOR, 2008, p. 16), reproduzido através da manutenção das relações de parentesco no processo de territorialização.

De uma perspectiva histórica, Alcantara e Germani (2009; 2010) conceituam, então, FFP como comunidades tradicionais que ocupam geralmente áreas de terras devolutas, apropriadas para uso comum, em convivência com o semiárido e com o Oeste baiano, onde incidem os biomas da caatinga e do cerrado, para o criatório de animais – em geral bodes, ovelhas ou gado misto – articulando essa apropriação com o uso individual de lotes de terra destinados ao cultivo de lavouras de subsistência, além da prática do extrativismo vegetal nas áreas de refrigério e de uso comum. São comunidades tradicionais que se organizam internamente por meio do direito consuetudinário ou costumeiro, ligadas por laços de sangue (parentesco) ou de aliança (compadrio).

Em entrevista realizada com um assessor da Comissão Pastoral da Terra, que trabalha no apoio às comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto, no Oeste da Bahia, verifica-se mais uma vez o caráter dinâmico da identidade coletiva dos FFP:

Eu tenho uma avaliação de que esse conceito de fundo e fecho de pasto, como ele tá cristalizado, ele tende a ser um pouco dogmático, no sentido de absorver o que realmente é a realidade das comunidades. A gente já vai pra campo com uma predisposição: “Isso é fundo ou fecho de pasto? Se for fundo não pode ser fecho”. “É fundo por quê?” “Ah, porque tá contíguo à comunidade”. “É fecho por quê?” “Ah, porque o povo vem soltar o gado”. “Tem cerca? Cria bode? Cria ovino?” “Não”. “Cria boi?” E aí o que eu acho que é o elemento central disso tudo, se a gente for jogar os elementos marxianos aí, tem um elemento central que é a terra comunal. Esse território é comum desse povo. Coisa que o capitalismo superou lá na Europa quando fez aquela mudança, que cercou as áreas comunais do campesinato. Tem que colocar uma caracterização mínima, mas não fechada.<sup>50</sup>

Ferraro Júnior (2008), por sua vez, destaca que o processo de organização popular dos FFP teve início no final da década de 1970, quando, em virtude da crescente apropriação privada da terra, mediante o cercamento e a grilagem, que contaram inclusive com amplo financiamento do governo do estado da Bahia, as comunidades pastoris sertanejas afetadas pela desterritorialização passaram a adotar a mesma denominação e, conseqüentemente, a mesma identidade territorial e de organização política: fundo de pasto.

Um passo decisivo para a emergência da identidade fundo de pasto ou fecho de pasto e para a institucionalização dessas comunidades se deve à intensificação

---

<sup>50</sup> Informante 1, assessor da CPT, em 24 de julho de 2018. Entrevistadora Lorena Aguiar.

dos conflitos na região norte do estado, que gerou o crescimento da mobilização popular, chamando a atenção dos técnicos do antigo Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) e da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) (FERRARO JUNIOR, 2008). Essa articulação culminou, no entanto, contraditoriamente, na aprovação de um projeto de regularização fundiária denominado “Projeto Fundo de Pasto”, financiado pelo Banco Mundial, que visava não só a identificação das áreas de pastoreio, o estudo de sua viabilidade econômica e jurídica e o controle das tensões sociais, como também o experimento de “estratégias para a modernização rural no terceiro mundo” (FERRARO JUNIOR, 2008, p. 59).

A organização em torno de uma identidade coletiva passou primeiro pelo envolvimento dos sindicatos no acompanhamento dos conflitos das comunidades de fundo de pasto na década de 1980. Em seguida, a partir de 1990, cresceu o envolvimento dos sindicatos, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de outras organizações de apoio, com destaque para o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), a Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN) e as associações comunitárias, tendo surgido, em 1994, a Central de Fundo e Fecho de Pasto de Senhor do Bonfim (CAFFPB) e a Central de Fundos de Pasto de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas (FERRARO JÚNIOR, 2008). Foi a partir do surgimento dessas centrais que os FFP passaram a dialogar com um número maior de instituições governamentais e não governamentais e a atuar com uma expressão própria de movimento social, chegando à criação, em 2000, da Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto, uma forma de “aprofundamento da estratégia e de significado de uma representação associada das comunidades” (FERRARO JÚNIOR, 2008, p. 105).

Para Diamantino (2007), Ferraro Júnior (2008) e Torres (2013), a Lei n. 601 de 1850, conhecida como Lei Imperial de Terras, representou a “crônica de uma tragédia anunciada”, pois, ao passo que seguia a disposição da Constituição Imperial de 1824 e determinava a obrigatoriedade de registro de propriedade das posses, arrendamentos de terras e sesmarias, bem como o retorno para o Império das terras não registradas e consideradas sem uso público, favorecia sobretudo as famílias mais abastadas, que conseguiram vender informalmente parcelas das sesmarias e dar continuidade ao movimento de concentração fundiária. Diamantino

(2007, p. 37) observou que esse processo ocorreu sem observância dos critérios legais de medição e demarcação das glebas e sem uma política fundiária capaz de atingir a imprecisão de limites dessas fazendas e sítios dos sertões baianos. Já Ferraro Júnior (2008, p. 55) destacou que essa primeira intervenção estatal inaugurou também um processo gradual de tensões entre grandes fazendeiros e comunidades pastoris.

Posteriormente, a implementação da Lei dos Quatro Fios ou Lei do Pé Alto,<sup>51</sup> em alguns municípios baianos, impulsionou o cercamento do campo, que favoreceu muito mais os grandes pecuaristas do que as comunidades, as quais se viram prejudicadas em seu modo de criação de animais “na solta”. Não obstante, esse acontecimento provocou o início do processo de organização comunitária em torno da defesa da posse coletiva e comunitária das “áreas de solta”, da “larga” ou “fundos de pasto” (DIAMANTINO, 2007).

Ferraro Júnior (2008), Torres (2013) e Souza (2015) deixam claro que outro passo decisivo para a resistência e organização das comunidades pastoris e para a afirmação de sua identidade coletiva enquanto fundo e fecho de pasto – bem como para toda mobilização e de articulação entre associações comunitárias, sindicatos e organizações de apoio, que culminou inclusive na formação da Articulação Estadual de Fundos e Fechos de Pasto – deveu-se à promulgação da Constituição Baiana em 1989 e ao seu subsequente questionamento. Se, de um lado, a Constituição, em seu artigo 178, reconhecia a categoria fundo e fecho de pasto e previa a possibilidade de concessão de direito real de uso das terras devolutas ocupadas coletivamente, de outro, no parágrafo único do mesmo artigo, vedava a transferência de domínio.<sup>52</sup>

Art. 178 - Sempre que o Estado considerar conveniente, poderá utilizar-se do direito real de concessão de uso, dispondo sobre a

---

<sup>51</sup> Esta teve origem na década de 1980, com base no Código Civil de 1916. Segundo Diamantino (2007, p. 70), “pelos novos dispositivos disseminados nos municípios onde havia o costume de criação solta e ampla disponibilidade de terras devolutas, a criação de caprinos e ovinos passaria a ser obrigatoriamente cercada, sob pena de multas, pagamento de indenizações e legitimação para o extermínio do bode”, com apenas três ou quatro fios de arame farpado, ao passo que, para os fazendeiros, agricultores e pecuaristas que não tinham essa prática, ficava assegurado “o avanço com cercas e títulos em geral imprecisos ou fraudulentos sobre as terras comunitárias”.

<sup>52</sup> Para o direito brasileiro, as expressões “domínio” e “propriedade” possuem o mesmo sentido, porque remetem à noção de ter a coisa (ou objeto) em razão do poder jurídico de dominá-la, ou seja, o sujeito é proprietário e, portanto, tem “o direito de usar, fruir e dispor de um bem, e de reavê-lo de quem injustamente o possui”, dentro das limitações da lei (GOMES, 2008, p. 109).

destinação da gleba, o prazo de concessão e outras condições. Parágrafo único - No caso de uso e cultivo da terra sob forma comunitária, o Estado, se considerar conveniente, poderá conceder o direito real da concessão de uso, gravado de cláusula de inalienabilidade, à associação legitimamente constituída e integrada por todos os seus reais ocupantes, especialmente nas áreas denominadas de Fundos de Pastos ou Fechos e nas ilhas de propriedade do Estado, vedada a este a transferência do domínio (BAHIA, 2010, p. 75-76).

É importante ter em vista o contexto de aprovação do parágrafo único do art. 178 da Constituição da Bahia e dos demais artigos com interesses divergentes para compreender como essa legislação reflete os antagonismos das relações de classes em torno da definição de uma política agrícola, fundiária e de reforma agrária na Bahia postos naquele momento. Esse contexto e a presença conflitante dessas disposições fazem com que o estado seja, até os dias atuais, condescendente com a prática da “grilagem”, sobretudo com a apropriação privada das terras públicas e devolutas na Bahia.

[...] a Constituição Baiana comporta uma miscelânea de dispositivos sem um eixo de coerência, que seria, justamente, a exposição clara da real política agrícola e fundiária do estado. Existem artigos que tratam, ao mesmo tempo, de áreas públicas passíveis de ocupação, que variam entre 50 (art. 185) a 500 (art. 174 parágrafos 1º e 2º) hectares, que independe de permissão ou autorização do estado; de áreas excedentes a esse tamanho desde que não ultrapassem 2.500 hectares (art. 177 e parágrafos 1º e 2º); da conveniência do estado no reconhecimento da ocupação (art. 178, parágrafo único) (SOUZA, 2015, p. 49).

As intervenções do estado no sentido de viabilizar para o campo baiano um projeto “modernizante” – as quais não consideraram as reivindicações das comunidades de fundos e fechos de pasto por políticas públicas e regularização das áreas de terras de uso comum tradicionalmente ocupadas – fizeram com que elas se organizassem cada vez mais junto com suas associações, sindicatos e organizações de apoio, através de mobilizações, espaços de formação, plenárias regionais, assembleias e seminários estaduais que favorecessem o intercâmbio de experiências, solidariedade, fortalecimento da identidade e visibilidade das comunidades perante a sociedade (TORRES, 2013).

Como observado por Lima (2016), um dos principais fatores que colaboram para o agravamento da questão agrária no estado da Bahia diz respeito ao papel

assumido pelo governo do estado de não implementar os instrumentos de regularização territorial das áreas ocupadas por populações tradicionais e de não proceder à discriminação das terras públicas, mormente as devolutas. Essa ação, como bem já descrita por Oliveira (1986), é que dá ensejo ao apossamento ilegal – grilagem – de grandes extensões de terra e sua retenção como reserva de valor – especulação –, que permite ao latifundiário se apropriar da renda da terra e encarecer o seu preço, agudizando a expropriação do campesinato, sem deixar de mencionar o crescimento dos conflitos fundiários e da violência no campo.

A contemporaneidade da questão agrária dos fundos e fechos de pasto está presente na luta dessas populações nacionais e inserida no contexto nacional, sendo inclusive apontada pelo IBGE (2006), que reuniu os seguintes dados sobre a concentração fundiária no país: as propriedades de até 10 hectares representam quase 50% dos imóveis rurais estendidos numa área de 2,36% do campo, contra 1% dos proprietários, que ocupam 44% da área rural brasileira e representam apenas 46.911 imóveis. Entre as causas dessa estrutura fundiária estão, segundo Torres (2013), não apenas razões históricas, como também políticas públicas implementadas nos últimos 50 anos, com distribuição de terras devolutas não discriminadas para projetos de reflorestamento e agroindustriais, principalmente na região do São Francisco e no Oeste, o que causou invasões de posses e mortes, inclusive com permissividade do Poder Judiciário. Segundo o mesmo autor, até 2010, de um total de 464 comunidades que se autodefiniam como de fundos e fechos de pasto, cerca de 110 haviam recebido a titulação da área coletiva.

No entanto, em 2007, a partir do Processo Administrativo nº 79/2007, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), sobre uma área de fundo de pasto com 1.715 hectares, requerida pela Associação Comunitária e Agropastoril Fazenda Queimada dos Currais (ALCANTARA, 2011), o estado da Bahia passou a não mais conceder títulos às comunidades de FFP da maneira como até então se fazia, ou seja, com a transferência do domínio, tendo assumido a interpretação restritiva e literal da Constituição Baiana de 1989 de permitir a concessão do direito real de uso<sup>53</sup> “quando” e “se” considerar conveniente (SOUZA, 2015). Naquele momento,

---

<sup>53</sup> O direito real de uso, cuja concessão tem por objeto terrenos públicos ou particulares e seus espaços aéreos, é resolúvel, cassado se o uso for desviado de sua finalidade enunciada na lei – urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra ou outra destinação de interesse social –, e temporário, constituído por tempo determinado ou indeterminado (GOMES, 2008).

a Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE), por meio de mecanismos jurídicos, voltou a desconsiderar marcos legais e políticas públicas referentes aos direitos das comunidades tradicionais a seus territórios, a exemplo da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho<sup>54</sup> (OIT) e do Decreto Federal nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, com o argumento de que era necessário haver um instrumento legislativo específico para efetivar a política de regularização fundiária para as comunidades tradicionais da Bahia. Ora, a afronta aos direitos territoriais e aos modos de vida dessas comunidades é verificada por Oliveira (2015) ao advertir que a Constituição Federal de 1988, sobretudo a previsão consignada nos artigos 215 e 216, muito antes, havia reconhecido no Brasil a existência de uma diversidade de grupos, identidades e formas de organização sociocultural, o que inclusive fundamentou o arcabouço normativo infraconstitucional que regulamenta os direitos dos povos e comunidades tradicionais.

Alcântara (2011) chama a atenção para o fato de esse acontecimento estar inserido no mesmo contexto em que o Governo Federal passou a financiar ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em consonância com a ação do capital, havendo, por essa razão, o acirramento das disputas entre mineradoras, empresas de energia eólica, agroindústrias e as comunidades tradicionais, que por seu turno passaram a representar um obstáculo para a expansão do capitalismo, uma vez que seus territórios estão localizados em áreas disputadas, por guardar bens minerais ou por ser espaço ainda pouco degradado.

Esse fato fez com que as comunidades, orientadas pela Articulação Estadual de Fundos e Fechos da Bahia, concentrassem sua atuação em torno da mobilização coletiva para propor a alteração do artigo 178 da Constituição da Bahia, por meio de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de Iniciativa Popular (SOUZA; OLIVEIRA, 2015, p. 112) que estivesse de acordo com os demais marcos regulatórios dos seus direitos territoriais.

---

<sup>54</sup> Tratado internacional assinado em Genebra em 1989 e ratificado pelo Brasil em 2002 que versa sobre direitos humanos e liberdades fundamentais, tanto de povos indígenas descendentes daqueles que viviam no país na época da colonização, e que conservam suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, como também dos povos tribais com condições sociais, culturais e econômicas distintas de outros segmentos da população nacional (OIT, 2011).

Nesse ínterim, outras forças se mobilizaram também em torno da efetivação de um instrumento legislativo sobre o tema, até que, em 11 de outubro de 2013, o estado da Bahia sancionou a Lei nº. 12.910, que “dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades Remanescentes de Quilombos e por Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos e dá outras providências” (BAHIA, 2013).

A lei é uma adaptação da proposta que estava sendo construída pela Articulação Estadual, por iniciativa do próprio Poder Executivo, e seus termos foram propostos, em sua maioria, pelo grupo de trabalho constituído por Casa Civil, Coordenação de Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e Procuradoria Geral do Estado, tendo como relator do projeto o deputado estadual Carlos Brasileiro (Partido dos Trabalhadores).

Essa legislação instituiu a política de certificação de reconhecimento dos fundos de pasto e fechos de pasto, mediante a instauração de processo administrativo e cadastro dessas comunidades no âmbito da Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI), ficando a execução dos procedimentos referentes a essa política a cargo da Coordenação de Políticas para as Comunidades Tradicionais (CPCT), de acordo com o Decreto Estadual Nº 17.471, publicado em 08 de março de 2017 (BAHIA, 2017).

Ocorre que a referida legislação estabelece um tratamento discriminatório entre as comunidades quilombolas e as comunidades tradicionais de fundos e fechos de pasto no que se refere à regularização dos respectivos territórios. Para as comunidades quilombolas que ocupam terras públicas devolutas estaduais, a lei reconhece o direito à propriedade ou o “título de domínio coletivo e pró-indiviso”, (artigo 1º, § 2º da Lei n. 12.910/2013), enquanto para as comunidades de fundo e fecho de pasto autoriza a concessão de direito real de uso das terras públicas devolutas estaduais por elas ocupadas, segundo critérios de autodefinição e características observadas no art. 2º do referido instrumento legal.

Ora, para as comunidades quilombolas é assegurado o direito de propriedade como meio que favorece a sua autonomia e a segurança para a reprodução física, social e cultural. Todavia, com a mesma lei, o Estado gera insegurança para as comunidades tradicionais de FFP ao conceder o direito de uso das terras tradicionalmente ocupadas somente mediante assinatura de um contrato

administrativo (artigo 3º.), cuja vigência se dá por tempo determinado e submetida ao “interesse público”, que se trata, na verdade, de circunstâncias incertas, alheias à vontade dessas comunidades, podendo inclusive ser contrárias à garantia dos seus direitos territoriais. Além do tratamento discriminatório injustificado, a lei estadual também estabelece o prazo de 31 de dezembro de 2018 para que as associações de fundo e fecho de pasto protocolizassem os pedidos de certificação de reconhecimento e de regularização fundiária nos órgãos competentes.

Essa condição contraria a Convenção 169 da OIT, que institui, desde 2003, “autoidentidade” indígena ou tribal como critério subjetivo para a definição dos povos sujeitos de direito, de modo que nenhum Estado ou grupo social tem o direito de negar a identidade a um povo indígena ou tribal que se reconheça como tal.

Também de acordo com as disposições da convenção sobre o direito de “consulta” e “participação”, cabe aos povos interessados definir suas próprias prioridades de desenvolvimento, na medida em que afetem suas vidas, crenças, instituições, valores espirituais e a própria terra que ocupam ou utilizam (OIT, 2011). Do mesmo modo, é reconhecido o direito de posse e propriedade desses povos devido a sua relação com a terra e o território que ocupam ou usufruem, principalmente aos aspectos coletivos dessa relação, razão pela qual a Convenção “preceitua medidas a serem tomadas para salvaguardar esses direitos, inclusive sobre terras que, como observado em determinados casos, não sejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais tenham, tradicionalmente, tido acesso para suas atividades e subsistência” (OIT, 2011, p. 9).

Em virtude da imposição de um prazo para autodefinição e certificação das comunidades de FFP por força da lei estadual, que é contrária à Convenção 169, a Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto, em conjunto com as comunidades e entidades de apoio, estão desde 2015 realizando ações de busca ativa para conhecer e incentivar as comunidades tradicionais a se autorreconhecerem e se autodeclararem junto à Sepromi, com o propósito de incidir efetivamente pela garantia do acesso à terra e ao território das comunidades (COMUNICAÇÃO IRPAA, 2015).

Enquanto isso, outra frente da Articulação de Fundos e Fechos de Pasto propôs a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 5783, que está tramitando desde 2017 no Supremo Tribunal Federal (STF), sob a relatoria da ministra Rosa

Weber, que não considerou o prazo inconstitucional. No entanto, a ADI segue no aguardo da votação no plenário do Supremo Tribunal Federal (COMUNICAÇÃO CPT, COMUNICAÇÃO IRPAA, 2018).

Como se depreende, o art. 14 da Convenção 169 da OIT, bem como outros instrumentos legais já citados, garante a posse e a propriedade dos territórios às comunidades tradicionais como um todo, não havendo justificativa para que a Lei 12.910/2013 estabeleça posse por tempo determinado para as comunidades de fundo e fecho de pasto e domínio para as comunidades quilombolas, conforme disposto:

1. Os direitos de propriedade e posse de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos interessados deverão ser reconhecidos. Além disso, quando justificado, medidas deverão ser tomadas para salvaguardar o direito dos povos interessados de usar terras não exclusivamente ocupadas por eles às quais tenham tido acesso tradicionalmente para desenvolver atividades tradicionais e de subsistência. Nesse contexto, a situação de povos nômades e agricultores itinerantes deverá ser objeto de uma atenção particular.
2. Os governos tomarão as medidas necessárias para identificar terras tradicionalmente ocupadas pelos povos interessados e garantir a efetiva proteção de seus direitos de propriedade e posse.
3. Procedimentos adequados deverão ser estabelecidos no âmbito do sistema jurídico nacional para solucionar controvérsias decorrentes de reivindicações por terras apresentadas pelos povos interessados (OIT, 2011).

Além dos instrumentos legais mencionados que orientam a efetivação da política de certificação das comunidades e regularização fundiária, outros foram recentemente aprovados e correspondem à Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, instituída através do Decreto nº 15.634, de 6 de novembro de 2014 (BAHIA, 2014). A função de coordenar a elaboração e implementação da Política Estadual de Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais da Bahia, por sua vez, é da Comissão Estadual de Sustentabilidade de Povos e Comunidades Tradicionais (CESPECT). A Comissão é vinculada à SEPROMI e é composta por representantes do Poder Executivo e da sociedade civil, referentes aos seguimentos indígenas, quilombolas, povos de terreiro, fundos de pasto, fechos de pasto, pescadores e pescadoras, povos ciganos, extrativistas, geraizeiros e marisqueiras. Os representantes são eleitos para exercer um mandato de três anos, durante o Seminário Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais no Estado da Bahia, conforme estabelece o Decreto

Estadual nº 13.247, de 30 de agosto de 2011 (BAHIA, 2011).

Mais recentemente, o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa, disposto pela Lei estadual nº 13.182, de 06 de junho de 2014, passou a tratar, entre outras disposições, da possibilidade de as comunidades tradicionais serem previamente consultadas sempre que forem previstas medidas administrativas suscetíveis de afetá-las diretamente no acesso à terra, conforme previsto no art. 45 da referida lei (BAHIA, 2014).

No entanto, esse artigo da legislação estadual ainda se apresenta em desacordo com os termos da Convenção 169 da OIT, uma vez que, ao contrário do tratado internacional, a sua previsão de aplicação do instrumento da consulta pública não denota um dever, mas uma mera possibilidade, o que representa atualmente mais uma disposição de entraves jurídicos e políticos dos poderes públicos na Bahia para a efetiva regularização fundiária, o fortalecimento institucional e o desenvolvimento sustentável dessas comunidades.

Como consequência, a expropriação de terras, a grilagem, a pistolagem e o favorecimento das oligarquias agrárias continuam sendo traços marcantes da definição da política agrária e agrícola e da territorialização do capital no campo, sobretudo nas áreas de terras públicas e devolutas não demarcadas pelo estado da Bahia.

A Lei 12.310/2013 e as demais legislações que a orientam representam, por um lado, marcos para a regularização das terras públicas devolutas para as comunidades de fundo e fechos de pasto e quilombolas da Bahia. Como já apresentado, o acirramento dos conflitos agrários que remontam à década de 1970 trouxe a necessidade de efetivação de uma legislação coerente com os anseios populares acerca do tratamento dessa questão. Questiona-se, por outro lado, qual a necessidade e os limites da luta no âmbito da legalidade, dado o caráter de classe dessa disputa. A esse respeito, convém apontar alguns aspectos dos significados dessa luta, considerados por Gomes (2012) e Souza (2015) em suas pesquisas sobre conflitos envolvendo comunidades de fundo de pasto na Bahia.

Gomes (2012) analisou as práticas de instituições do Estado na intervenção nos impactos ambientais gerados por uma empresa de extração mineral em área de uso comum da comunidade rural de Curral Velho, em Juazeiro, que envolviam tanto a produção de discursos quanto ações diversas de intervenção na situação-

problema colocada. No primeiro momento dessa análise, Gomes destacou, a partir de Thompson (1997), que o uso da retórica técnico-científica se respalda em fatores diversos que incluem a legalidade e que a produção dessa deve ser compreendida "não apenas como um componente da superestrutura a serviço exclusivamente de uma determinada classe social detentora dos meios de produção" (GOMES, 2012, p. 74), mas como mais um recurso em disputa, assim como a própria incidência sobre sua interpretação. Essa perspectiva lhe permitiu identificar em que medida os empreendimentos econômicos construíam um discurso de verdade, de consenso sobre a realidade social, com os seus relatórios de adequação ambiental, como também que as instituições do Estado, em sua dinâmica não-homogênea, constituem diferentes mecanismos de controle social em suas modalidades informais institucionalizadas e em outras dimensões da sociabilidade, os quais escamoteiam os problemas estruturais do conflito social em questão.

Como consequência, a compreensão das contradições desse discurso serve como ponto de partida para as comunidades de fundos e fechos de pasto se posicionarem nessa disputa, dentro ou fora da institucionalidade, através da formulação de práticas e discursos que imponham "restrições ao poder dos dominantes" (SOUZA, 2015, p. 23).

A lei [...] não pode ser proveitosamente analisada nos termos metafóricos de uma superestrutura distinta de uma infraestrutura. Embora isso abarque uma grande parcela evidente de verdade, as regras e categorias jurídicas penetram em todos os níveis da sociedade, efetuam definições verticais e horizontais dos direitos e status dos homens e contribuem para a autodefinição ou senso de identidade dos homens. Como tal, a lei não foi apenas imposta de cima sobre os homens: tem sido um meio onde outros conflitos sociais têm se travado (THOMPSON, 1997 *apud* GOMES, 2012, p. 74).

Souza (2015, p. 4) também partiu dessa concepção thompsoniana ao apresentar a relação dos fundos e fechos de pasto com o direito formal para legitimar seus direitos, descrita dentro do que chama de "um processo contraditório e tenso, permeado por relações de poder, conflitos e interesses". Essa relação de disputa implicou a modelação das ações dos FFP nos termos legais, como também a interferência na configuração desses termos.

Por que interessa essa leitura para pensar a luta dos trabalhadores

rurais dos fundos e fechos de pasto? Em outras palavras, qual é o lugar, por excelência, da luta por direitos através da lei para permanência na posse tradicional e coletiva? A perspectiva thompsoniana colabora para resgatarmos o papel dos agentes em disputa no processo, que não se encontram, simplesmente, ao sabor das leis e das decisões institucionais contrárias a seus interesses. Em processos administrativos e judiciais as comunidades disputam sua visão através de advogados (majoritariamente populares) para tentar fazer prevalecer seus argumentos e sua interpretação em torno da lei (SOUZA, 2015, p. 22).

Para tornar ainda mais evidente as contradições e o campo de forças em disputa, não definida no âmbito da legalidade, e para qualificar o esforço dessas comunidades de impor restrições ao poder dos dominantes através da tática/trincheira legal, sobretudo no que toca à defesa do seu modo de vida, Souza (2015, p. 23) chama a atenção para o fato de que a decisão judicial não é um instrumento realmente decisivo – uma vez que sua pesquisa revela que a maioria das comunidades estudadas não se resignaram frente às decisões judiciais que consideraram injustas –, assim como os magistrados envolvidos com os processos dessas comunidades encontram “fronteiras [para seus arbítrios] nos próprios termos da lei”, porque “não [podem] ignorar a argumentação de que os pretensos proprietários das áreas não [dispõem] de um título legal e reconhecido para terem a sua posse legitimada”.

Contudo, a efetivação desses instrumentos de garantia de direito para o avanço na formulação e implementação de políticas públicas para o desenvolvimento das comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto na Bahia continua sendo buscada através da organização política e da articulação dessas comunidades e seus representantes perante a sociedade civil e a sociedade política.

É Souza (2015, p. 148), novamente, quem nos convida a pensar, conforme a formulação de Gramsci, as lutas de classes e disputas pela hegemonia através da “construção [...] de um outro direito, [...] como parte de uma luta contínua, progressiva”. A compreensão do papel das comunidades tradicionais brasileiras na disputa político-ideológica pela afirmação de um modo contra hegemônico de produção do campo passa, antes, pelo entendimento de sua diversidade, das peculiaridades do seu modo de vida, das diferentes formas de ocupação dos territórios, de seus conhecimentos e práticas culturais coletivas, como, por

exemplo, o uso comum de terras e a conservação do bioma onde se localizam, essencial para sua sustentabilidade e reprodução social.

Na sequência, serão apresentadas as comunidades, seu modo de ocupação territorial, organização social, como serão analisadas as diversas relações de poder imbricadas nas dinâmicas interna e externa dessas comunidades e como elas percebem as situações de conflito que se apresentam. São esses aspectos necessários para a reflexão sobre as possibilidades de produção do campo, possibilidades demandadas pelas próprias comunidades de fundo e fecho de pasto do Oeste da Bahia.

#### 4.2 CONSTRUÇÃO DE UM MODO DE VIDA COMUNITÁRIO EM UM ESPAÇO EM DISPUTA PELA TERRA NAS COMUNIDADES DE PORCOS, GUARÁ E POMBAS

Barra de Sucuruiú, Garrotes, Matão, Brejo dos Aflitos, Tabocas, Bois, Jacaré, Salobro, Cabeceira Grande, Sucuruiú e Canta Galo são as onze comunidades rurais que fazem uso do fecho de pasto de Porcos, Guará e Pombas, com população de aproximadamente 300 famílias, localizadas na porção nordeste de Correntina. Todavia, neste trabalho, somente serão apresentadas as informações das comunidades Garrotes, Matão e Brejo dos Aflitos, que foram objeto de levantamento em campo.

Elas remetem-se aos nomes das principais nascentes ou “cabeceiras” dos riachos abrangidos pelo território, porém algumas secaram, como a do Córrego de Matão, que desaguava no Rio Santo Antônio, afluente do Rio do Meio, cujas águas fluem para a sub-bacia do Rio Corrente, que integra a sub-bacia do Rio Corrente, abrangida pela bacia do São Francisco.

Dentre as comunidades citadas, as de Garrotes e Matão estão localizadas mais próximas da zona urbana de Correntina, distando 20km da sede do município, formadas por 120 famílias. Vizinha a elas está a comunidade de Brejo dos Aflitos, distando 14 Km da sede do município, com 55 famílias<sup>55</sup>.

As comunidades dos fechos de Porcos, Guará e Pombas se constituíram a partir da chegada de José Joaquim de Oliveira, o José do Brejo, e sua família, que migrou de Macaúbas, na Bahia, para Correntina, durante a década de 1930, tendo

---

<sup>55</sup> Informação coletada durante o trabalho de campo, realizado entre os meses de outubro e novembro de 2018.

em vista a forte seca ocasionada nesse período e a necessidade de estabelecer em uma região com água em abundância. José foi catequista da comunidade que recebeu o nome de Brejo dos Aflitos<sup>56</sup>.

Essa última comunidade recebeu esse nome porque, durante a travessia de sua família, fugindo da seca e buscando melhores condições de vida, o Sr. José do Brejo foi forçado a entregar o seu filho para ser criado por outra família, porém, acometido pela culpa e por grande aflição, ele prometeu construir uma capela se encontrasse uma fonte de água. Foi então que chegou, com o restante de sua família, até uma área alagada, que recebeu o nome de Córrego dos Aflitos, onde construiu uma capela em saudação à imagem de Jesus, o Senhor dos Aflitos, em 10 de janeiro de 1932 (Foto 1).

Foto 1 - Capela do Senhor dos Aflitos em Brejo dos Aflitos. Correntina, 2018.



Fonte: Lorena Aguiar. Acervo pessoal de Lorena Aguiar

O santo se tornou padroeiro da comunidade, que o celebra todos os anos na

---

<sup>56</sup> Informante 2, morador da comunidade, em 25 de julho de 2018. Entrevistadora Lorena Aguiar.

primeira quinzena do mês de janeiro<sup>57</sup> (Foto 2).

Foto 2. Festa de Celebração do Senhor dos Aflitos. Brejo dos Aflitos, Correntina, 2019.



Fonte: Lorena Aguiar. Acervo pessoal de Lorena Aguiar.

Atualmente, as comunidades realizam suas celebrações religiosas e praticam suas crenças em duas igrejas católicas, a igreja de Santa Rita de Cássia, na comunidade de Garrotes, e a capela do Senhor dos Aflitos, na comunidade de Brejo dos Aflitos, além de uma igreja evangélica, construída por volta de 2011, próxima à estrada de terra que dá acesso às comunidades e à rodovia BR-135.

Todas as residências das comunidades de Garrotes, Matão e Brejo dos Aflitos são servidas de energia elétrica hidrocínética, distribuídas para as casas por linhas de transmissão.

Nessas comunidades, a produção familiar é o principal meio de sobrevivência e se produz mandioca, milho, quiabo, abóbora, feijão catador, cana de açúcar, algodão e fumo, e também nas hortas dos quintais das casas (Foto 3).

---

<sup>57</sup> (Idem)

Foto 3 – Horta de quintal em Brejo dos Aflitos, Correntina, 2018.



Fonte: Lorena Aguiar. Acervo pessoal de Lorena Aguiar.

A produção dos quintais das famílias das comunidades é comercializada nas feiras locais (Foto 4) ou trocadas entre as comunidades, junto com os seus subprodutos: cachaça, doces, garrafadas e tecidos rendados.

Grande parte da população dessas comunidades produz em pequenas roças, com menos de 3 hectares, e com apoio do trabalho dos membros de uma mesma família e também com o auxílio de outras famílias das comunidades, por conta das relações de amizade e solidariedade comunitária, que consolida a sua forma organizativa em associações de produtores.

Fonte 4 – Vista da feira livre, Correntina, 2019.



Fonte: Lorena Nunes Aguiar. Acervo de Lorena Aguiar.

Também como característica dessas relações comunitárias historicamente construídas, as mulheres, em geral, desenvolvem papel importante na gestão da água nas comunidades, pois, tradicionalmente, foram elas que, desde a adolescência até a fase adulta, percorreram longas distâncias para buscar água, tanto do córrego do Brejo, quanto da cabeceira de Matão, utilizada para beber, abastecer os moradores de suas casas e os animais que criavam em seus quintais, além de irrigar as plantações e hortas. Também recai sobre a maioria delas, ainda hoje, a função de lavar a roupa e as louças, que antes acontecia nos córregos, assim como dar banho em seus filhos. Tal como era feito por suas ancestrais, que cumpriram a mesma tarefa nos rios do Meio, Santo Antônio e Correntina, que abrangem a área dessas comunidades.

No entanto, a cabeceira do riacho de Matão secou e sua vazão sumiu depois da construção da rodovia BR-135, que margeia a comunidade, além do crescimento da perfuração de poços nas proximidades, e da intensificação captação de água dos rios e desmatamento das nascentes nas áreas próximas aos gerais, pelas empresas do agronegócio Prestec e, em seguida, Xingu e Mizote.

Entre 1994 e 1997, a água do rio Correntina passou a ser armazenada em

caixa d'água e distribuída para as casas da comunidade de Brejo dos Aflitos, Garrotes e Matão. Contudo, somente entre 2001 e 2002, ela passou a ser distribuída através de encanações. Entre 2014 e 2015, um convênio entre Governo Federal, através do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia (SJDHDS), Fundação Paulo Afonso e associação, possibilitou a construção de 144 cisternas, feitas de placas de cimento (Foto 5), nas comunidades de Porcos, Guará e Pombas.

Foto 5 – Cisterna na Comunidade Brejo dos Aflitos, Correntina (2018).



Fonte: Lorena Aguiar. Acervo pessoal de Lorena Aguiar

No entanto, como o problema de abastecimento de água é maior em Matão, tornou-se comum recorrer ao fornecimento de água através de caminhões-pipa, durante o período da estiagem, entre os meses de junho e agosto.

Para suprir suas necessidades, as pessoas das comunidades se deslocam até Correntina com veículos próprios ou através do ônibus mantido pelos

moradores de Brejo dos Aflitos, tendo em vista a distância relativamente pequena entre a área rural e a cidade, cerca de 14 Km. Como não existem feiras nessa localidade, e uns poucos mercadinhos ou vendas, é comum que os moradores realizem trocas de alimentos, além de outros bens, somente na cidade de Correntina, cuja feira ocorre aos sábados e quartas.

Além da produção familiar, nas comunidades, há moradores que trabalham como funcionários públicos, sendo que alguns até pagam uma diária para alguém cuidar de sua terra. No território das comunidades há apenas um estabelecimento de comércio local – um bar – localizado no trajeto entre a comunidade de Matão e Brejo dos Aflitos.

Algumas mulheres desempenham funções como manicure, costureiras, cabelereira e confeitadeira de bolos para festas locais, com o objetivo de complementar a renda de suas famílias. Há também pessoas contratadas pelos donos das grandes fazendas instaladas na região, ou ainda, as que migram para trabalhar em fazendas em outros estados. Os trabalhadores das empresas Chaparral, Cometa, Talismã, Bandeirantes e Santa Teresa recebem por quinzena trabalhada, conciliando com a manutenção das lavouras em suas próprias terras.

Desde o ano de 2000 não há escola rural nos territórios nas comunidades de Brejo dos Aflitos, Garrotes e Matão. As aulas eram ministradas por professoras moradoras das próprias comunidades. Atualmente, a população dessas comunidades precisa se deslocar para a sede do município, na zona urbana, para acessar o total de dez unidades de ensino, da rede pública e privadas, sendo três delas, escolas particulares, duas públicas e cinco unidades de ensino da rede municipal. Também podem se deslocar para as outras 26 unidades escolares da rede de ensino municipal que ficam na zona rural, em outras comunidades, ou para as duas escolas da rede privada que ficam na zona rural, entre elas a Escola de Família Agrícola Padre André, que é mantida pela Associação Comunitária da Escola Família Agrícola Rural de Correntina e Arredores (ACEFARCA)<sup>58</sup>.

Hoje, as grandes fazendas da região, depois de desmatar a vegetação nativa para produzir *commodities*, contratam jovens do município para trabalhar durante dois a três meses e fazer o trabalho de catar as raízes remanescentes das árvores

---

<sup>58</sup> Informação coletada em pesquisa documental.

que foram derrubadas pelo correntão<sup>59</sup>, e recebem em troca diárias de R\$ 50,00 pelo serviço.

Já os homens da comunidade – na faixa etária de 16 a 80 anos – assumem a tarefa de criar o gado “à solta”<sup>60</sup> nas áreas não cercadas, de uso coletivo, conhecidas como fecho de pasto, “larga” ou “gerais”, onde ficam localizadas as veredas (Foto 6)<sup>61</sup> e as nascentes dos rios da região. O período de levar o gado para essas localidades é de setembro a janeiro e, depois, de março até maio (Foto 7).

Foto 6 – Vereda do Rio Santo Antônio, Correntina, 2018



Fonte: Iremar Barbosa. Acervo pessoal de Iremar Barbosa

---

<sup>59</sup> Técnica agrícola que consiste no uso de uma grande corrente, presa a dois tratores, que arrasta toda a vegetação pelo caminho.

<sup>60</sup> Também conhecida como pecuária extensiva, consiste na criação do gado, com mais liberdade e espaço, em grandes áreas de pasto. Geralmente acontece sem grandes investimentos e é, portanto, mais econômica que o confinamento. Essa forma pode ser realizada tanto em grandes latifúndios quanto em pequenas áreas familiares, ideal para o chamado “gado de corte”, ou seja, aquele cuja carne e couro serão comercializados (PROCREARE, 2016).

<sup>61</sup> Veredas são um tipo de formação vegetal localizada nas proximidades das nascentes dos rios e que apresentam caminhos de drenagem da água ao longo de sua extensão, direcionando e ajudando a preservar os cursos d’água, principalmente do bioma Cerrado.

Foto 7 – Morador de Brejo dos Aflitos no pastoreio do gado. Correntina, 2018



Fonte: Lorena Aguiar. Acervo pessoal de Lorena Aguiar

O gado das comunidades de Porcos Guará e Pombas atravessava o rio Santo Antônio e pastava junto com o gado da comunidade de Capão do Modesto. Com o crescimento dos conflitos fundiários com as empresas citadas, os fecheiros de Porcos Guará e Pombas passaram a utilizar sua área coletiva, de 8 mil hectares, enquanto Capão do Modesto utilizava a sua, com 7 mil hectares.

Mais recentemente, a apropriação irregular dos representantes do agronegócio tratou de retirar a cerca que separava as áreas comunitárias, fazendo com que essas comunidades voltassem a fazer uso comum dos 15 mil hectares em questão, que foi inicialmente apropriada pela Prestec e, posteriormente, vendida para a Fazenda Xingu, localizada próxima ao Rio do Meio, enquanto que o Grupo Mizote e o Grupo Barra Velha se apropriaram da área próxima ao Rio Santo Antônio.

Inclusive, há também pessoas dessas comunidades contratadas em caráter temporário pelos empreendimentos agrícolas instalados na região, durante dois a três meses, recebendo, em mdia, diárias de R\$ 50,00 pelo serviço. Os

trabalhadores das empresas Chaparral, Cometa, Talismã, Bandeirantes e Santa Teresa recebem por quinzena trabalhada, conciliando com a manutenção das lavouras em suas próprias terras. Ressalta-se que a fazenda Talismã já foi multada por manutenção de pessoas em situação de trabalho análoga à escravidão<sup>62</sup>.

Assim, outra alternativa buscada pela população mais jovem, geralmente masculina, é migrar para trabalhar nas fazendas de outros estados.

Diante dessa realidade, a associação das Comunidades do Fecho de Pasto de Porcos, Guará e Pombas tem pautado nos últimos anos, através da mobilização de suas famílias, parceiros e entidades de assessoria, o seu bem viver, com dignidade e manutenção das relações comunitárias fundadas nas relações de amizade, consanguinidade e solidariedade presentes entre as suas famílias e o acesso à água das áreas coletivas de seus territórios tradicionais. A entidade também tem como objetivo pautar do Estado políticas públicas, a conclusão dos procedimentos administrativos e ações judiciais discriminatórias de terras, além do acesso a programas de assessoria técnica rural e projetos de incentivo a agricultura familiar, que são acessados por comunidades de fundo de pasto no norte da Bahia, uma vez que, na região Oeste, a maior parte desses subsídios é direcionada para a produção do agronegócio<sup>63</sup>.

Desse modo, observa-se que se tratam de comunidades mobilizadas e que se organizavam com associações para serem contempladas com políticas públicas e, a partir do conflito de terra mencionado, passaram a buscar apoio de entidades de assessoria técnica como a CPT e a AATR.

---

<sup>62</sup> Informante 1, assessor da CPT, em 24 de julho de 2018. Entrevistadora Lorena Aguiar.

<sup>63</sup> Informação coletada durante o trabalho de campo, realizado entre os meses de outubro e novembro de 2018.

## **5. METODOLOGIA PARTICIPATIVA E INTERLOCUÇÃO COM AS COMUNIDADES**

As oficinas participativas foram propostas no sentido de propiciar o encontro de pessoas das comunidades, com diferentes identidades de gênero, raça, idades, e, desse modo, incentivar as trocas de diferentes narrativas e percepções do contexto social. Além disso, buscou-se o resgate da memória coletiva sobre referências culturais, localização, relação com o território, histórico de ocupação, diferentes papéis desempenhados pelos moradores, além de estimular a reflexão sobre as condições de preservação ambiental, do patrimônio cultural e de defesa do território tradicional.

Essas atividades foram realizadas no período de 19 e 20 de outubro e 19 de novembro de 2018. A sua realização foi precedida pelas visitas nas comunidades, no final do mês de julho e agosto do mesmo ano, e a definição das datas para acontecer se deu em comum acordo com as pessoas que, na relação com a CPT, assumem papel de representantes das comunidades de Brejo dos Aflitos, Matão e Garrotes, a fim de que elas pudessem mobilizar demais moradores e confirmar os locais de reunião. Assim, a Igreja de Santa Rita de Cássia, da comunidade de Garrotes, e a capela do Senhor dos Aflitos, da comunidade de Brejo dos Aflitos, sediaram os encontros.

As datas também foram agendadas de modo a contar com a colaboração e presença de agentes da CPT de Santa Maria da Vitória, que disponibilizaram: um motorista contratado pela entidade para garantir o deslocamento, de Santa Maria da Vitória até a zona rural de Correntina; e ainda um aparelho de projeção Datashow, para exibição de slides e filmes documentários. Também esteve presente um representante da ONG ambientalista Corrente Verde, que ficou responsável pela gravação do material audiovisual e também contribuiu com os debates dos grupos e, mais diretamente, com a focalização do tema da segunda oficina.

### **5.1 OFICINAS PARTICIPATIVAS**

A primeira oficina aconteceu em dois turnos, na tarde de sexta feira, no dia 19.10.2018 e na manhã do dia seguinte, sábado, no dia 20.10.2018, na Igreja Santa

Rita de Cássia, na comunidade de Garrotes. Além dos dois representantes das entidades de assessoria e da pesquisadora, mais 18 pessoas das comunidades de Garrotes e Matão se reuniram, com o objetivo de estabelecer maior proximidade entre a pesquisadora, os assessores das entidades de assessoria e os demais participantes das comunidades, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Inventário geral das oficinas, Correntina, 2019.

|                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Objetivos propostos  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar pesquisa e objetivos</li> <li>• Estabelecer maior proximidade entre pesquisadora, entidades de assessoria e comunidades</li> <li>• Ampliar reflexão sobre os conflitos fundiários, implicações socioambientais e territoriais do avanço do agronegócio;</li> <li>• Identificar percepções do contexto social, referências culturais, de localização, relação com o território, observar quais as identidades coletivas são afirmadas e quais papéis desempenhados pelos sujeitos na comunidade, histórico de ocupação e formação social.</li> </ul> |
| Público alvo         | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Moradores de diferentes identidades de gênero, raça e geração</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| Participantes        | 18 moradores das comunidades de Garrotes, Matão, Brejo dos Aflitos, facilitadora (pesquisadora), equipe de apoio (1 representante da CPT e 1 representante da ONG Corrente Verde)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| Materiais            | Datashow, computador, câmera fotográfica, gravador de aparelho celular, papel manteiga, folhas de papel A3, hidrocores fotografias de moradores, filmes documentários.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Objetivos alcançados | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Início da produção de um mapa mental com legenda e espacialização da localização das comunidades do fecho de Porcos, Guará e Pombas e identificação de suas referências culturais;</li> <li>• Banco de imagens das comunidades envolvidas no trabalho;</li> <li>• Reconhecimento da necessidade de aprofundar o debate sobre a preservação das águas associada à luta pelo reconhecimento territorial e preservação do cerrado, fortalecimento da organização comunitária.</li> </ul>                                                                          |

Fonte: Trabalho de campo.

O objetivo do encontro era possibilitar que mais pessoas dessas comunidades se apropriassem de informações e leituras sobre os aspectos relacionados aos conflitos fundiários e as implicações socioambientais do avanço do agronegócio sobre a dinâmica de vida nessas comunidades.

No momento do agendamento das oficinas, houve consenso com os participantes quanto às datas sugeridas para as atividades, todas iniciadas às 15h, a pedido dos moradores das comunidades, para facilitar o deslocamento de maior número de participantes para o espaço de reunião.

A pesquisadora deu início à atividade se apresentando e expondo da motivação para desenvolvimento deste trabalho e do cronograma da atividade, em seguida estabeleceu acordos com os participantes a respeito do tempo de duração do encontro. A maioria das pessoas comunicou a ausência na oficina do dia seguinte, tendo em vista a realização da feira da cidade, que acontece sempre aos sábados pela manhã.

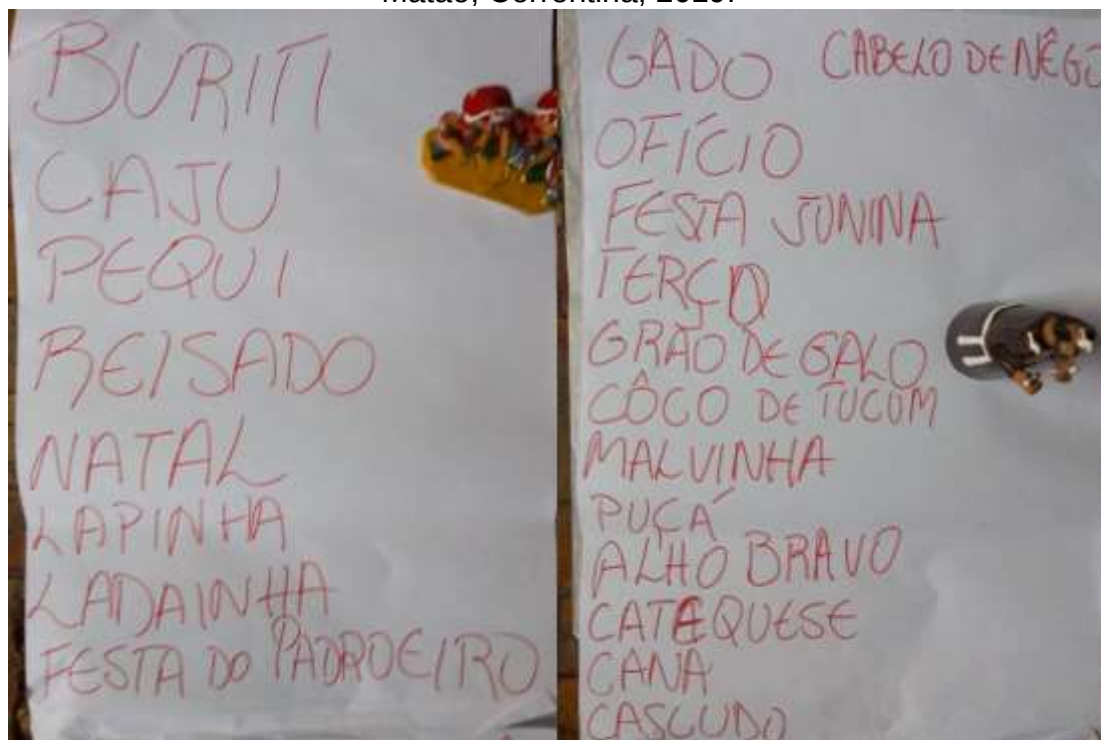
Os participantes consentiram com a gravação de voz e registro das imagens das atividades e se dispuseram sentados em torno de uma roda para concentrar atenção entre todos os participantes.

Seguiu-se uma rodada de apresentações, durante 1 hora, em que cada participante expôs ou mencionou um objeto representativo de sua comunidade, expressando ainda suas expectativas com a realização das oficinas (Foto 8).

Duas mulheres levaram uma roda de fiar algodão e fizeram uma demonstração, cantando versos de “cantigas de roda” para animar o grupo (Foto 9).

Os presentes se apresentaram e apontaram algumas referências do ambiente em que vivem, seja do patrimônio natural (rios da região e os Gerais), do patrimônio material (roda de fiar etc.) e do patrimônio imaterial (eventos realizados pelas comunidades).

Foto 8 – Registro das referências culturais das comunidades de Garrotes e Matão, Correntina, 2019.



Fonte: Lorena Aguiar. Acervo pessoal de Lorena Aguiar

Foto 9 – Oficina participativa nas comunidades de Garrotes e Matão, Correntina, 2019.



Fonte: Lorena Aguiar. Acervo pessoal de Lorena Aguiar

Na sequência, foram apresentadas fotografias das pessoas e das paisagens da região Oeste e de Correntina, de trechos do Rio São Francisco, bem como o contorno do mapa da Bahia, do Oeste e do município em que elas se encontram, com a proposta de que as pessoas indicassem sua localização e ainda dissessem o que, para elas, representavam tais imagens. Também lhes foi pedido que sinalizassem elementos da natureza, espaços de produção, locais de celebração, cemitérios e rios da região, com auxílio de quatro folhas de papel A3, uma de papel manteiga e hidrocores de cores diferentes, dispostas no centro do salão, com a sugestão de que os participantes indicassem uma legenda com símbolos específicos para cada referência representada (Fotos 10, 11 e 12).

Foto 10 – Oficina participativa nas comunidades de Garrotes e Matão, Correntina, 2019.



Fonte: Lorena Aguiar. Acervo pessoal de Lorena Aguiar



Foto 12 – Oficina participativa nas comunidades de Garrotes e Matão, Correntina, 2019.



Fonte: Lorena Aguiar. Acervo pessoal de Lorena Aguiar

A partir das informações sobre a formação das comunidades que foram compartilhadas, os participantes foram convidados a refletir sobre a importância do conhecimento local dos moradores para a formação e manutenção das comunidades, do seu modo de vida, assim como sobre o efeito da forma como eles se relacionam com a natureza na preservação dos rios e cerrado de Correntina e da região Oeste da Bahia, em contraste como modo de apropriação das áreas de uso comum das comunidades pelo agronegócio.

Também durante as oficinas, foi exibido um trecho de uma matéria publicada pelo Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, sobre o momento em que a população ribeirinha de Correntina ocupou as Fazendas Igarashi e Curitiba, em 02.11.2017. Na sequência, foi exibido outro vídeo que mostrava a população local em um ato de rua, na semana após o ato ocorrido nas fazendas, protestando contra a redução da vazão das águas do Rio Arrojado e da Bacia do Rio Corrente.

Em seguida, os participantes assistiram a uma entrevista gravada pelo Jornal

Notícias Agrícolas<sup>64</sup>, feita pelo jornalista Aleksander Horta com o Júlio Busato, apresentado anteriormente como Presidente da ABAPA e integrante da AIBA, em que o empresário expõe a sua opinião sobre a expansão do agronegócio em Correntina, bem como sobre o cerrado, o MATOPIBA, o modelo de produção no campo e o conflito fundiário que envolveu ribeirinhos do Rio Arrojado e as Fazendas Igarashi e Curitiba, e a sua justificativa para a captação da água dos rios para a irrigação,. No vídeo, o mesmo apresentou ainda informações sobre a reunião entre entidades do agronegócio para articular uma ação de cobrança de providências, pelo governo estadual, em defesa do direito de propriedade.

Ao final da exibição, foi proposto que as pessoas comentassem suas impressões e pontos de vista a respeito das matérias jornalísticas. Nesse momento, foi perguntado se os mesmos já haviam escutado o nome do entrevistado e das duas entidades mencionadas, com o fim de compreender como as populações do fecho de pasto de Porcos, Guará e Pombas percebem as ações do agronegócio no Oeste da Bahia.

A partir da avaliação feita pelos presentes, fez-se uma breve explanação sobre os direitos das comunidades à posse das terras que ocupam há gerações e, do mesmo modo, foram reforçadas as opiniões dadas pelos presentes sobre a importância da defesa do modo de vida das comunidades (Foto 13)

Logo depois, em decorrência da limitação do tempo, já no início da noite, foram exibidos dois documentários curtos sobre Correntina, rios da região, cerrado, comunidades tradicionais e organização para enfrentamento de conflitos fundiários (Foto X). “O Levante dos Ribeirinhos”<sup>65</sup> (O LEVANTE, 2018) e “Guerra e Paz no Sertão dos Gerais” (GUERRA, 2007) foram exibidos por apresentarem o modo de vida e organização das comunidades do fecho de pasto de Tarto e Brejo Verde, e por retratarem a proporção do desmatamento dos Gerais em outras áreas do município de Correntina, dando ainda a dimensão, tanto do tamanho das máquinas de captação de água, quanto o volume de água retirada dos rios.

---

<sup>64</sup> Jornal virtual mantido pelas entidades representantes do agronegócio no Brasil.

<sup>65</sup> Produzido como parte da matéria especial do site Metrôpoles sobre o conflito hidroagrário em Correntina

Foto 13 – Oficina participativa nas comunidades de Garrotes e Matão, Correntina, 2019.



Fonte: Lorena Aguiar. Acervo pessoal de Lorena Aguiar

Foto 14 – Exibição de documentário nas comunidades de Garrotes e Matão, Correntina, 2019.



Fonte: Lorena Aguiar. Acervo pessoal de Lorena Aguiar

Como já havia sido informado no início do encontro, muitos participantes se ausentaram da reunião na manhã de sábado, do dia 20.10.2018, em decorrência da feira livre de Correntina, assim como justificaram a inviabilidade da reunião acontecer no domingo, quando aconteceria o jogo de futebol beneficente, organizado pelas comunidades de Garrotes e Matão, na cidade de Correntina, com para arrecadar recursos para famílias da comunidade de Cabeceira Grande, que integra também o território do fecho de pasto de Porcos, Guará e Pombas.

Desse modo, a continuidade da oficina no dia seguinte, que contou com a presença de apenas cinco moradores das comunidades de Brejo dos Aflitos, Garrotes e Matão, restou prejudicada, principalmente quanto à proposta de aprofundamento da reflexão sobre a identidade coletiva, o território, os conflitos, relação das comunidades com o Estado e possíveis estratégias de organização coletiva. Foram trocadas algumas impressões sobre o conteúdo da oficina no dia anterior e proposta a realização de nova oficina, agora com um tema e data escolhida pelos participantes.

O ambientalista, representante da Ong Corrente Verde, voluntariamente se dispôs a facilitar a oficina sobre a relação das águas com o cerrado e as disputas territoriais por terra e por água. A sugestão do seu nome partiu da CPT, tendo em vista ser ele parceiro da entidade, correntinense, membro do Conselho de Meio Ambiente do município, descendente de ex-moradores da comunidade de Sucuruíú – comunidade que integra o fecho de pasto de Porcos, Guará e Pombas – e, principalmente, por ser um dos estudiosos autodidatas mais conhecidos no município, pelo engajamento na pesquisa e na defesa das águas da região Oeste da Bahia.

Em síntese, o ambientalista fez uma rápida exposição sobre o ciclo da água, seus diferentes estados físicos e ressaltou que a água hoje consumida é a mesma utilizada pelos povos ancestrais, para que ficasse evidente entre os participantes a que a água não nasce “do nada”, embora elas cheguem à superfície da Terra também a partir das nascentes. Expôs informações sobre o fato de o Brasil ser o país que possui a maior reserva de água subterrânea do mundo, em sua grande parte concentrada nos cerrados brasileiros. Fez uma crítica ao Projeto de “Revitalização de Nascentes”, proposto pelas entidades que representam o agronegócio no Oeste da Bahia, por camuflar o real problema de esgotamento da

água direto das cabeceiras em Correntina e, conseqüentemente, responsável pela extinção de fontes de água no território das comunidades dos participantes.

Foi exposto ainda o papel da AIBA e ABAPA em prol os interesses da expansão do agronegócio na região Oeste, principalmente o de pautar e direcionar as ações do Estado e determinar o modo de produção do campo dominante. O representante da ONG citada também apresentou as características do maior aquífero da região, o Urucuia, que alimenta o Rio Tocantins, o Rio São Francisco e o Rio Parnaíba. Também foi apresentado um mapa para indicar como estão localizados os rios do Urucuia: Rio Formoso, Rio Arrojado, Rio Correntina, Rio Santo Antônio. Ao final, fez uma síntese da importância de associar a defesa dos gerais à luta pelo reconhecimento territorial das comunidades tradicionais e à defesa das águas do município de Correntina.

A data indicada para a realização da oficina seguinte foi 19.11.2018, um mês após a realização da primeira oficina, devido à possibilidade de se ter tempo hábil para articular com os moradores a logística, a estrutura e a mobilização das pessoas para participarem da oficina.

No dia seguinte, às 19h, em Brejo dos Aflitos, a oficina aconteceu com programação original reduzida, na capela do Senhor dos Aflitos, logo depois do ofício, reunião na qual os moradores da comunidade rezam ladainhas católicas.

Na sequência, foi proposta uma dinâmica de apresentação dos presentes, de forma que os mesmos, ao se apresentarem, informassem referências simbólicas de sua comunidade ou região, assim como na atividade anterior.

Terminada a apresentação, fez-se uma reflexão sobre a importância da construção do saber local pelas pessoas da comunidade e foram compartilhadas algumas notícias do conflito fundiário que envolveu moradores da comunidade e abriu-se um debate sobre possíveis soluções para o conflito referido, bem como sobre o esgotamento das fontes de água nas comunidades do fecho de pasto de Porcos, Guará e Pombas. Após, houve uma intervenção poética de Wanderson Moraes de Jesus, jovem descendente do fundador da comunidade, que declamou um cordel sobre a história da comunidade.

Preste muita atenção na história que será dita  
Fala de superação de uma labuta sofrida  
Mas que no final de tudo é bem mais que bonita  
Foi em meados de 15 que houve o acontecido

Pois o sertão da Bahia estava sendo atingido  
Pela seca mais forte que o povo já tinha vivido

Da família Oliveira, um homem chamado José  
Que apesar da dificuldade se mantinha de pé  
Vivia de esperança, poeira, suor e fé  
Quando a fome apertou, tomou uma decisão  
Que junto a sua família deixaria o sertão  
Em busca de moradia, de terra, água e pão

Saído de Macaúbas sem certeza de morada  
Deixava então para trás apenas o rastro na estrada  
E à sua frente só existia o futuro incerto e mais nada  
Ao sair de sua terra, começou a agonia  
Com o triste frio da noite e o malvado calor do dia  
Sem contar com as peripécias da danada nervosia

Andava pelo sertão sem ter uma estrada certa  
Se achava em orações na sua caminhada deserta  
E em meio a provações nasceu nele uma promessa  
Que onde encontrasse água e pasto verde pra o gado  
Ali seria erguido um pequeno santuário  
Onde passaria a ser pro povo um lugar sagrado

Então entrou no sertão esse bravo retirante  
Que encontrava na fé o combustível constante  
E em meio às dificuldades se tornava um gigante  
José passou fome nesse beco do destino  
Mas não deixou se abater, pois assim é o nordestino  
Que tem alma de valente e o coração de menino

Depois de muita andança Deus lhe deu a direção  
Alumiu o seu caminho e segurou em sua mão  
E nele e na sua família derramou a benção  
José avistou de longe um lindo e florido arvoredo  
E um grande baixão alargado repleto de pasto verde  
E água em abundância pra todos matarem a sede

Naquele pedaço de chão José fez sua morada  
E em pouco tempo depois construiu a capela sagrada  
Onde até hoje existe muito bem preservada  
E nesse lugar nasceu um povo forte e guerreiro  
Que um a um foi criado na luz de um candeieiro  
E até hoje celebra o dia do padroeiro

Eu tentei contar essa história de um jeitinho bonito  
Do testemunho de fé de um passado sofrido  
Foi a história de José aqui em Brejo dos Aflitos  
Seca de um aflito (Wanderson Moraes de Jesus, 2016)

Em seguida, foi exibido o documentário “O Levante dos Ribeirinhos”, oportunidade em que foi questionado aos presentes quais seriam as soluções ou alternativas para o enfrentamento dos problemas identificados por eles.

Uma última provocação feita para os presentes foi de se reunirem novamente a fim de debater sobre as questões colocadas durante o encontro e

sinalizassem um momento de reunião. Também foi compartilhada a informação sobre a data de reunião na comunidade de Garrotes, no mês de novembro.

A segunda oficina, ocorrida em 19.11.2018, teve como principal objetivo criar um espaço de reflexão entre os moradores da comunidade e entidades de assessoria sobre a Relação das águas com o cerrado e as disputas territoriais por terra e pelo acesso e controle do uso das águas.

A atividade iniciou com uma hora de atraso, pois houve grande dispersão dos participantes das oficinas anteriores, que apresentaram como justificativa a dúvida se seria ou não realizada a oficina, apesar de a data programada ter sido informada no encerramento das outras duas oficinas e também através do contato com três mulheres das comunidades de Garrotes, Matão e Brejo dos Aflitos. No entanto, na reunião que aconteceu no domingo anterior à última oficina, a associação das comunidades do fecho e pasto de Porcos, Guará e Pombas desmobilizou os associados, porque alguns de seus representantes informaram que não haviam sido contatados diretamente.

Em atenção às pessoas que se fizeram presentes, foi exposto o objetivo da atividade, com uma breve retrospectiva de questões tratadas nas oficinas anteriores. Em seguida, o ambientalista fez sua apresentação, após os participantes autorizarem o registro de material audiovisual. O ambientalista, com a ajuda de slides que ele mesmo preparou, expôs a temática durante 40 minutos.

Apesar das limitações encontradas para a realização das oficinas, decorrentes das dificuldades em conciliar a dinâmica da comunidade com as condições de mobilização dos participantes, comunicação e o trajeto percorrido de Feira de Santana até as comunidades envolvidas neste trabalho, as oficinas aconteceram e contribuíram para a construção de uma relação de maior proximidade, diálogo e cooperação com as pessoas das comunidades e a pesquisadora. No entanto, o resultado das vivências e, em especial, as impressões sobre os desdobramentos das oficinas influenciaram na mudança de perspectiva de análise sobre as comunidades, em diversos aspectos, que serão detalhados a seguir, mas que, de imediato, fizeram com que a proposta deste trabalho fosse alterada, da Cartografia Social para a construção de um autodiagnóstico com as pessoas das comunidades e demais colaboradores.

Ainda assim, a elaboração de Cartografia Social para autodemarcação dos

territórios das comunidades, enquanto estratégia de ação coletiva, que foi a proposta inicial para este trabalho acadêmico, mostrou-se importante. Ora, os resultados do trabalho efetivamente realizados mostraram de antemão que foi aberto um espaço para desenvolvimento de outros trabalhos com metodologia participante. Todavia, mesmo que a Cartografia seja um instrumento a ser trazido em momento oportuno, tornou-se mais apropriado o desenvolvimento de um trabalho com mais convívio com os moradores das comunidades, o que não se tinha, para, seguindo o método da observação participante, estabelecer uma relação de reconhecimento mútuo, de colaboração e respeito com o modo de vida comunitário, para então aprofundar a reflexão sobre possíveis intervenções nos problemas apontados pelas comunidades.

## **6 DIAGNÓSTICO SOCIAL PARTICIPATIVO: EM BUSCA DA AFIRMAÇÃO DE UMA TERRITORIALIDADE CONTRA HEGEMÔNICA**

Para a elaboração do autodiagnóstico participativo (DEMO, 1995), foram reunidos dados, sobretudo qualitativos, como opiniões e proposições das pessoas das comunidades e do conflito fundiário no qual estão envolvidas, atinentes aos principais aspectos socioculturais e econômicos – condições materiais, referências políticas, econômicas, culturais e as formas de produção que as constituem, tendo em vista o caráter dinâmico da interpretação da realidade (MINAYO et al, 2010).

Milagres (2015) destaca o papel que deve ser assumido na elaboração de um diagnóstico participativo, concernente à percepção da importância do saber local e do conhecimento espacial sob a lógica da comunidade. Assim como da compreensão e consideração das especificidades das relações sociais presentes no território, para, desse modo, identificar as consequências de possíveis tomadas de decisões provocadas pela construção do diagnóstico social.

Nesse sentido, o presente diagnóstico permite afirmar que há interesse, por parte das pessoas das comunidades que participaram deste trabalho, na ampliação de espaços para atividades coletivas, como as oficinas desenvolvidas. Foi constatado que a motivação para isso se dá, em grande parte, pela dificuldade de acesso a informações técnicas ambientais e articulação com o seu conhecimento, inclusive espacial, que possam tornar tangível, por exemplo, a percepção do papel do Estado capitalista no favorecimento do agronegócio, em detrimento da reprodução social das comunidades, pelo reconhecimento e fortalecimento do modo de vida, atendimento das suas necessidades e da preservação ambiental.

A seguir, pelo conjunto dos relatos, entrevistas e também os registros feitos pelos participantes das oficinas, será analisada a percepção que as pessoas das comunidades têm sobre a questão ambiental e como coletivizam suas demandas, articulando o conhecimento sobre os recursos naturais, a memória coletiva e a identidade em relação ao uso das águas com a questão agrária, principalmente no que se refere à defesa dos gerais e à demarcação do território tradicional, face ao avanço do agronegócio no Oeste Baiano.

## 6.1 DAS LUTAS E CONFLITOS FUNDIÁRIOS

A partir da década de 1980, a grilagem de terras passou a ocorrer com mais força no município de Correntina, por conta do projeto oficial de reflorestamento, o qual prometia que a cidade viraria “um tapete verde”, como informam os depoimentos dos sindicalistas, ambientalistas e educadores sociais que trabalham na região, bem como os representantes comunitários ouvidos ao longo do trabalho de campo.

Toda vez que você começar a discutir coisas entre os pequenos, os grandes não vão gostar. Existe uma ausência intencional do Estado, pra que coisa pública se torne bem privado. Tem mais de 100 anos, a comunidade tá lá, e se vê com uma liminar de uma [ação judicial] possessória, com ordem de despejo. Mas esse pessoal tem segurado a posse não é de hoje. Porcos, Guará e Pombas mesmo têm documento da Prestec desde 1980. O conflito começou com a Prestec em 1980. O projeto de reflorestamento aqui era um presente para os amigos da ditadura militar. Eles derrubaram tudo de vegetação de Correntina com correntão. Lavaram o município em pinus e eucalipto. Tem caso de fazendeiro que apareceu nas revistas clássicas com a manchete “se suicidou”, mas que apareceu no Uruguai. [Os fazendeiros] saíram com a grana e deixaram o bagaço aí. Conseguiram um empréstimo, um financiamento. Pegavam 10% no banco e sumiam (Informante, 25 de julho de 2018)

No sentido de fazer um contraponto ao avanço desse modelo de reprodução do capital no campo, esse grupo de voluntários, desde a década de 1980, passou a desenvolver trabalhos de educação social, em parceria com pastorais sociais, sindicatos, ONG's, com o propósito de amadurecer, com os camponeses, noções sobre direito à terra, principalmente os direitos advindos do exercício da sua posse coletiva.

Militantes e outros sindicalistas ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) também trabalharam nas frentes de luta sindical e camponesa, no município de Correntina e fundaram o jornal “A Foice”, publicação mensal direcionada aos camponeses para a luta sindical e em defesa dos agricultores familiares. Em janeiro de 1980, fundaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Correntina e o Diretório do Partido no município, apesar das ameaças e outras

ações de intimidação por parte de pistoleiros contratados por latifundiários<sup>66</sup>.

A expansão do agronegócio em Correntina, segundo os sindicalistas, teve início com a implementação dos projetos de reflorestamento em 1981 e 1982. Depois disso, começaram os primeiros debates sobre a morte dos rios dos “gerais” e a organização dos camponeses para enfrentamento ao avanço da grilagem de terras, também no município de Correntina<sup>67</sup>:

Essa briga com relação a água faz tempo que a gente tem aqui. Na década de 80, em 88 a gente fazia seminário do meio ambiente. [...] Em 88 já tinha gente organizada, fazendo seminário aqui pra discutir a questão ambiental.

O informante explicou que, a partir de 2007, o enfrentamento dos conflitos agrários em Correntina assumiu uma nova condição, referente à denúncia da ação de pistoleiros nas comunidades rurais às autoridades policiais locais e órgãos estaduais e federais, responsáveis pela gestão da política agrária, como a Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia e a Ouvidoria Agrária do INCRA.

E foi quando a gente fez uma pressão na CDA. A CDA, em 2009, na discriminatória da chamada gleba Arrojelândia. Aquele em que propuseram acordo com a Planta 7. Que a CDA propôs. Foi ali que apareceu a história da matrícula 2280. E a gente começou a entender de fora a fora aquela relação que foi elaborada ali no início dos anos 80. O tapete comum das florestadoras, que chegaram plantando pinos e eucalipto. A Prestec já estava aqui desde 79. Isso não foi pra frente porque não era pra ir pra frente, por uma série de fatores. Por desconhecimento agrícola total da área. Por não adaptação total de certas plantas que eles estavam trazendo. Imagina, nos gerais, um solo ácido, que não deixa as plantas subirem acima de 4 metros de altura e você querer que o pinus dure 20 anos? Não vai durar. Ele vai morrer de acidez. E foi o que aconteceu. E não deu certo também porque não era pra dar certo, porque o financiamento era um presente. Então você gastava uma parte daquele financiamento e já podia ir embora, alegando que o projeto não deu certo. Ou então sumia, abandonava a terra como um penhor e nenhum problema quanto a isso. Simplesmente abandonava. E ia embora com o dinheiro, porque o dinheiro já estava na conta. Essas florestadoras chegavam com esse tapete de documentação e se retiravam. E aí o agronegócio veio. Com apoio do governo federal, as instituições federais – Embrapa, financiadoras, bancos – e chegaram nesse

<sup>66</sup> Entrevista Iremar. Entrevistado 3. Entrevista realizada em 29 de julho de 2018. Entrevistadora: Lorena Nunes Aguiar. Perfil do entrevistado em apêndice C

<sup>67</sup> Entrevista Iremar. Entrevistado 3. Entrevista realizada em 29 de julho de 2018. Entrevistadora: Lorena Nunes Aguiar. Perfil do entrevistado em apêndice C

patamar que chegou. [...] Não sabia teoricamente como se elaborava uma escritura falsa. Eu fui entender isso a partir de 2007, quando o conflito começou. Por isso que se diz que no conflito a gente aprende.

Vê-se, portanto, que são antigos os embates, especialmente de grupos que conseguiram resistir no local, como as comunidades dos fechos de pasto de Quincão e de Matão, em que o bom conhecimento sobre o território ocupado pelas comunidades foi o elemento fundamental da resistência e de denúncia às autoridades frente às tentativas de apropriação irregular das terras. Mas é a partir de 2007 que esses casos se tornaram mais visíveis, através da articulação com as instituições da sociedade civil, como a Comissão Pastoral da Terra.

Do mesmo modo, é antiga a ingerência do capital estrangeiro sobre as terras em Correntina, recepcionada como política do próprio Estado brasileiro.

A relação com o estrangeiro foi desde o nascedouro. Quem foi responsável pela maioria dos projetos de reflorestamento aqui foi a PRODECER, que inclusive continua, tá ativo. O percussor do PRODECER foi o JICA, que era uma cooperação internacional do Japão com o Brasil. Não é uma novidade esse negócio de financiamento internacional do agronegócio. No nascedouro dele, ele tem uma concepção ideológica internacional de evitar conflitos e tem um projeto internacional de financiamento. O Japão jogou altas granas por aqui, pra ver certas coisas funcionarem por aqui. Quando o Japão achou que não era isso, então os outros seguiram. Todo mundo então entrou nessa coisa. O dinheiro internacional entra aqui de várias formas. Desde a compra de terras, ultimamente por fundos, porque as terras já estão em bolsas de valores. As terras já estão nesse patamar, que é o patamar da mercantilização eletrônica na bolsa de valores, até lá no início do nascedouro, que é os Planos Safra, financiamento de BIRD, essas coisas.[...] Em 2010, há pareceres informando sobre a venda escancarada de propriedades fundiárias para estrangeiros. Ainda há, como dificuldade, aquelas portarias do INCRA, que têm uma quantidade de limite pra que o estrangeiro obtenha terra. O que se faz aqui é um processo mais alaranjado. Você pede um fundo de pensão internacional, e o cidadão produziu uma escritura, vai lá e cerca o mundo inteiro. Você tem na frente um testa-de-ferro. Ele é quem agremia juízes e delegados pra fazer a transação. Faz tempo que isso existe, mas eles continuam alaranjando. Porque, no Oeste, a propriedade de 1500 ha são um minifúndio, o que não convém. No meio deles, você se quebra. Aí você vai ser obediente. O grupo Horita fecha um contrato com a bolsa de Chicago, por exemplo, de soja a X reais, a saca. Você vai ficar sem vender ou você coloca lá no meio e ele vai vender pra você. E ainda sai de bom. Então, se ele disser que a saca é 17 reais, você vende a saca a 17 reais. [...] Então, quem tem um pivô central, vai ganhar de quem tem 150? Todo mundo bateu palma,

de fora a fora na Bahia, e tem 1 a 2 pivôs.<sup>68</sup>

Um elemento que está na base dos conflitos na região diz respeito à apropriação da água, na região Oeste, principalmente em Correntina. A importância da água para o município é definidora da história de sua ocupação, da continuidade do modo de vida de sua população, como identificado por um dos informantes:

O município de Correntina nasceu em torno de águas. Os primeiros habitantes que vieram pra cá, fugindo da seca do sul do Piauí, de 1890. A grande massa das famílias que chegou aqui é ainda desse grupo. Porque antes disso, em 1790, houve ali naquele mercado um aglomerado de quase 5 mil habitantes, em função de um garimpo que surgiu ali. Naquela ponte [refere-se à ponte do Rio Correntina, que corta a cidade] tiraram o desvio do rio. Jogaram o rio pra lá e eles fizeram um imenso buraco de escavação de ouro. Uma bela noite, isso estourou, soterrou. O povo foi embora. Aqui ficou o pessoal que sobrevivia dos currais e da pequena agricultura e dos remédios caseiros. Mas todo mundo sabe que a relação do pessoal ficou mais forte com a seca de 1890<sup>69</sup>.

A expansão do agronegócio se deu, primeiro, através do plantio do eucalipto e, depois, pela agricultura de sequeiro. No entanto, com o crescimento do mercado de terras, alguns grupos começaram a adquirir terras que se tornaram impróprias para o plantio, prejudicadas, principalmente pela irregularidade dos períodos de chuva e de estiagem. Diante dessa condição e no intuito de expandir o agronegócio, produtores irrigantes, na década de 1990, então se agremiaram e passaram a demandar do Estado as outorgas de captação de água, seja diretamente dos rios do município, seja através do desvio do curso de seus leitos, da construção de pequenas barragens e da perfuração de poços artesianos. Porém, com o crescimento dos protestos em relação a preservação das águas, houve também mudanças na forma de captação:

Pra o Rio Correntina e outros rios aqui, nas margens, há muito tempo, não sai outorga de captação de água nas margens. É muito mais viável você baixar o nível de um aquífero, que ninguém vai ver, do que você baixar meio metro no rio e que você vai passar ali qualquer hora e ver que tem coisa errada ali. A AIBA, se vocês perguntarem pro Cizino Leite, vai dizer 'nós admitimos que o Urucuia já baixou mais de 2 metros'. Os sistemas de armazenamento de água conhecido como 'piscinões' são relativamente novos. Surgiram a partir de 2011, 2012. Já os barramentos de rios são mais antigos. O

---

<sup>68</sup> Entrevista Iremar. Entrevistado 3. Entrevista realizada em 29 de julho de 2018. Entrevistadora: Lorena Nunes Aguiar. Perfil do entrevistado em apêndice C

<sup>69</sup> Idem.

IBAMA já estourou não sei quantos barramentos de rio, ilegais por aqui. Os piscinões já são tecnologias novas. [...] Uma quantidade de 2, 3 poços artesianos não vai dar água pra 50 pivôs de uma vez só. Então é mais fácil você encher os piscinões de uma vez só. Então, é pra fazer uma irrigação em uma determinada hora. Os piscinões são coisas mais recentes, não dá pra saber. De cabeça, eu te aponto mais de 15 piscinões que a gente conhece. [...] É uma coisa nova, que tem 4, 5 anos, mas forte, que tá sendo apontada como solução pelos técnicos, pelos agrônomos, pelos engenheiros. Pra eles, é um novo patamar no sistema de irrigação.<sup>70</sup>:

Logo, a questão agrária e a questão hídrica no município de Correntina são indissociáveis, tendo em vista o avanço da grilagem, principalmente sobre terras públicas e áreas de uso comum, mesmo aquelas onde não há condições de plantio, mas que se tornam valorizadas para fins especulativos e financeiros do mercado nacional e internacional, ante a possibilidade de captação de águas subterrâneas para irrigação nos latifúndios, através do abastecimento direto de pivôs centrais ou por meio do abastecimento gradual, mantido com grandes reservatórios de água (CHAGAS; PORTO-GONÇALVES, 2018).

E a chave para o seu enfrentamento, na perspectiva de superação, está no avanço do tratamento da dimensão territorial dessas questões, mediante a compreensão e garantia das condições de reprodução social das comunidades de Fundo e Fecho de Pasto e demais comunidades que se reivindicam geraizeiras e ribeirinhas, haja vista serem elas as responsáveis pela preservação da vegetação nativa do cerrado e das nascentes dos rios. Essa preservação se dá com os usos tradicionais da água, de forma integrada e equilibrada com o uso comum de terras tradicionalmente ocupadas, para a criação solta de gado e o extrativismo, com coleta de frutas e plantas medicinais, e para a produção da agricultura, tanto a de subsistência como da agricultura familiar.

As entidades patronais na região têm assumido disputas, tanto no campo ideológico, como no direcionamento da atuação do Estado, além de lançarem mão da violência armada não institucionalizada (pistolagem), como restou evidenciado ao longo do presente trabalho.

No campo político, essas entidades aparelham o Estado para avançar em pautas relativas, principalmente, ao afrouxamento das condicionantes do

---

<sup>70</sup> Entrevista Iremar. Entrevistado 3. Entrevista realizada em 29 de julho de 2018. Entrevistadora: Lorena Nunes Aguiar. Perfil do entrevistado em apêndice C

licenciamento ambiental para a captação de água e desmatamento para a prática da agricultura, por meio da articulação de seus representantes com agentes políticos nos espaços institucionais, e ainda, através da perseguição e criminalização de grupos organizados que se contrapõem aos seus interesses.

No campo ideológico, as agremiações mencionadas neste relatório disputam pela construção de um consenso, entre sociedade civil e também sociedade política, de modo a tornar esses setores sociais cada vez mais permissivos e reprodutores de uma narrativa que ressalta, em primeiro lugar, a necessidade de expansão do agronegócio baiano, a qualquer custo, em razão dessa atividade ser propagada como “carro-chefe” da estabilidade econômica do país, alçada a um patamar de credibilidade no mercado internacional.

Em segundo, essas classes agroindustriais buscam o convencimento em razão da importância do abastecimento da população local com os alimentos produzidos na Região Oeste. Outro elemento de sua narrativa diz respeito à possibilidade de “gestão” do problema da redução da capacidade hídrica da Região Oeste, através da realização de campanhas e seminários de “conscientização” para o uso da água sem desperdício, que findam por culpabilizar a própria população ribeirinha.

Essa lógica de gestão é assumida também por meio do tratamento de demandas pontuais, com a simples adoção de tecnologias, que representam, na verdade, distrações ou ilusionismos para a população envolvida, através da propalada ideia de “revitalização de nascentes” e remanejamento do curso de rios e córregos. Desse modo, estudos e debates mais aprofundados sobre os impactos ambientais dessas intervenções são escamoteados, ou, quando anunciados/promovidos, desconsideram usos e costumes do saber popular, assim como propostas e medidas exitosas já adotadas pela própria população.

Por último, um aspecto da narrativa hegemônica, manifestada publicamente pelas agremiações patronais incidentes na Região, é a distorção de fatos relacionados aos grupos organizados que historicamente têm se mobilizado em defesa das águas e dos gerais, em Correntina e demais municípios do Oeste Baiano, bem como a disseminação de discursos de ódio e acusações infundadas contra organizações populares, no sentido de descaracterizar a legitimidade de suas pautas de luta.

Apesar dessas práticas do patronato rural ocorrerem há décadas, a sua análise e a necessidade de enfrentamento não encontram plena ressonância na maioria das comunidades camponesas, tradicionais e ribeirinhas da Região Oeste, do município de Correntina e, mais especificamente, das comunidades do Fecho de Porcos, Guará e Pombas. Um elemento que está relacionado é o fato de a maioria das pessoas das comunidades envolvidas com o presente trabalho, até um período muito recente (menos de dois anos), desenvolver o seu modo de vida à parte do conflito que envolve a disputa pela posse da área de uso comum em questão. Antes desse período, havia apenas o registro de conflito fundiário, ocorrido na década de 1990.

As pessoas das comunidades que não dependem diretamente do uso das terras de solta não possuem clareza ainda de quais são os sujeitos e interesses envolvidos na disputa. Quando foi perguntado, aos participantes das oficinas realizadas, se conheciam o significado da sigla AIBA e o que ela representava, ninguém se manifestou. A partir de então, foi explicado do que se trata e quais os interesses defendidos por essa associação, assim como lhes foi informado sobre o objetivo da ABAPA, haja vista a sua existência e influência na Região Oeste ser ignorada até aquele momento.

No entanto, pelo fato de as comunidades do fecho de Capão do Modesto também utilizarem essa área, e terem se envolvido em uma demanda judicial, cujo objeto é área em questão, a disputa de terras que estava latente ressurgiu e se acirrou, com a retaliação dos seus antagonistas fazendeiros, a partir do uso de segurança armada privada e de ações visando aterrorizar os moradores de todas as comunidades, que se contrapusessem ao cercamento da área de uso coletivo para o pastoreio do gado.

A partir de então é que a demanda pela autodemarcação das áreas de solta enquanto territórios tradicionalmente ocupados por todas essas comunidades passou a ser pautada pelos seus representantes, integrantes das associações das comunidades de fecho de pasto de Porcos, Guará e Pombas e também de Capão do Modesto. Todavia, frisa-se que esse debate está ainda concentrado no espaço das associações, do Coletivo Jurídico de Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto de Correntina, e ainda, no âmbito da Articulação Estadual de Fundos e Fechos de Pasto. É, portanto, um desafio, ampliar essa discussão aos espaços de vivência e

sociabilidade de todas as comunidades que integram os fechos.

O conflito fundiário analisado neste trabalho teve início, mais exatamente, em 1989, com a ocupação da área de solta das comunidades do fecho de Pasto de Porcos, Guará e Pomba pela Prestec, de acordo com os representantes da associação do referido fecho, mas, entre os anos de 2016 e 2018 se acirrou. A área rural em disputa compreende tanto o território tradicional de Fundo e Fecho de Pasto de Capão do Modesto – utilizado por aproximadamente 50 famílias, das comunidades de Capão do Modesto, Cobra Verde, Barreiro Vermelho, Manoel Mendes, Val e Baraúnas – como também o território do Fecho de Porcos, Guará e Pombas, que é utilizado por aproximadamente 60 famílias que fazem parte da Associação das Comunidades de Jacaré, Brejo dos Aflitos, Garrote, Matão, Sucuriú, Barra do Sucuriú, Cabeceira Grande, Tabocas, Bois, Sossego e Salobro, localizadas nos municípios de Correntina e Santa Maria da Vitória<sup>71</sup> (AATR; CPT, 2018).

Até os anos de 1990, o gado de Porcos, Guará e Pombas era campeado até a área coletiva de Vereda da Felicidade (cerca de 13 mil hectares). No caminho, o gado passava também pelas áreas das comunidades de Cupim (cerca de 8 mil hectares), Cabresto e Capão do Modesto. Antes, as áreas não eram cercadas, mas, com a pressão dos empreendimentos agrícolas que chegaram nessa região e do processo de grilagem de terras que está relacionado a essa ocupação, os primeiros habitantes dessas comunidades foram impulsionados a cercar as áreas de uso coletivo bem e constituir associações comunitárias para fortalecer a autogestão de cada fecho de pasto – as áreas coletivas conhecidas como “gerais” – separadamente.

Em abril de 2018, os antagonistas das comunidades de fecho de pasto retiraram a cerca que separava os fechos das comunidades de Porcos, Guará e Pombas dos fechos de Capão do Modesto, e converteram as áreas coletivas dessas comunidades em uma só, novamente, o que perfaz um total aproximado de 16 mil hectares<sup>72</sup>.

---

<sup>71</sup> O conflito que envolve os dois territórios teve início a partir do processo de privatização ilícita das terras correspondentes por supostos projetos agropecuários de reflorestamento – entre os quais estava a Prestadora de Serviços Técnicos Ltda. (PRESTEC) e Santa Tereza Reflorestadora Ltda – financiados pelo governo militar (através da SUDENE), com a justificativa de suprir a crise energética mundial na primeira metade da década de 1970 (SOUZA SOBRINHO, 2012).

<sup>72</sup> Entrevista com Informante 3, morador da comunidade Brejo dos Aflitos, em 26/07/2018.

Essas comunidades requereram juntas, no ano de 2015, a instauração de ação discriminatória de terras perante a CDA. Do outro lado dessa disputa estão a Agropecuária Sementes Talismã LTDA<sup>73</sup>; a Fazenda Xanxerê, que desponta na produção de soja de propriedade de Luiz Carlos Bergamaschi (sócio da AIBA e da ABAPA); e a Agrícola Xingú S.A.<sup>74</sup> – Unidade Produtiva Tabuleiro V, todas localizadas em Correntina.

Essas comunidades já registraram ocorrência na Delegacia de Polícia Civil daquele município diversas vezes, por conta das ameaças de morte que sofrem de pistoleiros que tentam proibir os camponeses de entrar em seus territórios, chegando mesmo a construir cercas na área. Nesse caso, tendo em vista a organização das comunidades e suas respectivas associações comunitárias em busca da garantia de direitos através da judicialização da disputa territorial, a CPT e a AATR (2018), em nota pública, denunciaram as investidas cada vez mais agressivas dos fazendeiros sobre os territórios tradicionais, inclusive com apoio de segurança armada privada, que está representada pelas empresas Estrela Guia e Oeste Formação de Vigilantes<sup>75</sup>.

De acordo com os relatos de pessoas da comunidade de Brejo dos aflitos, a área coletiva em disputa foi cercada de forma indevida e registrada, pelos supostos proprietários<sup>76</sup>, como áreas de reserva legal<sup>77</sup>: 1) Serrana IV, com área total de 950,0439ha, tida como propriedade de Suzane Mari Piana; 2) Dourado, como área

<sup>73</sup> Fazem parte do seu quadro societário: Marco Alexandre Bronson e Sousa (Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Sementes de Soja-ABRASS) (ABRASS, 2018), Raphael Gonçalves e Sousa, Frederico Gonçalves e Sousa e MRF Participações S.A.

<sup>74</sup> Grupo subsidiário integral da Multigrain, que tem no seu quadro de sócios a multinacional japonesa Mitsui & Co., a CHS Inc (Estados Unidos) e PMG Trading SA (Brasil) e responsável pela produção e beneficiamento de algodão e soja. Ela foi implantada em 2008, com subsídio do governo do estado da Bahia. (NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 2008).

<sup>75</sup> Entrevista com Informante 3, morador da comunidade Brejo dos Aflitos, em 26/07/2018.

<sup>76</sup> Os representantes da associação comunitária dos fechados de pasto de Porcos, Guará e Pombas explicam que após vistoria na área, o INEMA identificou que os supostos proprietários colocaram placas falsas na entrada da área, para fazer crer que o IBAMA havia determinado que aquela localidade correspondia a áreas de reserva legal, conforme O Código Florestal Brasileiro - Lei Federal 12.651, de março de 2012.

<sup>77</sup> De acordo com o Código Florestal Brasileiro, reserva legal é uma “área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa”. Na Amazônia Legal, o imóvel rural localizado: a) em uma floresta, deverá ser mantida a cobertura vegetal nativa de 80% de sua área; b) em área de cerrado, delimitará 35%; c) em campos gerais, 20%. Nas demais regiões do país (como é o caso na Região Oeste da Bahia), esse limite é de 20%.

de 935,7998ha; 3) Dourado I, com 350ha; 4) Dourado II, com 341,1193ha; 5) São José III, com 996,3159ha; 6) São José VIII, com 1006,0531ha – todas indevidamente registradas como propriedade de Dino Rômulo Faccioni<sup>78</sup>; 7) Prata Nova I, com 650ha, tida como propriedade de Almor Antonioli; 8) Prata Nova II, com 300, 2479ha, registrada como propriedade de Claudia B. Antonioli; 9) Prata Nova III, com 250ha, indevidamente registrada como propriedade de Paula B. A. Nedeff; 10) Bela Vista V, com 950,4676 hectares, de “propriedade” de John Kudiees<sup>79</sup>.

Entretanto, com base no que tem sido experienciado nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, principalmente onde a expansão da fronteira agrícola ocorre a partir da regionalização do MATOPIBA, alguns estudos (TEIXEIRA, 2012; CHAGAS; PORTO-GONÇALVES, 2018) evidenciam que essas terras foram invadidas e cercadas ilegalmente por latifundiários, através de procedimentos reconhecidos como “grilagem verde”. O objetivo principal dessa ação é mascarar o cumprimento da exigência do Código Florestal, acerca da exigência de delimitação de áreas de reserva legal e de proteção permanente, uma vez que justifica o desmatamento de grandes áreas de latifúndios localizados em outras localidades, inclusive em outros estados. Outro objetivo principal desse ardil é a obtenção de incentivos e utilizá-las em transações financeiras (TEIXEIRA, 2012; CHAGAS; PORTO-GONÇALVES, 2018), nos mercados nacionais e internacionais de reduções de emissões certificadas de gases de efeito estufa (mercado de carbono), conforme instituído pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)<sup>80</sup>. Nesse sentido, convém ressaltar que alguns dos nomes de latifundiários mencionados inclusive integram as entidades patronais do agronegócio relacionadas anteriormente.

Em outra medida, os representantes da associação comunitária também afirmam que essa ocupação é ilegal, pois, em verdade, a área corresponde ao fecho de pasto das comunidades tradicionais de Porcos, Guará e Pombas, cuja

---

<sup>78</sup> Dino Rômulo Faccioni, um dos autores do pedido de reintegração de posse da área em estudo, já esteve na lista suja de trabalho escravo em 2005, quando foram resgatados 24 trabalhadores rurais na Fazenda Paraná (CPT, 2005) e possui parentesco com Eduardo de Camargo Faccioni, suplente do conselho fiscal da AIBA.

<sup>79</sup> Entrevista com Informante 3, morador da comunidade Brejo dos Aflitos, em 26/07/2018.

<sup>80</sup> Art. 41, § 4º do Código Florestal e arts. 4º e 9º, da Lei Nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (PNMC).

dimensão é de cerca de 8.031 hectares<sup>81</sup>. Essa área, utilizada para a criação do gado à solta, está localizada a 20 km de distância das áreas individuais dos habitantes da comunidade de Brejo dos Aflitos.

Na busca por debater essas questões, durante as oficinas, um número pequeno participantes, constituído por homens que integram a associação do fecho de pasto de Porcos, Guarás e Pombas, fez intervenções no sentido de mostrar para o grupo presente a importância da organização do povo e que a mobilização dos moradores das comunidades é necessária para que os rios de Correntina não sequem por completo. E ainda se referiram ao fato de as autoridades não terem compromisso com o povo, ao passo que os órgãos ambientais que abrangem o município, tanto o INEMA quanto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, não assumirem a responsabilidade de fiscalizar e não autorizar os desmatamentos e a apropriação das águas dos rios.

A partir do debate sobre a importância da defesa dos rios dos Gerais, os participantes listaram os rios que compõem o território de suas comunidades e os que percorrem o município de Correntina, os quais foram, em seguida, representados em dois mapas mentais, conforme fotos 11 e 12.

E quando, nas oficinas, foram exibidos vídeos sobre as manifestações da população de Correntina, em contraponto a entrevista com um empresário representante do agronegócio na Região Oeste, os participantes, apesar de inicialmente não terem conhecimento de quem se tratava, bem como sobre as agremiações e demais formas de organização do agronegócio, criticaram seu discurso, porque deslegitimava a reivindicação da população em defesa das águas e negava a responsabilidade do agronegócio para com o desmatamento das nascentes e diminuição da vazão de água dos rios de Correntina.

Da mesma forma, os participantes das oficinas não só se identificaram com o modo de vida e organização política das demais comunidades tradicionais do município, que foram retratados nos documentários exibidos, como também rememoraram outros momentos de enfrentamento à grilagem em sua própria área de fecho de pasto, quando um rancho, instalado no local, foi queimado, e fez com que essas comunidades, através da organização coletiva, resistissem e afastassem

---

<sup>81</sup> Entrevista com Informante 3, morador da comunidade Brejo dos Aflitos, em 26/07/2018.

os grileiros de suas terras.

A terceira oficina realizada na comunidade de Garrotes, em novembro de 2018, facilitada por um ambientalista que conhece a realidade das comunidades do fecho de Porcos, Guará e Pombas, cumpriu o propósito de aproximar voluntários na defesa das águas e dos gerais de Correntina da dinâmica inerente à vida dos moradores das comunidades. Com base nela, foram apresentadas características da área objeto do presente trabalho, com destaque para a informação sobre a água do Brejo dos Aflitos fluir a partir de um rio subterrâneo, interligado com o Rio Santo Antônio, também drenado no município de Correntina. No entanto, o desmatamento de sua nascente já ocasionou o rebaixamento de suas águas e a extinção da nascente Rio Sucuruiú, que abastecia a comunidade de mesmo nome, conforme relato dos participantes da oficina.

A partir dessas informações, o ambientalista inseriu no debate críticas ao projeto de “revitalização de nascentes”, anunciado pela AIBA como parceria com a Secretaria de Meio Ambiente do Município, e explicou que essa intervenção consistiu, de fato, na implantação de canos e alteração de um trecho de percurso das águas do rio subterrâneo que percorre a área das comunidades de Porcos, Guará e Pombas, mas que não resolveu o problema da diminuição da vazão do rio.

Eles querem recuperar as nascentes, então vão recuperar o veredão; vão recuperar os 50 Km de rio Santo Antônio, que secou. Por que eles não vão recuperar lá? Porque sabem que o problema é muito maior. Aqui, eles querem mexer, porque aqui tem água. Era pra fazer a recuperação de duas nascentes – a daqui e a da Luzia. A Luzia, vocês conhecem, fica perto [da comunidade] do Salto. Quando eles foram lá, não quiseram mexer com a [nascente] da Luzia, não. Sabe por quê? Porque lá o problema é outro. É o aquífero que não tem mais água. A daqui ainda tem água. Eles vieram, fizeram o trabalho, tirou foto e jogou na mídia. Pronto, recuperamos a nascente lá no Brejo dos Aflitos<sup>82</sup>. Mas lá já não tinha água? Por que não recuperou a da Sucuruiú e a da Cabeceira Grande, que não têm água? Olha só como é a questão da propaganda. Hoje nós vivemos numa sociedade muito movida pelo *marketing*. Vamos dizer, eu sou uma pessoa dentro de casa e na rua quando eu saio, eu sou outra. É o mesmo que o agronegócio tá fazendo. Lá em cima eles desmatam as veredas, desmata os gerais. mas pra sair bem na fita, pra sair nos jornais, ele coloca que revitalizou as nascentes. Mas o que tá causando as mortes dos rios? É os pequenos?

A apresentação feita pelo ambientalista foi finalizada com uma síntese sobre

---

<sup>82</sup> Notícia divulgada pela AIBA em seu sítio eletrônico, em 19.jul.2018 (AIBA, 2018).

a relação de interdependência das águas de Correntina com os gerais e também com as comunidades ribeirinhas, de fundo e fecho de pasto e/ou geraizeiras. Por conta dessa relação, foi enfatizada a importância da organização das comunidades em torno tanto da defesa dos seus territórios, que abrangem as áreas de uso comum e coletivo, como também a mobilização de mais moradores na defesa das águas e na busca por informações, de forma autônoma, isto é, descentralizada dos órgãos de Estado e das entidades que representam os interesses do agronegócio.

Nesse sentido, cabe analisar o papel do Estado em relação às disputas pelo modelo de desenvolvimento e pela apropriação das terras e das águas que comprometem, de forma mais significativa, os povos e comunidades tradicionais em Correntina. Na Região Oeste, o Ministério Público Estadual, por meio da Promotoria Regional Ambiental de Bom Jesus da Lapa, tem cumprido o seu papel de papel fiscalizar interesses sociais fundamentais assegurados pela legislação ambiental nacional e se colocado atento às reivindicações dos grupos organizados dos povos e comunidades tradicionais, que denunciam o acirramento dos conflitos por terra e por água, haja vista o contexto de redução da vazão dos rios da Bacia do Rio São Francisco, notadamente os da Bacia do Rio Corrente. Com efeito, a Promotoria tem denunciado a permissividade do INEMA em conceder outorgas para grandes empreendimentos, de forma continuada e mediante a aplicação de critérios técnicos frágeis (KHOURY, 2018).

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Corrente, instância de gestão composta por representantes do poder público, da sociedade civil e de usuários de água, já havia se posicionado, em 2015, pelo reconhecimento da ausência de estudos balizadores das ações do referido órgão ambiental, e deliberou pela: i) elaboração do Plano de Bacia Hidrográfica para o Rio Corrente; ii) abstenção do INEMA, para autorizar novas outorgas de direito de uso de água, até a aprovação do referido Plano; iii) suspensão das outorgas concedidas após a sua deliberação; iv) revisão das outorgas concedidas para grandes empreendimentos; v) realização de um cadastramento dos usuários dos recursos hídricos na Bacia do Rio Corrente e do Aquífero do Urucuia (KHOURY, 2018).

No entanto, até o presente, o INEMA segue sem acatar a referida deliberação e os Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) pactuados com o Ministério Público Estadual (KHOURY, 2018). Do mesmo modo, apesar do aumento da sua

visibilidade dos conflitos socioambientais no conjunto da mídia nacional e da ampliação da mobilização por parte população correntinense, alarmada com essa situação, o governo da Bahia não tem cedido às cobranças pela adoção de medidas de controle das ações do agronegócio no município e, das exigências apresentadas acima, o Estado pactuou somente por proceder ao cadastramento de usuário da bacia e do aquífero mencionados (KHOURY, 2018).

Em igual sentido, no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo estadual, além de reproduzir a conduta absenteísta (BARBOSA, 2017), aliada aos interesses do agronegócio, de não adotar providências, na maior parte da esfera do poder público, e de dar continuidade à concessão de outorgas para grandes empreendimentos, o Estado passou a assumir a postura repressiva, pautada pelo discurso dominante das entidades patronais da Região Oeste e demais agremiações representativas do agronegócio nacional, de buscar a criminalização da conduta da população e grupos organizados que promoveram ações diretas em defesa das águas e do cerrado (KHOURY, 2018).

Assim é que, a título de exemplo, no episódio da manifestação de ribeirinhos, ocorrida no dia 02 de novembro de 2017, na Fazenda Igarashi, em Correntina, a Comissão de Agricultura na Assembleia Legislativa e o Governo do estado da Bahia legitimaram uma resposta de uso dos aparelhos do Estado a serviço da repressão e criminalização aos grupos que se contrapõem à utilização indiscriminada da água do Rio Arrojado por empresas privadas ligadas ao agronegócio (KHOURY, 2018).

No início de 2019, em um evento que contou com a presença de uma representante do Coletivo de Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto de Correntina, uma entrevistada afirmou que as comunidades não podem contar com o poder público, que se nega a se reunir com o grupo e tratar das suas demandas por regularização dos territórios tradicionais e sobre a apropriação da água pelo agronegócio:

Com o poder público, a gente não pode contar. Porque o delegado da cidade não tá com o trabalhador. O trabalhador não registra B.O., mas o fazendeiro vem e registra. O prefeito vai na comunidade durante o dia, mas à noite está com os fazendeiros. Advogados a gente nem fala, que estão com os dois. Os dois são clientes, tanto o trabalhador quanto os grileiros. Eu faço referência aos da nossa cidade. E, enfim, o governo do estado não senta com a gente pra poder conversar. A gente vem pedindo isso há tempos, mas nós não conseguimos. Mas, assim, a gente sabe hoje, que em 08 de janeiro o vice governador estava na cidade com o prefeito. E aí, como a

cidade recebe uma visita dessa? Algo tem. E aí, a única coisa que a gente tem que fazer é contar com a força da comunidade.

Por último, de acordo com o relato dos participantes da oficina, a posição do poder público de Correntina é de não intervenção nos conflitos por terra e por água no município, destacando e que recentemente foi criada a Central de Abastecimento da Agricultura Familiar, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, com a política de estreitar as relações dos grandes empreendimentos do agronegócio e os produtores da agricultura familiar no município, através da venda dos seus produtos para clientes que incluem a Fazenda Xingu, para o abastecimento e alimentação de seus empregados.

Os relatos exemplificam o fenômeno que ocorre no contexto neoliberal, de impulsionamento da política de conciliação de interesses de classes se sobrepondo ao tratamento dos conflitos socioambientais e fundiários, erigidos a partir de interesses antagônicos pela apropriação das terras e das águas para diferentes modelos de produção no campo. A força da aliança hegemônica entre o Estado contemporâneo e o capital, nacional e estrangeiro pode ser, portanto, verificada como “manifesto na tríplice contradição entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 116)

A política do poder público municipal revela a omissão do Estado frente à gravidade dos conflitos entre os representantes do agronegócio, classe dominante nessa disputa, e os camponeses, que são os mais prejudicados pelos efeitos da ausência de mobilização política em torno da regularização das áreas de uso coletivo e também pela degradação ambiental na Região Oeste.

Sobre esse contexto, é possível também dizer que as próprias instituições do Estado em Correntina são espaços de disputa de hegemonia e, “constituente do modo de controle sociometabólico do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 119), vem cumprindo um papel de “comando político” em conjunção com a estrutura socioeconômica no processo de acumulação e expansão do capital no campo baiano.

## 6.2 IDENTIDADE COLETIVA: DIFERENTES PERSPECTIVAS

Ao longo da elaboração do presente diagnóstico, viu-se como é imprescindível considerar, na defesa do cerrado, as diversas manifestações culturais, costumes, narrativas de sujeitos de diferentes gerações e identidades que compõem o modo de vida da comunidade, uma vez que, para elas, “[...]os elementos naturais (relevo, hidrografia, fauna e flora) sempre foram utilizados nos processos de identificação, nomeação e reconhecimento de lugares entre as populações tradicionais” (MILAGRES, 2015, p. 98) e também porque é delas o comprometimento maior com a preservação ambiental através do desenvolvimento sustentável, pois viabilizado pelo modo de vida comunitário.

Sobre a identidade coletiva das comunidades ora tratadas, restou evidenciado que a autodefinição enquanto comunidade tradicional de fecho de pasto ou de comunidade geraizeira não está presente na fala de todas as pessoas que foram entrevistadas ou as que participaram das oficinas. Mas está presente na fala dos moradores que integram espaços políticos coletivos maiores, e assume o papel de dar visibilidade ao modo de vida camponês tradicional. Assim como a própria identidade de fundo e fecho de pasto em toda a Bahia, como já afirmado anteriormente, constituiu-se enquanto estratégia dos camponeses tradicionais em afirmar o seu modo de vida reproduzido secularmente, e também fazer o contraponto com o modelo hegemônico de produção capitalista do campo que ameaça a sua existência.

Os trabalhos anteriormente citados (ALCÂNTARA, 2009; FERRARO, 2008; OLIVEIRA, 2015; SOUZA, 2015) já trataram sobre o uso da terminologia fundo e fecho de pasto advir tanto das experiências diversas de comunidades rurais que vivem do pastoreio em áreas de uso comum na Bahia, quanto da sua generalização por técnicos que assessoravam essas comunidades. Segundo os mesmos autores, essa terminologia se generalizou mais ainda com o reconhecimento da categoria pela legislação baiana, com o crescimento da articulação política entre as comunidades e com o avanço do tratamento institucional de suas demandas.

Portanto, não se coloca em discussão a identidade coletiva dessas comunidades, ainda que elas se autoidentifiquem com as outras terminologias, anteriormente mencionadas. O foco desta análise está na identificação de

peculiaridades e potencialidades das comunidades que integram o presente trabalho, por elas próprias, no sentido de se construir uma ferramenta útil a visibilizar a defesa do modo de vida por elas protagonizado, imprescindível para a sua existência e reprodução, dada a capacidade de preservação da biodiversidade, com justiça social, pertinente também no enfrentamento da problemática da concentração e estrangeirização das terras no Brasil.

Outro desafio se constitui na perspectiva de ampliar as narrativas sobre o modo de vida comunitário também por mulheres e pela juventude, de modo que fortaleça também a defesa dos direitos pautados pelas comunidades tradicionais e na preservação socioambiental no Oeste da Bahia.

O convívio e a articulação entre as comunidades de fecho de pasto de Correntina e de municípios vizinhos também são importantes, na medida em que podem fomentar a interação e a relação de solidariedade entre as comunidades, através da troca de experiências sobre a produção, costumes, culturas, geração de renda, autonomia socioeconômica, enfrentamento da problemática de diversos tipos de violências.

Foram os próprios participantes das oficinas que apontaram a necessidade de mais união entre os moradores e uma maior disposição para se reunirem mais vezes para discutir as problemáticas da comunidade, principalmente para discutirem temas como o controle do uso da água, para que todos possam usufruir sem comprometer o córrego dos Aflitos e outras nascentes. Destacaram também que era necessário se reunirem para buscar informações de organizações parceiras sobre a escassez de água, a demanda por abastecimento e a morte de alguns córregos naquela região

Em outro sentido, o trabalho de campo permitiu observar o quanto o modo de vida dessas comunidades e, conseqüentemente, a preservação dos “gerais”<sup>83</sup> é constituído também pelos papéis desempenhados pelas mulheres nos espaços de sociabilidade (residências, associações comunitárias, igrejas, escolas), no protagonismo de práticas comunitárias, e em outras posições de referência, incluindo a reprodução da narrativa sobre a memória coletiva.

---

<sup>83</sup> Gerais, no dizer comum das populações da região Oeste da Bahia, corresponde às áreas de uso coletivo. É onde se localiza o berço das águas do rio São Francisco, que garante a sobrevivência de outras populações ao longo da Bahia, entre outros estados do Nordeste brasileiro.

Sobre o modo de vida e as condições de produção social do campo das comunidades de fundo e fechos de pasto de Correntina, foi possível observar que a água é sempre o referencial das comunidades, mas que, dentre os impactos do avanço do agronegócio na região Oeste, além da intensificação dos conflitos fundiários e da apropriação do uso da água que abastece o município, são percebidos outros impactos, tanto nos aspectos socioeconômicos, como também no ambiental e cultural<sup>84</sup>. Frisa-se, nesse contexto, o IDH do município de Correntina, que está muito abaixo da média nacional, implicado com a evasão escolar de jovens, sobretudo no período de safra e de colheita das grandes fazendas, na falta de informação, deficiência do ensino formal das escolas municipais, perda das práticas culturais que garantem a segurança e a soberania alimentar, bem como a insuficiência das ações de fomento para garantir autonomia da população para geração de renda e sustentabilidade dos seus modos de viver.

[...] eles vão levar nossa educação, vão levar nossa saúde, vão levar o nosso ambiente, vão levar as nossas águas a todo custo.

[...] Na parte cultural, por exemplo, a minha família do lado materno, todo mundo era rezadeiras, na Folia de Reis, em Lapinha... Aquelas ladainhas... Estão todos eles, tanto as mulheres quanto os homens, têm essa tradição, de fazer as promessas e as festas. Isso acabou, não tem mais hoje. [...] As crianças mesmo, do que rola lá, eles sabem tudo. A maioria dos pais deles tem essa relação de trabalho com grandes empresas, né? Na comunidade que eu trabalho, praticamente todos os pais vivem de serviços nas fazendas grandes e acabam abandonando seus terrenos, as propriedades. Vai viver nos supermercados, nas grandes indústrias e deixa as suas propriedades. Se você perguntar pra qualquer menino da minha escola 'o que você quer ser quando você crescer?', 'eu quero ser tratorista'. Esse é o maior sonho deles, ninguém quer ser médico, ninguém quer ser professor.[...] Vem sendo trabalhado neles. O agronegócio. As grandes empresas...mas eles têm noção do que é preservar, do que é destruir. Mas vem sendo plantada essa sementinha dentro da cabeça deles. Se você perguntar no Vale do Arrojado quantos rapazes têm hoje, não tem nenhum. Todos eles foram embora, outros estão trabalhando nas fazendas. Porque é a opção de emprego, pra muitos ainda, que acham que não dá pra viver de outra coisa.

Ainda na mesma entrevista, foi apontado que os jovens do município, ao completarem 18 anos, se tiverem condições financeiras, migram para os municípios

---

<sup>84</sup> Entrevista Elizete. Entrevistado 4. Entrevista realizada em 29 de julho de 2018. Entrevistadora: Lorena Nunes Aguiar. Perfil do entrevistado em apêndice C

de Goiânia, Brasília e Salvador, a fim de concluir o Ensino Médio e prosseguir em outros estágios do ensino formal. Aqueles que não têm essas condições, muitas vezes sem completar o Ensino Médio e com poucas opções de trabalho, são contratados em Brasília ou no Mato Grosso, para trabalharem, sazonalmente, no período da safra da cana de açúcar. Porque:

Se você visitar qualquer escola do município de Correntina hoje, você fica envergonhado. É caindo aos pedaços. Tem sala que não tem porta, tem sala que não tem janela. Você não tem um banheiro que as crianças podem usar. Não tem uma rampa de acesso. A minha escola hoje não recebe nenhum cadeirante. Ela não tem condição.

[...]

Falta professores na escola. [...] deveria se criar mais escolas técnicas. Por exemplo, dentro de Correntina, hoje, já deveria ter um IEF [Instituto de Educação Federal]. Correntina, hoje, tem 36 mil habitantes, se já não tiver mais. Deveria ter, pelo menos, duas ou três EFAs [escolas de famílias agrícolas]. Nós temos uma, que é tocada aí, do jeito que dá para ser tocada. Você não investe em um professor, você não investe mais no concurso público. [...] Então o estado, em si, está totalmente ausente da Região Oeste, em todos aspectos que você imaginar. Só vai investimento pro agronegócio.

Na fala da maioria das pessoas entrevistadas, é muito marcante a compreensão de que o Estado não está presente nas áreas mais básicas. Não é uma política estadual ou municipal pensada para a transformação social, para a melhoria de vida da população de Correntina. É formulada a partir de fora, de cima, almejando alcançar possíveis investidores para setores específicos da economia do município, e que finda por gerar um produto monetário de bens e serviços que não é revertido para ele mesmo. Quase nada permanece, no sentido de ser para proveito da população do próprio município.

Percebe-se que a “ausência do Estado”, para a comunidade, está em consonância com a falta interesse das entidades representativas do capital agroindustrial em prestar contas ou assumir uma responsabilidade com um modelo de desenvolvimento que prima por investir na melhoria dos serviços sociais básicos para a população dos municípios que ocupam. Do Estado, interessa tão somente o investimento financeiro e que ele se isente de fiscalizar os impactos das ações do modo de produção capitalista no campo. E, na mesma medida, uma população alheia a esse processo, sem acesso à educação e informação, desmobilizada politicamente, torna-se dependente desse modelo econômico.

Restou evidenciado por todas as pessoas envolvidas neste trabalho que as

comunidades reproduzem um modo de vida e de produção no campo, fundamentalmente, a partir da criação solta do gado, de forma coletiva e em áreas de uso comum, bem como através da coleta de frutos e plantas medicinais, agricultura de subsistência e agricultura familiar e demais atividades comerciais e não comerciais correlatas. Essa prática persiste no curso tempo, entre as famílias das comunidades, ainda que outras atividades produtivas sejam desenvolvidas por elas, porque representam a sua condição autônoma de sobrevivência e (re)existência no campo. Do mesmo modo, são repetidas por essas comunidades, há pelo menos três gerações, práticas sociais de conservação e de manejo dos bens da natureza – as árvores nativas do cerrado, as plantas medicinais, as águas, seja no leito ou nas nascentes – em razão da relação de interdependência entre essa população e as áreas que carecem de proteção ambiental, como apontado por elas próprias durante o desenvolvimento do presente estudo

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho partiu do interesse em aprofundar o estudo sobre como os diferentes grupos que representam o capital agroindustrial disputam a hegemonia do agronegócio no Oeste da Bahia e apreender suas atuais ações, tendo em vista, notadamente, sua hegemônica relação de força na configuração do Estado enquanto sociedade política.

Ao mesmo tempo, foi um dos pressupostos desta pesquisa, em continuidade ao trabalho de assessoria jurídica popular vivenciado pela pesquisadora, fortalecer o espaço de reflexão coletiva construído pelas comunidades rurais do Oeste da Bahia, em especial no município de Correntina, acerca dos impactos do avanço do agronegócio vivenciados pela população na região e dos fatores e questões relacionadas a essa conjuntura. Outro propósito almejado foi a construção de um diagnóstico para aprofundar o conhecimento dessa realidade, com destaque para a autoridade do conhecimento dos próprios sujeitos envolvidos no conflito fundiário do fecho de pasto de Porcos, Guará e Pombas.

Nesse sentido, este diagnóstico se mostra um instrumento útil para compreender as condições das comunidades do fecho de pasto em comento, quais as necessidades para o enfrentamento dos conflitos apresentados, e quais as possibilidades de fortalecer a auto-organização das comunidades e da autogestão do seu território, a partir da autodemarcação de suas áreas de fundos e fechos de pasto, com a adoção de metodologias participativas, que partem da escuta e da observação para a compreensão e engajamento com suas demandas, que estão para além da demarcação referida, mas que estão articuladas, na medida em que se relacionam com a manutenção do modo de vida comunitário.

Entre essas demandas identificadas a partir do diálogo com os moradores das comunidades e educadores sociais, pode-se destacar: os obstáculos para a permanência no campo; a necessidade de registro e preservação da memória cultural coletiva como recurso em defesa das águas e do cerrado; possíveis ações em vista do fortalecimento das narrativas individuais e coletivas pautadas pelas mulheres e pela juventude camponesa, no sentido de fortalecer o seu protagonismo, e as lutas das comunidades de fecho de pasto do Porcos Guará e Pombas, na defesa do território e preservação ambiental; reivindicação pela ampliação da

presença das agências estatais em Correntina no planejamento e articulação das políticas sociais de educação, saúde, assistência social, judiciária, juntamente com as políticas de desenvolvimento rural e urbano, segurança pública e desenvolvimento econômico; possibilidades de autogestão e geração de renda associadas à preservação ambiental e fortalecimento do bem viver.

Por conta do trabalho com a Assessoria Jurídica de comunidades que vivenciam conflitos fundiários no Oeste da Bahia desde 2014, e a partir da urgência em intervir no contexto dessa região, este trabalho permaneceu durante muitos meses identificado pela proposta de desenvolvimento da Cartografia Social, em razão da metodologia participativa que a constitui ser concretamente destinada à autodemarcação de áreas de uso coletivo pelas próprias comunidades tradicionais envolvidas. No entanto, o contexto das comunidades escolhidas para essa vivência não era do completo conhecimento da pesquisadora e, principalmente, não havia com as comunidades relações de convívio e de confiança, a ponto de fomentar um trabalho de mapeamento participativo, como se cogitou anteriormente, na ocasião da elaboração de projeto de pesquisa.

Ora, todo o trabalho para além da cartografia já seria demasiado extenso e inviável, porque seria inexecutável no curto espaço de um ano e meio – que era o tempo correspondente à pesquisa do mestrado, de forma efetiva.

As questões que envolvem a disputa pela hegemonia no Estado capitalista, a atualização das facetas da territorialização do capital no campo do Oeste da Bahia e a identificação dos seus principais representantes resultaram em um esforço de compilação e análise de seis meses – e, ainda assim, não dá conta da complexidade de todo o seu contexto. Ainda dentro desse período, foi encontrada uma gama de estudos sobre a temática, na própria região estudada, inclusive, de tal maneira que o calendário exíguo não permitiu sua análise aprofundada. Foram articulados alguns dados sobre a produção agropecuária no Oeste baiano, fatores socioeconômicos, cronologia da expansão da fronteira agrícola na região, histórico da organização coletiva, autoidentificação e afirmação da identidade coletiva e política das comunidades de fundo e fecho de pasto.

No entanto, um mapeamento participativo, dentro da perspectiva da Cartografia Social, deveria envolver a participação dos sujeitos locais em todo o processo, inclusive na deliberação de tê-lo ou não como elemento estratégico para

demarcação do território tradicional. Bem assim, todas as etapas da cartografia teriam de ser pautadas e executadas pelos próprios sujeitos. Não haveria de ser algo externo, alheio à convicção dos mesmos. Muito menos deveria ser uma imposição de um sujeito com vínculo acadêmico. Ao contrário, deveria partir de uma relação horizontal, estabelecida a partir de vivências anteriores desses sujeitos e da relação de confiança, mutualidade e colaboração entre ambos.

Assim, a pesquisadora se defrontou com as limitações de suas próprias crenças, que poderiam incorrer no desvirtuamento dos princípios da Cartografia Social, em particular, por não atender os objetivos imediatos das comunidades ou dos grupos interessados no trabalho. Contudo, a consciência dessas limitações possibilitou refletir sobre o determinismo da perspectiva salvacionista, de que a ciência e tecnologia manejadas nos espaços acadêmicos teriam o condão de salvar a humanidade e solucionar os problemas de grupos que não acessam esses espaços.

Logo, somente após as primeiras visitas de campo e realização das oficinas, foi possível perceber que o mais justo na relação com as comunidades de fecho de pasto seria não prometer muito além do que poderia efetivamente ser feito a partir dos estágios de vivência relatados anteriormente. Ao contrário, a atitude da pesquisa participante requereu o estabelecimento de uma abertura para o desconhecido e, a partir desse lugar, pôr em prática o método da observação participante, com escuta qualificada, empatia com relação às questões, comportamentos e opiniões apresentadas pelas pessoas das comunidades estudadas, no sentido de compreender mais sobre as peculiaridades do modo de vida das comunidades, seus costumes, contradições, relação com os territórios, nas diferentes perspectivas e identidades identificadas durante as vivências nas comunidades, para além das concepções apresentadas nas produções anteriores sobre a temática do modo de vida comunitário tradicional na Região Oeste da Bahia.

E assim foi feito. Com a realização da banca de qualificação deste trabalho, essa condição se confirmou. E, a partir desse momento, outras questões se apresentaram, como por exemplo, a informação do alto número de casos de violências contra as mulheres no município, o crescimento dos casos de adoecimento e óbito da população em decorrência de câncer, cujas causas

começaram a ser estudadas e debatidas há pouco tempo, por iniciativa de grupos sociais vulnerabilizados, que têm pautado os órgãos públicos locais.

Desse modo, a pesquisa passou pela reformulação de seu objetivo e o produto final, ao invés da cartografia social, resultou na elaboração do diagnóstico social participativo.

Por ora, é possível afirmar que o presente diagnóstico, construído junto com as comunidades dos fechos de pasto de Porcos, Guará e Pombas, se constitui em instrumento útil ao avanço de sua luta pela demarcação e regularização do seu território tradicional, porque articula um referencial teórico que parte da identificação de aspectos histórico-culturais, socioambientais e econômicos da região Oeste da Bahia, os sujeitos e os interesses em disputa no conflito fundiário estudado, e algumas das principais relações de poder e hegemonia entre as classes e frações de classes identificadas neste trabalho, com destaque para os elementos, culturais e simbólicos que elas defendem.

Por certo o presente trabalho adotou como referencial teórico-metodológico a compreensão gramsciana do fenômeno estatal da atual sociedade capitalista para destacar como se dá a construção da hegemonia do agronegócio no Oeste da Bahia e subsidiar a análise do conflito agrário que envolve a comunidade do fecho de pasto de Porcos, Guará e Pombas e seus antagonistas, representantes do capital agroindustrial.

Enfim, o Diagnóstico avaliou que o modelo hegemônico de produção do campo em Correntina se reproduz, desde a década de 1980, através da produção da pobreza e da exploração dos bens da natureza e da população. E os dados estatísticos apresentados evidenciaram que ele está entre os municípios do Oeste do estado que apresentam, ao mesmo tempo, a maior produção de *commodities* e PIB e os maiores níveis de pobreza e desigualdade de acesso à terra. Na Região Oeste, outros efeitos verificados dizem respeito à reconfiguração socioespacial dos municípios, articulada com esse modelo de desenvolvimento, ao forte movimento de migração da população e também aumento da pobreza no campo e na cidade.

Evidenciou-se como o estado da Bahia, em sucessivos governos, buscou consolidar o projeto neoliberal e adotou uma política econômica de atendimento às pautas apresentadas pelas agremiações do capital agroindustrial nacional e estrangeiro e, progressivamente, subsidiou fundos de investimento do agronegócio,

com o objetivo de atingir PIB's elevados no setor e *superávits* na balança comercial. Em contrapartida, como demonstraram os dados estatísticos, não houve mudança na relação de desigualdade de classes no campo baiano, particularmente na Região Oeste, em que a situação da concentração fundiária e da não identificação, demarcação e regularização das terras públicas e dos territórios tradicionais não só se manteve, como agravou os conflitos fundiários e socioambientais, com crescimento das violências no campo, inclusive o fortalecimento de milícias rurais armadas, há muito tempo identificadas como "pistolagem".

Uma vez constatado que Estado capitalista contemporâneo corresponde a um espaço de disputa entre distintos grupos sociais, e que ocorre a predominância de grupos que conseguem inscrever suas pautas nas agendas políticas desse Estado, verificou-se também que, no Oeste da Bahia, essas ações em prol da expansão do agronegócio vêm sendo articuladas, há décadas, principalmente por organizações como a AIBA e ABAPA, as quais, por sua vez, articulam-se com grupos nacionais e estrangeiros.

Diante dos alarmantes efeitos desse modelo de desenvolvimento para o meio ambiente, para o campo e, conseqüentemente, para o modo de vida comunitário, as comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto se mobilizaram em muitas frentes, através da adoção de estratégias de luta social que vão desde a afirmação de sua identidade coletiva, do investimento na judicialização dos casos de violência, degradação ambiental e grilagem de terras, como também a aprovação de uma legislação específica para tratar do seu reconhecimento institucional, garantia do modo de vida peculiar enquanto aspecto de um direito socioterritorial e efetivação de uma política de demarcação de territórios que passe pelo desenvolvimento de instrumentos comunitários e articulação de apoio de parcerias para promover a autodemarcação.

Ademais, dados qualitativos foram reunidos e analisados, como informações empíricas em campo, opiniões e proposições dos sujeitos envolvidos na elaboração do Diagnóstico, e as formas de produção que constituem as comunidades tradicionais de fecho de pasto de Porcos, Guará e Pombas.

Dados documentais das entidades patronais estabelecidas no Oeste baiano foram coletados, assim como os dados primários do Grupo de Pesquisa, notícias públicas sobre incidência política e atuação das representações do capital

agroindustrial, organizações sociais civis da assessoria de trabalhadores/as rurais e comunidades tradicionais, no município de Correntina.

Com a mediação da assessoria da CPT, foi possível estabelecer relações de confiança com os grupos das comunidades e reunir pessoas interessadas em participar da elaboração do Diagnóstico Social Participativo.

Nas oficinas de mapeamento, foram coletados debates e sugestões para produção do Diagnóstico e registradas algumas propostas para futuros trabalhos de autodemarcação do território, com vista no fortalecimento da gestão territorial autônoma das comunidades participantes e articulação de demais ações em prol da regularização dos seus territórios.

Os representantes das comunidades de Porcos, Guará e Pombas revelaram que o acesso à água e à terra são fundamentais para a manutenção do modo de vida comunitário, cujas relações são construídas através da solidariedade entre as famílias moradoras. É fundamental também que o Estado avance nas ações de discriminação das terras públicas e regularização das áreas de uso coletivo, de modo que essas comunidades possam se desenvolver e afirmar um modelo de produção que respeite o bem viver e possa fazer frente à ocupação devastadora do agronegócio, o qual degrada o meio ambiente, principalmente por intermédio da apropriação da maior parte dos incentivos direcionados para o campo ou da omissão das agências do Estado.

Todavia, as comunidades envolvidas com o presente trabalho se encontram em um processo mais recente de organização coletiva para demandar a defesa de seus direitos territoriais e identitários perante o Estado.

A avaliação das experiências recentes das atividades de assessoria aponta para a necessidade de ampliar, nas vivências com as comunidades camponesas e movimentos sociais do campo, o debate e o estudo sobre aspectos socioterritoriais das relações raciais e identidades de gênero, para além das disputas de classes, qualificando a escuta das demandas do cotidiano das e comunidades tradicionais.

Contudo, este trabalho abre caminhos para o desenvolvimento de outras pesquisas, inclusive com aplicações da Cartografia Social no âmbito do Planejamento Territorial Participativo nos modos de organização das comunidades de fundo e fecho de pasto de Correntina que tenham como objeto, por exemplo, o papel das mulheres, em sua diversidade, na defesa dos territórios tradicionais,

especificamente nas áreas de uso coletivo dos fundos e fechos de pasto. Revela-se, portanto, como referência para subsidiar ações de planejamento de uso e autogestão territorial, e servindo também como instrumento do processo de demarcação, reconhecimento territorial e atendimento de políticas públicas pelo Estado.

Como produto, a pesquisa em um mestrado profissional em planejamento territorial pode ainda possibilitar o trabalho de cartografia social, no sentido de ampliar as experiências anteriores e favorecer a autodemarcação do território tradicional dessas e de outras comunidades pastoris do Oeste da Bahia, incluindo outras demandas pautadas por elas. A partir da avaliação, pelos próprios representantes das comunidades envolvidas nesse trabalho, sobre as possibilidades deles incidirem na representação de seus interesses, também há potencialidade de produção de mais materiais audiovisuais, incluindo mais um filme documentário, de acordo, inclusive, com a proposta feita por um representante da comunidade de Brejo dos Aflitos durante a primeira oficina realizada com os moradores das comunidades do fecho de Porcos, Guará e Pombas.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. ISBN 978-85-86136-04-7.  
<[http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia\\_tematica/leitura%204/Cartografias%20Sociais%20e%20Territ%F3rio.pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia_tematica/leitura%204/Cartografias%20Sociais%20e%20Territ%F3rio.pdf)>, acesso: 04, out., 2017.
- ACSELRAD, Henri; VIÉGAS, Rodrigo N. Cartografias sociais e território. In: ACSELRAD, Henri (org.) **Cartografia Social, terra e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR, 2013.
- ACSELRAD, Henri & COLI, Luis Régis. Disputas territoriais e disputas geográficas. In: ACSELRAD, Henri (org.) **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008, p.13.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?**. Belo Horizonte -MG: Letramento: Justificando, 2018
- AGRONEGÓCIO CONDOMÍNIO CACHOEIRA DO ESTRONDO. /Administração/. **Agronegócio Estrondo**.  
<<http://www.agronegocioestrondo.com.br/administracao.html>>, acesso: 15, jun., 2018.
- ALCANTARA, Denilson M.; GERMANI, Guiomar I. **Fundo de Pasto**: um conceito em movimento. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEG. VIII. 2009. Curitiba (PR). **Anais...** Curitiba (PR): Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), 2009. CD-ROM.
- \_\_\_\_\_. As comunidades de fundo e fecho de pasto na Bahia: luta na terra e suas espacializações. In: **Revista de Geografia**. Recife, UFPE – DCG/NAPA, v. 7, nº 1, jan/abr. 2010.
- ALCANTARA, D. M. **Entre a forma espacial e a racionalidade jurídica**: comunidade de fundo de pasto da Fazenda Caldeirãozinho-Uauá/BA. 2011. 329 f. 2011. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Ascom – Prefeitura de Correntina-BA. 1º Seminário da Mulher Negra fortalece luta contra o preconceito. 22 Nov. 2018. Disponível em:  
<<https://www.correntina.ba.gov.br/noticias/educacao/1o-seminario-da-mulher-negra-fortalece-luta-contr-o-preconceito-em-correntina/>>. Acesso em: 07 Fev.2019.
- ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS DA BAHIA (AATR); COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) CENTRO OESTE DA BAHIA – NÚCLEO DE BOM JESUS DA LAPA. /Nota Pública: Conflitos nos Fechos de

Pasto de Correntina: uma realidade histórica que clama por justiça!/**Racismo Ambiental**. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2018/04/27/nota-publica-conflitos-nos-fechos-de-pasto-de-correntina-uma-realidade-historica-que-clama-por-justica/>>, em 25 de abr. 2018. Acesso em: 13 de jun. 2018.

ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS;  
10ENVOLVIMENTO. /Comunidades geraiseiras na Bahia obtém decisão judicial contra a Fazenda Estrondo/. **Sem cerrado, sem água, sem vida**. <<http://semcerrado.org.br/campanha/comunidades-geraiseiras-na-bahia-obtem-decisao-judicial-contr-a-fazenda-estrondo/>>. 21, jun., 2017, acesso: 16, jun., 2018.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. **Correntina tem primeira nascente de rio recuperada por projeto dos agricultores do oeste da Bahia**. Disponível em: <<http://aiba.org.br/noticias/correntina-tem-primeira-nascente-de-rio-recuperada-por-projeto-dos-agricultores-do-oeste-da-bahia/>>. Publicado em: 19.jul.2018 / Acesso em: 24.jan.2018.

ARAÚJO, 22 de maio de 2014. Racismo Ambiental. “Movimento fora Mizote” impede mais uma vez Audiência Pública na Bahia. <<https://acervo.racismoambiental.net.br/2014/05/22/movimento-fora-mizote-impede-mais-uma-vez-audiencia-publica-na-bahia/>>. Acesso em 22.jan.2019.

BAHIA. **Lei estadual nº. 12.910, de 11 de outubro de 2013**. Dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por comunidades remanescentes de quilombos e por fundos de pastos ou fechos de pastos e dá outras providências. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-12910-2013-bahia-dispoe-sobre-a-regularizacao-fundiaria-de-terras-publicas-estaduais-rurais-e-devolutas-ocupadas-tradicionalmente-por-comunidades-remanescentes-de-quilombos-e-por-fundos-de-pastos-ou-fechos-de-pastos-e-da-outras-providencias>>. Acesso em 07 jun.2018.

BAHIA. **Decreto nº 15.634, de 6 de novembro de 2014**. Institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, altera o Decreto nº 13.247, de 30 de agosto de 2011, e dá outras providências.

BAHIA, **Decreto nº 17.471 de 08 de março de 2017**. Altera a competência para certificação de reconhecimento de Comunidades de Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos, e dá outras providências.

BAHIA FARM SHOW. A feira/. **Bahia Farm Show**. Luís Eduardo Magalhães (Ba). <<http://bahiafarmshow.com.br/a-feira/>>, acesso: 07, jun., 2018.

BARBOSA, Altair S. **A transposição e a morte do Rio São Francisco**. Revista IHU On-line. Entrevista concedida a: Patricia Fachin. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/565849-transposicao-levara-a-morte-do-rio-sao-francisco-entrevista-especial-com-altair-sales-barbosa>>. 17.

mar.2017. Acesso em 30.mar.2019.

\_\_\_\_\_. **O cerrado é a caixa d'água da América do Sul.** A Tarde. Salvador. Revista Muito. Entrevista concedida a: Tatiana Mendonça. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/muito/noticias/1854286-o-cerrado-e-a-caixa-da-gua-da-america-do-sul>>. 17. abr.2017. Acesso em 30.mar.2019.

BERRIEL, Maycon C. e tal. **A Geopolítica do patronato rural no parlamento brasileiro:** uma análise da Bancada Ruralista., Universidade Federal Fluminense, 2009. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomicas/Geopolitica/29.pdf>>. Acesso em 23 ago. 2018.

BRASIL, OXFAM. **Terra, Poder e Desigualdade na América Latina.** São Paulo: Oxfam Brasil, 2016b. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/publicacao/relatorioexecutivo-terra-poder-e-desigualdade-na-america-latina/>>. Acesso em, 20 jan. 2017.

BRUNO, Regina. Ângela Landim. **Com a boca torta pelo uso do cachimbo. Estado e empresários agroindustriais no Brasil.** In: Luiz Flavio Carvalho Costa; Geroges Flexor; Raimundo Santos. (Org.). Mundo Rural Brasileiro. Ensaios Interdisciplinares.1ed. Rio de Janeiro: Mauad X e EDUR/UFRRJ, 2008, v. 1, p. 271-284.

BUSATO, Júlio César. /Preservar o meio ambiente dá lucro/. **Associação Baiana de Produtores de Algodão (ABAPA).** <<http://abapa.com.br/mais-noticias/preservar-o-meio-ambiente-da-lucro-julio-busato/>>, acesso: 24.04.2018.

CANUTO, A.; SILVA LUZ, Cássia R.; ANDRADE, Thiago V. P. (Coords.). **Conflitos no campo Brasil 2015.** Comissão Pastoral da Terra. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2013.

CANUTO, A.; SILVA LUZ, Cássia R.; ANDRADE, Thiago V. P. (Coords.). **Conflitos no campo Brasil 2015.** Comissão Pastoral da Terra. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2015.

CARVALHO, Franklin Plesmmann de. **Fundos de pasto:** organização política e território. Salvador, 2008. 169f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2008.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA e al. **Conflitos no Campo – Brasil 2017** [Coordenação: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto]. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2017. ISSN 1676-661X

COMUNICAÇÃO IRPAA. /Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto tem até 2018 para se auto-reconhecerem/. **IRPAA.** 2015. Disponível em: <<http://www.irpaa.org/noticias/1119/comunidades-de-fundo-e-fecho-de-pasto-tem-ate-2018-para-se-auto-reconhecerem>>. Acesso em 01 set. 2017.

COMUNICAÇÃO CPT JUAZEIRO, COMUNICAÇÃO DO IRPAA. Prazo para autorreconhecimento de Comunidades Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto é debatido em Juazeiro. **IRPAA**. 2018. Disponível em: <<https://irpaa.org/2018/07/16/prazo-para-autorreconhecimento-de-comunidades-tradicionais-de-fundo-e-fecho-de-pasto-e-debatido-em-juazeiro/>>. Acesso em 16 jul. 2018

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). /CNA lamenta ações de vandalismo ocorridas em propriedade rural de Correntina (BA)/. CNABrasil. Disponível em: <<http://www.cnabrazil.org.br/notas-oficiais/cna-lamenta-acoes-de-vandalismo-ocorridas-em-propriedade-rural-de-correntina-ba>>. Acesso em: 20 de junho.2018.

CUNHA, Tássio B. **Do processo global do capital, à dinâmica territorial expansiva da fronteira agrícola no oeste da Bahia**. Revista Pegada – vol. 17 n.2. p. 269-298. Dezembro/2016. Acesso em 1.12.2018.

BALSAN, Rosane. IMPACTOS DECORRENTES DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA1. **Revista Campo-Território**, v. 1, n. 2, 2006.

BITTENCOURT, Mário. /Após 20 anos de irrigação intensiva, nascentes de rios do Oeste serão recuperadas/. **Correio24horas**. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/apos-20-anos-de-irrigacao-intensiva-nascentes-de-rios-do-oeste-serao-recuperadas/>>. Acesso em 24 de abr.2018.

BITTENCOURT, Mário. /Prejuízos de invasão de fazenda em Correntina chegam a R\$ 50 milhões, segundo a polícia/. **Correio24horas**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/batv/videos/v/prejuizos-de-invasao-de-fazenda-em-correntina-chegam-a-r-50-milhoes-segundo-a-policia/6299495/>>. Acesso em 19 de jun. 2018.

CHAGAS, Samuel Britto das; PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **Os pivôs da discórdia e a digna raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina – BA**. Documento de trabalho inédito, 2018. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1OrQYAUuDicWFw7KahytxU3OkK8msetB7/view>>. Acesso em: 22.mar.2019.

CHAUÍ, Marilena. De alianças, atrasos e intelectuais. **Folha de São Paulo**, v. 24, p. 8-9, 1994. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/4/24/mais!/19.html>>. 24 abr.1994. Acesso em 24 abr.2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Pistoleiros da Fazenda Estrondo abrem fogo contra Geraizeiros em Formosa do Rio Preto (BA)**. Disponível em:<<https://cptnacional.org.br/2019/02/04/pistoleiros-da-fazenda-estrondo-abrem-fogo-contra-geraizeiros-em-formosa-do-rio-preto-ba/>>. 4 jun. 2019. Acesso em: 4jun. 2019.

CRUZ NETO, Otávio, O trabalho de campo como descoberta e criação. In: DESLANDES, Suely. F.; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de S. (Orgs.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 51-66, 2002.

CUNHA, Tássio Barreto. **Do oculto ao visível: terra-água-trabalho e o conglomerado territorial do agrohidronegócio no Oeste da Bahia**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2017. 453 f.: il.

DA SILVA, Marcio Antônio Both **da Silva. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar**. **Revista Brasileira de História**, 2015, vol. 35, n. 70, pp. 87-107. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70014>>. Acesso em 19 jan.2018.

DELGADO, Guilherme C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. Icóne Unicamp: São Paulo, 1985.

\_\_\_\_\_. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. In: **Estudos Avançados**. vol.15 n.43. São Paulo (SP), Set/Dec. 2001. ISSN 1806-9592. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9829>>. Acesso em: 20.dez.2017

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

DIAMANTINO, Pedro T. **Desde de o arraial da aurora que tonteia”**: caminhos e descaminhos da trajetória sócio-jurídica das comunidades de Fundos de Pasto pelo reconhecimento de seus direitos territoriais. 2007. 143f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Direito. Faculdade de Direito da Universidade de Brasília: Brasília (DF), 2007.

ENCICLOPÉDIA CATÓLICA POPULAR. Disponível em: <<http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/>>, acesso em 19.jan.2018.

ENCOMENDADEIRAS de almas de Correntina. Direção: Liloye Boubli; Autor: Produzido por TV Senado; Brasília, 2005. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rDyBPjTUCOQ>>. Acesso em 11 jan.2019.

ENTIDADES baianas repudiam vandalismo em propriedades rurais de Correntina. Bahia: Central das Notícias, 2017. Apresenta informações sobre a nota de repúdio emitida pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Disponível em: <<http://bahiaeconomica.com.br/noticia/158678,entidades-baianas-repudiam-vandalismo-em-propriedades-rurais-de-correntina.html>>. Acesso em 20 de fev. 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas** / tradução de Renato da Silveira . - Salvador : EDUFBA, 2008. p. 194. ISBN 978-85-232-0483-9  
Tradução de: Peau noire, masques blancs.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. 2v. Tese (Livre-docência) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/106708>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

FERRARO JÚNIOR, Luiz A. **Entre a invenção da tradição e a imaginação da sociedade sustentável: estudo de caso dos fundos de pasto na Bahia**. 2008. 484 f. Tese (Doutorado). Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável – Política e Gestão Ambiental – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília: Brasília (DF), 2008.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Fundo de Pasto: um projeto de vida sertanejo**. Governo do Estado da Bahia, 1987.

GASPAR, Márcia Tereza Pantoja. **Sistema Aquífero Urucuia: caracterização regional e propostas de gestão**. 2006. 204 f. Tese de Doutorado em Geologia. Instituto de Geociências da Universidade de Brasília: Brasília (DF), 2006.

GASPAR, Márcia T. P.; CAMPOS, José E. G. (2007). **O sistema aquífero Urucuia**. Revista Brasileira de Geociências, 37 (4 - suplemento): 216-226

GEOGRAFAR, Geografia dos Assentamentos na Área Rural. Mapa de Espacialização da concentração fundiária, índice de Gíni Bahia – 2006. Disponível em: <http://www.geografar.ufba.br/site/main.php?page=pagina&id=12> (acessado em 11/12/2018).

GEOGRAFAR, Geografia dos Assentamentos na Área Rural. Mapa de Espacialização da concentração fundiária, índice de Gíni Bahia – 2011. Disponível em: <http://www.geografar.ufba.br/site/main.php?page=pagina&id=12> (acessado em 11/12/2018).

GERAIS, Minas. Secretaria de Estado De Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais. **Bovinocultura leite e corte. Belo Horizonte: SEAPA**, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008.

GOMES, Orlando. **Direitos reais**. 19ª. Ed. Atualizada por Luiz Edson Fachin. Rio de Janeiro: Forense, 2008. ISBN: 978-85-309-2522-2.

GOMES, Tatiana E. D. **Entre o espaço vivido e o espaço explorado: a exploração mineral em uma área de uso comum na caatinga de Juazeiro (BA)**. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

GORAYEB, Adryane; MEIRELES, Jeovah. Cartografia social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos. **Rede Mobilizadores**, 9 fev. 2014. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/coep/Publico/consultarConteudoGrupo.aspx?TP=V&CODIGO=C20142610482831>>. Acesso em: 28 de set.2017.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v. 2. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_, A. **Cadernos do Cárcere**. v. 3. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUERRA e paz nos serões dos gerais. Autor: Leandro Caetano; Produzido por Dominique Faislon, Érica Neves, Izabel Virgínia e Terezinha caetano. Correntina, 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=spxEo8-CSUo>>. Acesso em 01.Fev.2019.

HAESBAERT, Rogério. **Gaúchos” e baianos no “novo” Nordeste**: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 367-418, 1996.

\_\_\_\_\_. 2004. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HERMES, Miriam. Defesa pede habeas corpus para lavradores presos no oeste. **Jornal A Tarde**. <https://atarde.uol.com.br/esportes/vitoria/noticias/1846557-defesa-pede-habeas-corpus-para-lavradores-presos-no-oeste>>. Acesso:14, jun., 2018.

HORITA. Disponível em: <http://horita.com.br/>>. Acesso em 15 de jun. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). /Livro branco da grilagem/. **INCRA**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/servicos/publicacoes/livros-revistas-e-cartilhas/file/485-livro-branco-da-grilagem-de-terras>>. Acesso em 15 de jun.2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico**: área e população, 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=290930>>. Acesso em 20.dez.2017.

\_\_\_\_\_. **Panorama do Município de Correntina**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/correntina/panorama>>. Acesso em 20.dez.2017.

KHOURY, Luciana Espinheira da Costa. **A governança das águas na bacia do Rio São Francisco, em território baiano, sob a perspectiva da justiça ambiental**. 2018. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28226/1/LUCIANA%20ESPINHEIRA%20DA%20COSTA%20KHOURY.pdf>>. Acesso em 05 mar. 2019.

LAZZERI, Thais. /Estrondo: a imposição da força do agronegócio na Bahia/. **Racismo Ambiental**. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2017/12/16/estrondo-a-imposicao-da-forca-do-agronegocio-na-bahia/>>, em 16 de dez. 2017. Acesso em: 17 de dez. 2017.

LAGE. Creuza, et al. Aspectos da vulnerabilidade ambiental na Bacia do Rio Corrente-BA. **GeoTextos**, vol. 4, n. 1 e 2, 2008. 11-36. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1478/1/2407.pdf>>. Acesso em 26 jan. 2018.

LIMA, R. C. **Pequena história territorial do Brasil**: sesmarias e terras devolutas. Goiânia: UFG, 2002.

LIMA, Vanderlei R. Comunidades tradicionais de fundos de pasto na defesa pelos direitos territoriais: o que esperar da lei 12.910/2013? In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. XXIII, 2016. Universidade Federal de Sergipe - Campus Prof. José Aloisio de Campos. São Cristóvão, SE. **Anais...** ENGA: São Cristóvão/SE, 2016. Disponível em: <<http://enga.com.br/anais/index.php>>. Acesso em: 20 de dez.2017.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984

MACSWAN, Angus. **Blairo Maggi é premiado com "Motosserra de Ouro" do Greenpeace**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultnot/2005/06/20/ult1928u1185.jhtm>>. acesso em 12.12.2018.

MAIOR usina de algodão da América Latina é inaugurada. Notícias Agrícolas. 2008. Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/algodao/34308-maior-usina-de-algodao-da-america-latina-e-inaugurada.html#.WyHbulpKjIV>>. Acesso em: 14 de jun. 2018.

MARQUES, Maria Inez M. A Questão agrária hoje e os desafios do governo Lula, p. 37-54. In: AGRÁRIA. **Revista do Laboratório de Geografia Agrária** – DG/FFLCH/USP. Semestral. São Paulo (SP), FFLCH/USP: 2004. ISSN 1808-1150. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/74/72>>. Acesso em: 20 de dez.2017.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010 (288p.)

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária** – o impossível diálogo sobre a História possível. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000)

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 2. ed. Lisboa: Editorial “Avante!”, 1997.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **História: pensar & fazer**. Niterói, LDH-UFF, 1998, p. 13-32.

\_\_\_\_\_. O Patronato Rural Brasileiro na atualidade: dois estudos de caso. **Anuário do Centro de Estudios Históricos “Prof. Carlos S. A. Segreti”**. Córdoba (Argentina), ano 8, nº 8, 2008, 139-159. In: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3740442.pdf>>. Acesso em 22.08.2016.

\_\_\_\_\_. Agronomia, agrônomos e política no Brasil (1930-1961). **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 3, n. 2, p. 126-141, 2010.

\_\_\_\_\_. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. In: **Revista Marx e o Marxismo**. v.2, nº 2, jan/jul. Niterói: UFF, 2014.

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. Tradução de Georg Toscheff. São Paulo: Ensaio, 1989.

\_\_\_\_\_. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Cezar e Sérgio Lessa. - 1ª. edição revista - São Paulo: Boitempo, 2011.

MILAGRES, Cleiton S. F. **O Uso da Cartografia Social e das técnicas participativas no ordenamento territorial em projetos de Reforma Agrária**. 2011. 114f. Dissertação (Mestrado). Pós Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa-MG: Viçosa (MG), 2011.

MINAYO, Cecília de Souza (org); DESLANDES, Suelly Ferreira; ROMEU GOMES, Maria. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/brasil-mira-fatia-de-10-do-agronegocio-mundial>> Acesso em 12.12.2018

MIRANDA, Avelino Fernandes de. **Tradicionalismo e modernização**. Goiânia: Editora UCG, 2000.

\_\_\_\_\_. **A época de ouro do Corrente: tempos (re)construídos**. Goiânia: Editora UCG, 2002.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Da migração sulista ao novo arranjo territorial no Oeste Baiano:** " territorialização" do capital no campo e paradoxos na configuração da cidade do agronegócio. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 5, n. 10, 2010

MONTEIRO, Raul. /Rui e um deputado contra a invasão em Correntina/. **Política Livre**. Disponível em: <<http://www.politicalivre.com.br/2017/11/rui-e-um-deputado-contr-a-invasao-em-correntina-por-raul-monteiro/>>, em 09 de nov. 2017. Acesso em: 20 de fev.2018.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **A questão agrária no Brasil (1961-1964):** uma arena de luta de classe e intraclasse. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

NOTA do governo da BA mostra que fazenda Igarashi está dentro da lei. Notícias Agrícolas, 2017. Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/202366-nota-do-governo-da-ba-mostra-que-fazenda-igarashi-esta-dentro-da-lei.html#.WouUHKjwblU>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

O LEVANTE dos ribeirinhos. Direção executiva: Lilian Tahan; Produzido por Metrôploes; Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iWekHStgbEU>>. Disponível em 01.Jul.2018. Acesso em 01.fev.2019.

OIT. **Convenção Internacional nº 169 da OIT, 1989**. Ratificada pelo Brasil em 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A fronteira amazônica mato-grossense:** grilagem, corrupção e violência. São Paulo: Iandé Editorial, 2016, 530 p.

\_\_\_\_\_. **A longa marcha do campesinato brasileiro:** movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. Estudos Avançados. São Paulo: USP, v. 15, n. 43, p. 185-206. set-dez. 2001.

\_\_\_\_\_. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016, 545p.

\_\_\_\_\_. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. **Modo de Produção Capitalista,**

**Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Mirna Silva. **Na trincheira dos direitos:** a luta das comunidades de Fecho e Fundo de Pasto de Salobro e Jacurutu pela defesa de seus modos de vida frente à grilagem de terras devolutas no oeste da Bahia. 2014. 150f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. UFRRJ: Rio de Janeiro, 2014.

PRAGER, Alicia; MILHORANCE, Flávia. /De arma na cintura, agronegócio tenta expulsar comunidades tradicionais do cerrado/. **The Intercept Brasil**. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/03/22/agronegocio-expulsar-comunidades-tradicionais-cerrado/>>, em 19 de mar. 2018. Acesso em: 14 de jun. 2018.

\_\_\_\_\_. /Captação de água por grandes empresas compromete rios do cerrado/. **The Intercept Brasil**. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/03/19/rios-secos-cerrado/>>, em 19 de mar. 2018. acesso em 19.06.2018.

PROCREARE. PECUÁRIA EXTENSIVA E INTENSIVA. Disponível em: <<http://procreare.com.br/pecuaria-extensiva-e-intensiva/>>, em 9.nov.2016. Acesso em: 17.fev.2018.

PRODUTORES do oeste baiano pedem socorro à Força Nacional. O Antagonista, 2017. Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/politica-economia/202344-produtores-do-oeste-baiano-pedem-socorro-a-forca-nacional-em-o-antagonista.html#.WouUjqjwblU>>. Acesso em 20 de fev.2018.

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005. Disponível em: <[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf)>. Acesso em: 05 de fev.2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993

REDAÇÃO. /Ditadura Militar e corrupção: os crimes que precisam ser investigados/. **Revista Fórum**. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/mariafro/2014/11/24/ditadura-militar-e-corrupcao-os-crimes-que-precisam-ser-investigados/>>, em 24 de nov. 2014. Acesso em: 15 de jun.2018.

REIMBERG, Mauricio. /Fazenda Estrondo coleciona crimes trabalhistas e ambientais/. **Repórter Brasil**. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2009/11/fazenda-estrondo-coleciona-crimes-trabalhistas-e-ambientais/>>, em 26 de nov. 2009. Acesso em: 16 de jun. 2018.

REIS, L. da S. **Mapeamento Ambiental do Oeste Baiano com base em Indicadores de Processos de Desertificação** - (Relatório de pesquisa) –

Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. **Terras devolutas e latifúndio**. In: Economia e Sociedade, Campinas, (6): 197-99, jun. 1996. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643194/10738>>. Acesso em 13.02.2019.

SANO, Edson Eyji et al. Fronteira agrícola do oeste baiano: considerações sobre os aspectos temporais e ambientais. **Geociências (São Paulo)**, v. 30, n. 3, p. 479-489, 2011. Disponível em: <<http://ppegeo.igc.usp.br/index.php/GEOSP/article/view/7189>>. Acesso em: 26 jan.2018.

SANTANA FILHO, Diosmar Marcelino de. **A geopolítica do Estado e o território quilombola no século XXI**. 1. ed. - Jundiaí, SP: Paco, 2018.

SANTOS, Cirlene Jeane S. e; GERMANI, Guiomar Inez. Luta pela terra e identidade camponesa do fundo/fecho de pasto aos assentamentos rurais. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. 10. 2005. **Anais...** Universidade de São Paulo: São Paulo (SP): 20 a 26. Mar. 2005.

SANTOS, Clóvis C. M. **Oeste da Bahia: modernização com (des)articulação econômica e social de uma região**. 2007. 241f. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA: Salvador, 2007.

\_\_\_\_\_. **O espírito do capitalismo na ocupação dos cerrados brasileiros nos estados da Bahia e do Piauí**. GOT, n.º 8 – Revista de Geografia e Ordenamento do Território. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território: dezembro de 2015. p.229-253, dx.doi.org/10.17127/got/2015.8.012. ISSN: 2182-1267.

SANTOS, Luciana Almeida. **Cartografia social da paisagem cultural do município de Iraquara-BA: subsídios para o planejamento territorial participativo**. Produção Técnica (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial – PLANTERR/UEFS, 2015 – Feira de Santana, 2015. 183 f.: il.

SEVÁ, Janaína Tude. **Classes patronais rurais e conflitos sociais: um estudo sobre as ações das organizações patronais rurais frente à questão ambiental**. 2008. 135f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. UFRRJ: Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. **A mão que afaga é a mesma que apedreja: preservando a natureza que é possível! Propriedade da terra, classes dominantes e representação política no Brasil contemporâneo – a reforma do Código Florestal Brasileiro de 1965**. 207f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-

Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura E Sociedade (CPDA). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais: Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, v. 16, 1993.

SOUZA, Maria José A. de. **Terra rodeada de leis e as disputas no campo**: processos judiciais e conflitos agrários envolvendo as comunidades de fundos de pasto de Jabuticaba e Areia Grande - BA. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito) – 175 f. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

SOUZA SOBRINHO, José de Sousa. (2006). **Brejos da Barra-BA**: comunidades camponesas no processo de des-envolvimento no Vale do São Francisco. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP: São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **O camponês geraizeiro no Oeste da Bahia**: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra. 2012. 436f. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP: São Paulo, 2012.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2002**. Salvador: SEI, 2003. 2v (Série estudos e pesquisas, 60). ISBN 85-85976-43-8. Disponível em: <[https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/sep/sep\\_60\\_vol2.pdf](https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/sep/sep_60_vol2.pdf)>. Acesso em: 21.mar.2019.

TEIXEIRA, Gerson. Novo Código Florestal na estrutura agrária brasileira. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/10733/>>. 28.set.2012. Acesso em: 23.mar.2019.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra**. 2. ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TORRES, Paulo R. **Terra e territorialidade das áreas de fundos de pastos do semiárido baiano 1980-2010**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2013.

VIANNA, Aurélio. Apresentação. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. ISBN 978-85-86136-04-7. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia\\_tematica/leitura%204/Cartografias%20Sociais%20e%20Territ%F3rio.pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia_tematica/leitura%204/Cartografias%20Sociais%20e%20Territ%F3rio.pdf)>. Acesso em: 04.10.2017.

## LEGISLAÇÃO

BAHIA. **Constituição do Estado da Bahia (1989)**. Texto constitucional de 5 de

outubro de 1989, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 01/1990 a 08/2000. Salvador: EGBA, 1999, 189p. disponível em: <http://www.uneb.br/pgdp/files/2010/07/Constitui%C3%A7%C3%A3o-do-Estado-da-Bahia.pdf>, acesso: 11, jul., 2018.

BAHIA. **Lei nº 12.910, de 11 de outubro de 2013.** Dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades Remanescentes de Quilombos e por Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos e dá outras providências. Disponível em <http://www.cpis.org.br/html/leis/page.aspx?LeiID=432>. Acesso em: 23 ago. de 2018.

BRASIL, **Decreto n. 6.040 de 07 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2007

\_\_\_\_\_, **Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015.** Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2015

## ANEXOS

### **Anexo A – Lista da atual gestão da Associação de Irrigantes da Bahia (AIBA)**

---

---

#### Diretoria

Presidente – Celestino Zanella

1ª Vice-Presidente – Luiz Antônio Pradella

2º Vice-Presidente – David Marcelino Almeida Schmidt

Diretor Administrativo -Valter Gatto

Vice Diretor Administrativo – Felipe Francisco Faccioni

Diretor Financeiro – Marcelino Flores de Oliveira

Vice Diretor Financeiro – Jarbas Bergamaschi

#### Conselho Fiscal

Titular Fabrício Rosso Pacheco

Titular Ricardo Ferrigno Teixeira

Titular Hélio Hoppe

Suplente Martin Dowich

Suplente Eduardo de Camargo Faccioni

Suplente Romeu César Carvalho

#### Conselho Técnico

Presidente do Conselho Landino José Dutkevics

Conselheiro Antônio Grespan

Conselheiro José Claudio de Oliveira

Conselheiro Orestes Mandelli

Conselheiro Pedro Matana

Conselheiro Raimundo Santos

#### Conselho Consultivo

Humberto Santa Cruz Filho

João Carlos Jacobsen Rodrigues

Walter Yukio Horita

Júlio César Busato

#### Conselheiros Convidados

Celestino Zanella

Marcelino Flores

Luís Carlos Bergamaschi

Osvino Fábio Ricardi

Douglas Alexandre Radoll

#### Delegados Regionais

Coaceral – Formosa do RP – Adilson Heidi Sujuki

Garganta – Formosa do RP – Theodoro Zimmermann

Placas – Barreiras – Daniel Gatto

Estrada do Café – Barreiras – Francisco Burg

Linha do Ouro – Riachão das Neves

Rio de Ondas – Barreiras – Irineu Viccini

Bela Vista – Luís E. Magalhães

Novo Paraná – Luís Ed. Magalhães – Adelar Cappellesso  
Paraíso – São Desidério – Marcelo Leomar Kappes  
Roda Velha – São Desidério – Célio Zuttion  
Antas – Correntina – Clóvis Ceolin  
Rosário – Correntina  
Pratudão – Jaborandi – Anderson Toniazzo  
Veredas – Jaborandi – Renato Somavilla  
Cascudeiro – Baianópolis – Eleide Timm / Romeu  
Estrutura Executiva;  
Diretor Executivo – Carlos Henrique dos Santos  
Diretor de Águas e Irrigação – José Cisino  
Diretora de Meio Ambiente – Alessandra Chaves  
Superintendente do Instituto Aiba – Helmuth Kieckhofer  
Assessora da Presidência – Rosi Cerrato  
Assessor de Agronegócio – Luiz Stahlke  
Assessor Jurídico – Olegário Macedo  
Gerente Administrativa – Veridiane Carvalho  
Gerente Financeiro – Luciene Brinquedo  
Analista de Projetos – Larissa Bastos  
Assessora de Comunicação – Catiane Magalhães  
Assistente de Comunicação – Ana Caroline Tavares  
Auxiliar Administrativa – Mayara Schneider  
Auxiliar Administrativa – Ana Felívia  
Auxiliar Administrativa – Alessia Oliveira  
Técnico de Informática – Glauber Souza  
Coordenadora do Fundesis – Makena Thomé  
Secretária – Escritório Aiba L.E.M – Irani de Almeida  
Contador – Elio Engelman  
Assistente Financeiro – Ivania Vital  
Coordenador de Serviços Gerais BFS – Edmilson Figueredo  
Analista Financeira BFS – Regiane Oliveira  
Analista Ambiental – Samuel Leite  
Analista Ambiental – Eneas Porto  
Analista Ambiental – Glauciana de Araújo  
Classificador de Grãos – Vinicius Sampaio  
Auxiliar técnica administrativa – Ellem Alves  
Analista de projetos – Natalie Ribeiro  
Trainee Bióloga – Mariana Vieira  
Serviços gerais BFS – Paulo dos Santos  
Copeira – Maria Perpétua  
Motorista – Carlos Lima

---

---

Fonte: AIBA, 2018

---

**Anexo B: Lista do Conselho diretor do FUNDEAGRO eleito para o biênio 2017/18**

|                         |                                 |               |                |
|-------------------------|---------------------------------|---------------|----------------|
| <b>CONSELHO DIRETOR</b> | Júlio César Busato              | Presidente    | AIBA           |
|                         | Celito Eduardo Breda            | Secretário    | AGROLEM        |
|                         | Zirlene Luzia Dias Pinheiro     | 1º Tesoureiro | Fundação Bahia |
|                         | Celestino Zanella               | 2º Tesoureiro | ABAPA          |
| <b>CONSELHO FISCAL</b>  | Guilherme de Castro Lino Bonfim | 1º Titular    | SEAGRI         |
|                         | Armando Sá Nascimento Filho     | 2º Titular    | ADAB           |
|                         | Liv Soares Severino             | 3º Titular    | EMBRAPA        |
|                         | Mauro Di Domênico               | 1º Suplente   | AIBA           |
|                         | David Marcelino Almeida Schmidt | 2º Suplente   | ABAPA          |
|                         | Marcelo Libório Fraga Lima      | 3º Suplente   | SEAGRI         |

Fonte: FUNDEAGRO, 2018

**Anexo C – Conselho diretor do PRODEAGRO eleito para o biênio 2017/18**

|                         |                               |             |                |
|-------------------------|-------------------------------|-------------|----------------|
| <b>Conselho Diretor</b> | Celestino Zanella             | Presidente  | ABAPA          |
|                         | Júlio César Busato            | Secretário  | AIBA           |
|                         | Ademar Antonio Marçal         | Tesoureiro  | Fundação Bahia |
|                         | Douglas Alesxandre Radoll     |             |                |
| <b>Conselho Fiscal</b>  | Clóvis Ceolin                 | 1º Titular  | ABAPA          |
|                         | Paulo Jorge Carvalho Santos   | 2º Titular  | Fundação Bahia |
|                         | João Antonio Gorgen           | 3º Titular  | SEINFRA        |
|                         | Célio Zuttion                 | 1º Suplente | ABAPA          |
|                         | Lamberto Juarez Rocha Batista | 2º Suplente | Fundação Bahia |
|                         |                               | 3º Suplente | SEINFRA        |
|                         |                               |             |                |

Fonte: PRODEAGRO, 2017

## Anexo C - Trechos da entrevista exibida durante a oficina

JB – [...] Foi uma ação inimaginável. Principalmente porque não se trata nada de movimento social. Não se trata nada de grupos que estão preocupados com os rios ou esse tipo de coisa. Porque essa propriedade, essa fazenda tinha uma outorga que autoriza retirar água do rio. Essa outorga, ela é fornecida pelo INEMA, que é o órgão estadual que tem competência pra isso. A vazão do Rio Arrojado naquele ponto é média de 22m<sup>3</sup>/segundo. E o produtor, ele recebeu uma outorga de 2,5m<sup>3</sup>/segundo. Ou seja, 12% da capacidade do rio, que, legalmente, ele teria a autorização pra 20%. Então, quer dizer, a questão não é o rio, a questão não é a água, foi um ato de vandalismo, foi um ato criminoso, é isso que aconteceu ontem lá em Correntina.

AH – Você acredita que tem uma questão ideológica, Júlio?

JB – Olha, eu não sei, é inimaginável que isso ia acontecer. A gente está sempre conversando com as instituições. Conversando com todo mundo...nós participamos inclusive do comitê da bacia do Rio Corrente, aonde é discutida essas questões, onde têm os produtores, onde tem o poder público, onde tem as ONG's...todo mundo tá lá. E jamais foi comentado em uma ação desse tipo. Então, na verdade, nós estamos aqui surpresos e a gente não sabe de onde isso está vindo. Mas, nessa reunião, nós decidimos que vamos formar um grupo, uma comissão pra conversarmos com o governador, pra conversarmos com a Secretaria de Segurança Pública, porque o que está em questão é o direito de propriedade que foi violado em Correntina no dia de ontem

AH – E isso é grave, não é Júlio? Porque abre um precedente pra que outras propriedades sejam violadas, não é?

JB – Com certeza, mas eu tô vendo que algumas pessoas nas redes sociais estão apoiando, aplaudindo esse tipo de atitude...Isso é uma irresponsabilidade! Porque está autorizando que alguém, por um motivo qualquer, invada a sua casa, quebre, queime sua casa, entendeu? Então o direito de propriedade tem que ser preservado e o direito da vida também.

AH – Quem participou dessa reunião?

JB – Participaram dessa reunião a AIBA, a ABAPA e os sindicatos, que são quem representa os produtores, né? Justamente pra cobrarmos isso, que a lei seja aplicada e os culpados paguem pelo crime que foi cometido.

AH – Mas a irrigação é realmente uma questão na região? Tem esse poder de causar esse transtorno todo, ou as pessoas lá não estão compreendendo a real situação:

JB – Olha, nós não temos notícia de nenhum rio que é utilizado em irrigação, que tenha secado ou faltado água. Justamente porque,

pelo modelo que é colocado pelo INEMA, é um modelo de uma segurança extrema. E depois todos os rios tem um nível mínimo que, quando for atingido o nível, esse rio, que é a vazão ecológica do rio, a irrigação tem que ser suspensa, obrigatoriamente. E os agricultores e irrigantes tem consciência disso e sabem disso. O que vem acontecendo na região. É que nos últimos 5 anos choveu 200ml a menos do que a média [...] que dizer que tá caindo muito menos água do que caia normalmente. Agora. Por que isso aconteceu? Quando nós chegamos e vamos rever um trabalho da Embrapa, que estudou os últimos 60 anos, e a quantidade de chuva nesses sessenta anos não diminuiu aqui no Oeste, mas nos últimos 5 anos diminuiu essa forma. Agora nós estamos entrando num outro período, que é do efeito La Niña, em que as chuvas devem normalizar e a vazão dos rios vão voltar ao que era no passado, e o risco que a irrigação seque algum rio é zero, né? Isso pelo sistema que é empregado para as outorgas. E, outra, eu não conheço nenhum irrigante de grande porte que não tenha a outorga d'água pra irrigar.

AH – E eu imagino que nenhum produtor quer que falte água pra ele, né, Júlio?

JB – Com certeza! É um investimento entre 9 e 10 mil reais por hectare pra irrigar. Então o maior bem que um irrigante agricultor tem é seu rio, o qual o preserva. Porque, se secar o rio, o investimento dele é perdido. Então existe uma preocupação do que se chama de sustentabilidade dos nossos rios. E, olha, nós acabamos de receber um trabalho que a Embrapa fez de conservação, de APP, de conservação, de reserva legal, e o Oeste da Bahia está em excelência. Todos os produtores têm sua reserva legal, principalmente esses produtores que usam a irrigação.

**Anexo D – Lista da gestão atual da Associação Baiana de  
Produtores de Algodão (ABAPA)**

**CONSELHO DIRETOR**

PRESIDENTE: Júlio César Busato

**CONSELHO DIRETOR**

**1º VICE-PRESIDENTE:** Luiz Carlos Bergamaschi

**1º VICE-PRESIDENTE:** **Luiz Carlos Bergamaschi**

**1ª SECRETÁRIA:** Isabel da Cunha

**2º SECRETÁRIO:** Paulo Almeida Schmidt

**1ª TESOUREIRA:** Alessandra Zanotto Costa

**2º TESOUREIRO:** Marcelo Leomar Kappes

**CONSELHO FISCAL**

**1º TITULAR:** Celito Eduardo Breda

**2º TITULAR:** Douglas Alexsandre Radoll

**3º TITULAR:** João Carlos Jacobsen Rodrigues Filho

**1º SUPLENTE:** Denilson Roberti

**2º SUPLENTE:** Anderson José Pletsch

**3º SUPLENTE:** Kleber Sosnoski

**CONSELHO CONSULTIVO**

Walter Horita

João Carlos Jacobsen Rodrigues

Isabel da Cunha

Celestino Zanella

Luiz Carlos Fernandes de Souza

Marcos Antonio Busato

**Anexo E – Lista da atual Direção da ACRIOESTE: GESTÃO  
2016/18**

PRESIDENTE: Stefan Zembrod

VICE – PRESIDENTE: José Maria de Albuquerque Junior

DIRETOR SECRETÁRIO: Carlos Antonio Menezes Leite

DIRETOR SECRETÁRIO ADJUNTO: Adelar Geller

DIRETOR FINANCEIRO: Mario Cezar Mascarenhas

DIRETOR FINANCEIRO ADJUNTO: Cezar Augusto Tumelero Busato

DIRETOR DE EVENTOS: Antonio Balbino de Carvalho Neto

DIRETOR ADJUNTO DE EVENTOS: Ian David Hill

---

Fonte: ACRIOESTE, 2016